



**PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PEREIRA BARRETO - SP**

**RELATÓRIO TÉCNICO RT-1
DIAGNÓSTICO TÉCNICO - PARTICIPATIVO
VOLUME I - DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO,
CULTURAL E AMBIENTAL.**

REVISÃO - 01



REV.	DATA	DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO	VISTO	APROVAÇÃO
1	Ago/14	Emissão Inicial	CO	MCB	CAB



APRESENTAÇÃO

O presente trabalho é parte integrante do projeto de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Pereira Barreto - SP.

Em conformidade com o estabelecido pelo Termo de Referência que rege o convênio, apresentamos o RT-01 Diagnóstico Técnico-Participativo que configura o “PRODUTO C”.

Este produto será apresentado em dois volumes conforme descrito abaixo:

- ✓ VOLUME I - DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO, CULTURAL E AMBIENTAL
- ✓ VOLUME II – DIAGNÓSTICO SETORIAL

O documento que ora se apresenta tem por objetivo apresentar a caracterização socioeconômica e cultural do município de Pereira Barreto.

O documento não aborda informações a cerca dos sistemas de infraestrutura sanitária que será objeto do VOLUME II –DIAGNÓSTICO SETORIAL.

Na estrutura do documento será adotada a numeração correspondente do Termo de referencia.

5.4 – DIAGNÓSTICO TÉCNICO PARTICIPATIVO

5.4.1 - Aspectos socioeconômicos, culturais, ambientais e de infraestrutura.

a) –

b) –

.

.

.

5.4 - DIAGNÓSTICO TÉCNICO PARTICIPATIVO

O presente relatório refere-se à caracterização e análise do meio sócio-econômico e apresenta uma descrição da dinâmica populacional de Pereira Barreto e da forma como os setores da economia se comportam no município, além de abordar aspectos como saúde, educação, infraestrutura, entre outros.

5.4.1 - ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS, CULTURAIS, AMBIENTAIS E DE INFRAESTRUTURA.

a. Caracterização da área de planejamento (área, localização, distância entre a sede municipal e municípios da região, da capital do estado e entre distritos e sede municipal, dados de altitude, ano de instalação, dados climatológicos, evolução do município e outros).

Pereira Barreto é um dos 29 municípios paulistas considerados estâncias turísticas pelo Estado de São Paulo, por cumprirem determinados pré-requisitos definidos por Lei Estadual. Tal status garante a esses municípios repasse de recursos por parte do Estado para a promoção do turismo regional, além de poder agregar junto a seu nome o título de Estância Turística, termo pelo qual passa a ser designado tanto pelo expediente municipal oficial quanto pelas referências estaduais.

História da cidade



Figura 1 - Vista aérea – Estância Turística de Pereira Barreto

O povoamento da região onde hoje se localiza o Município de Pereira Barreto iniciou-se com a instalação da colônia militar de Itapura, próxima do salto do mesmo nome no Rio Tietê, em 1858, quando o Governo incumbiu o Tenente da Armada, Antonio Mariano de Azevedo, de promover a ligação entre as tropas da fronteira com o Paraguai e o Império. A maior parte do território era ocupada pelas fazendas Urubupungá e Araçatuba e, a partir de 1920, foram adquiridas pelo mineiro Jonas Alves de Mello que, em 1928, vendeu a última a Mitsusada Umetami, um dos dirigentes da Sociedade Colonizadora do Brasil Ltda. Em 1932,

Kunito Miyasaka e Carlos Y. Kato assumiram a colonização da região. Fundaram a localidade de Novo Oriente em território do Distrito de paz de Itapura, criado em outubro de 1909. A Colonizadora loteou a grande gleba em propriedades de 10 alqueires de terra cada uma, vendendo-as aos imigrantes japoneses que iniciaram a derrubada das matas e a utilização do solo fértil para a agricultura.

A sede da fazenda, local onde hoje se encontra Pereira Barreto, foi ligada à localidade de Lussanvira, onde havia uma estação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e em 1934 a Sede do Distrito passou para Novo Oriente. A construção de ponte pensil, em 1935, sobre o Rio Tietê facilitou a ligação com Porto Tabuado, Mirandópolis e Araçatuba. Em novembro de 1938 o Distrito de Novo Oriente foi elevado a município, com o nome de Pereira Barreto, em homenagem ao Dr. Luiz Pereira Barreto, médico, cientista e professor.



Figura 2- Vista geral do. Núcleo Urbano (1939) Fonte: IGC-SP



Figura 3 - Ponte - Novo Oriente, construída pelos japoneses em 1935, submersa em 1990. Fonte: IGC SP

Formação administrativa

O Distrito criado com a denominação de Novo Oriente, pela lei nº 2008, de 23-12-1924, subordinado ao município de Monte Aprazível.

Ainda em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Novo Oriente figurava no município de Monte Aprazível; assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937. Elevado à categoria de município com a denominação de Pereira Barreto, pelo decreto-lei estadual nº 9775, de 30-11-1938, desmembrado do município de Monte Aprazível, Araçatuba e Tanabi. Instalado em 01-01-1939.

No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município de Pereira Barreto (ex-Novo Oriente) é constituído do distrito sede. Pelo decreto-lei estadual nº 14334, de

30-11-1944, é criado o distrito de Bela Floresta e anexado ao município de Pereira Barreto.

Pela lei estadual nº 233, de 24-12-1948, é criado o distrito de Sud Menucci (ex-povoado de Bacuri) e anexado ao município Pereira Barreto. Em divisão territorial datada de 1-VII-1950, o município é constituído de 3 distritos: Perreira Barreto, Bela Floresta e Sud Mennucci. Pela lei adual nº 5285, de 18-02-1959, foram criados os distritos de Aparecida d'Oeste, Marinópolis e Itapura e anexado ao município de Pereira Barreto. Pelo referido decreto estadual, desmembra do município de Pereira Barreto o distrito de Sud-Mennucci. Elevado à categoria de município.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o município de Pereira Barreto é constituído 5 distritos: Pereira Barreto, Aparecida d'Oeste, Bela Floresta, Itapura e Marinópolis, comarca de Pereira Barreto.

Pela lei estadual nº 8092, de 28-02-1964, desmembra do município Pereira Barreto os distritos de Aparecidade d'Oeste, Itapura e Marinópolis, todos elevados à categoria de município.

Em divisão territorial datada de 1-I-1979, o município é constituído de 2 distritos: Pereira Barreto e Bela Floresta. Pela lei municipal nº 1633, de 08-05-1989, o distrito de Bela Floresta passou a denominar-se Ilha Solteira.

Pela lei estadual nº 7644, de 30-12-1991, desmembra do município Pereira Barreto o distrito de Ilha Solteira. Elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 1997, o município é constituído do distrito sede, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.

História recente

Em 1990, a cidade transformou-se quase em uma ilha fluvial, em decorrência da formação do lago da hidrelétrica de Três Irmãos, no rio Tietê. Pereira Barreto, que até então era uma cidade de tradições agropecuárias, perdeu a maior parte de suas terras agricultáveis.

No entanto, passou a ter, em decorrência das transformações geofísicas, um enorme potencial turístico a ser explorado.

A antiga ponte pênsil “Novo Oriente”, construída pelos colonizadores, no início da década de 30, foi, também em 1990, totalmente submersa pelas águas do lago de Três Irmãos. Hoje, ainda é possível observa-la por meio de mergulho, utilizando-se, para isso, equipamentos adequados. No lugar desta, foi construída uma nova ponte pênsil com o mesmo nome, localizada um pouco mais distante da área da antiga ponte.

Localização

A cidade de Pereira Barreto, localiza-se no extremo noroeste do Estado de São Paulo,divisa

com o Estado do Mato Grosso do Sul há 621 km da Capital. As coordenadas e altitude média do município são as indicadas a seguir:

Área 978,88 Km²;
Latitude..... 20°38'28" Sul ;
Longitude 51°06'26" Oeste;
Altitude 371 metros.



Figura 4 - Localização do Município de Pereira Barreto no Estado de São Paulo e Região de Governo

Acessos

O acesso ao município é feito pelas rodovias SP-300, Marechal Rondon e BR-262, Washinton Luis, Rodovia Feliciano Salles da Cunha, AC Vereador Dourival da Silva Louzada, Estrada Municipal SP 563 – Bela Floresta.

Porto Intermodal - Canal de Pereira Barreto

O canal artificial de Pereira Barreto, com 9.600m de comprimento é o segundo maior do mundo e maior da América Latina, interliga os reservatórios de Ilha Solteira e Três Irmãos.

Hidrovia Tietê Paraná

Hidrovia Tietê Paraná que liga os estados de São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Goiás, movimentando em 2011, 5,8mi ton. de carga.

Aeroportos

Pereira Barreto é servido por dois aeroportos de cidades vizinhas. O Aeroporto Dario Guarita (Araçatuba), administração do DAESP, pista com 2.120 m e 35 de largura a 130 km de Pereira Barreto e o Aeroporto Prof. Eriberto Manoel Reino (São José do Rio Preto), administração do DAESP, 180 km de Pereira Barreto.



Distâncias Rodoviárias de Pereira Barreto:	
São Paulo	621 Km
Campinas	488 Km
Araçatuba	95Km
São José do Rio Preto	187Km

Tabela 1 – Distâncias Rodoviárias

Figura 5 – Acessos a Pereira Barreto

Municípios Limítrofes

O Município de Pereira Barreto confronta com os municípios de Andradina, Araçatuba, Guaraçá, Ilha Solteira, Itapura, Mirandópolis, Santo Antônio do Aracanguá, Sud Mennucci e Suzanápolis.



Figura 6 – Municípios Limítrofes

b. Densidade demográfica (dados populacionais referentes aos quatro últimos censos, estrutura etária, etc.).

Aspectos Gerais

Pereira Barreto é um município brasileiro localizado no noroeste de São Paulo com população de 2013 estimada em 25.105 habitantes e índice de desenvolvimento humano (IDH) de 0,817.

Área	IDHM 2010	Faixa do IDHM	População (Censo 2010)
981,88 km ²	0,77	Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799)	24.962
Densidade demográfica	Ano de instalação	Microrregião	Mesorregião
38,05 hab/km ²	1.938	Andradina	Araçatuba

Tabela 2 - Dados Gerais Fonte: Atlas Brasil, IBGE

Demografia

Evolução da População

A população de Pereira Barreto desde a década de 70 vem apresentando um decréscimo da sua população. Na década de 90 vinha apresentando uma curva de crescimento suave.

Em 1993 o então distrito de Ilha Solteira é elevado à categoria de município o que representou uma diminuição na população de Do meio da década até meados do novo milênio a população de Pereira Barreto passou a crescer de modo acelerado com curva de crescimento acentuada semelhante a do País, enquanto o Estado manteve um crescimento constante, mas em um ritmo menor do que vinha apresentando nas últimas décadas.

Ano	População			Taxas de Crescimento Anual (%)		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
1970	54.655	44.817	9.838	-	-	-
1980	48.056	42.088	5.968	-1,3%	-0,6%	-4,9%
1991	49.932	45.688	4.244	0,3%	0,7%	-3,1%
2000	25.028	23.147	1.881	-7,4%	-7,3%	-8,6%
2010	24.962	23.236	1.726	1,0%	1,4%	-3,8%

Tabela 3 – Evolução Populacional Fonte: IBGE- Censo 1970,1980,1991, 2000,2010

População 2010

Entre 2000 e 2010, a população de Pereira Barreto teve uma taxa média de crescimento anual de -0,03%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de -0,18%. No Estado, estas taxas foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e

2000. No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 0,27%.

População Total, por Gênero, Rural/Urba e Taxa de Urbanização - Pereira Barreto - SP						
População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	25.444,00	100	25.028,00	100	24.962,00	100
Homens	12.686,00	49,86	12.369,00	49,42	12.270,00	49,15
Mulheres	12.759,00	50,15	12.659,00	50,58	12.692,00	50,85
Urbana	23.619,00	92,83	23.142,00	92,46	23.235,00	93,08
Rural	1.825,00	7,17	1.886,00	7,54	1.727,00	6,92
Taxa de Urbanização	-	92,83	-	92,46	-	93,08

Tabela 4 - População PB 2010 - Fonte IBGE

Estrutura Etária

Entre 2000 e 2010, a razão de dependência de Pereira Barreto passou de 52,01% para 45,07% e a taxa de envelhecimento evoluiu de 7,62% para 10,42%. Entre 1991 e 2000, a razão de dependência foi de 59,06% para 52,01%, enquanto a taxa de envelhecimento evoluiu de 5,74% para 7,62%.

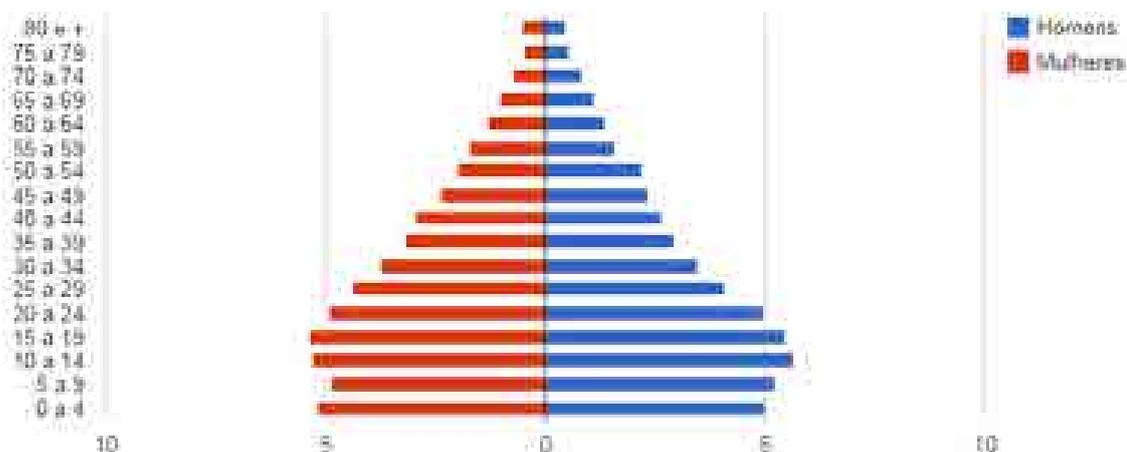
A razão de dependência é o percentual da população de menos de 15 anos e da população de 65 anos e mais (população dependente) em relação à população de 15 a 64 anos (população potencialmente ativa). Taxa de envelhecimento é a Razão entre a população de 65 anos ou mais de idade em relação à população total.

Estrutura Etária da População - Pereira Barreto - SP						
Estrutura Etária	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
Menos de 15 anos	7.987,00	31,39	6.655,00	26,59	5.154,00	20,65
15 a 64 anos	15.997,00	62,87	16.465,00	65,79	17.207,00	68,93
65 anos ou mais	1.460,00	5,74	1.908,00	7,62	2.601,00	10,42
Razão de dependência	59,06	0,23	52,01	0,21	45,07	0,18
Índice de envelhecimento	-	5,74	-	7,62	-	10,42

Tabela 5 - Estrutura Etária – 2010 – Fonte: IBGE

1991 Pirâmide etária - Pereira Barreto - SP

 Distribuição por Sexo, segundo os grupos de idade



2000 Pirâmide etária - Pereira Barreto - SP

 Distribuição por Sexo, segundo os grupos de idade

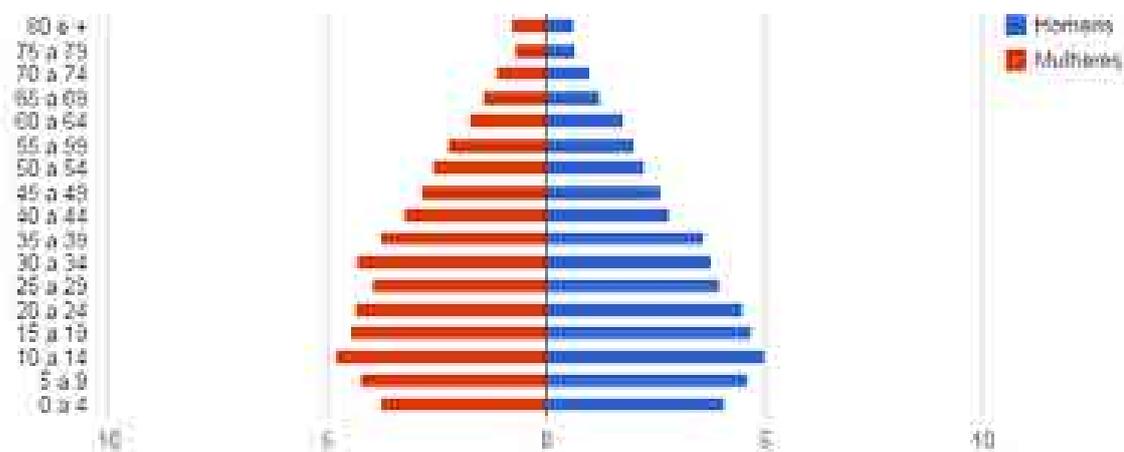


Figura 7 - Pirâmide Etária – 1991 e 2000 – Fonte: Atlas Brasil

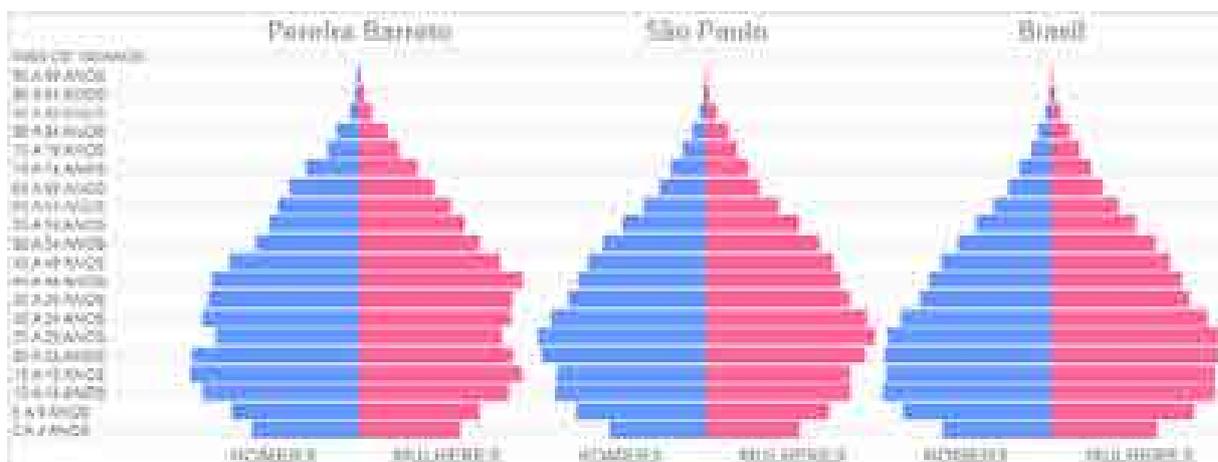


Figura 8 - Pirâmide Etária - 2010 – Fonte: IBGE

c. Descrição dos sistemas públicos existentes (saúde, educação, segurança, comunicação, etc.) e das fontes de informação.

Saúde

O município de Pereira Barreto na área de saúde dispõe de equipe e estrutura física para os serviços de Vigilância em Saúde; Vigilância Sanitária e Ambiental; Controle de Vetores; Equipe de Vigilância Epidemiológica e Centro de Controle de Zoonoses.

As diferentes áreas de atendimento em saúde estão estruturadas da seguinte forma em Pereira Barreto: Atenção Básica

O município de Pereira Barreto adota a Estratégia Saúde da Família (ESF) como modelo assistencial estruturante do Sistema de Atenção à Saúde, atendendo 100% da população urbana com sete equipes e uma equipe para assentamentos e núcleos rurais.

A zona urbana conta com Unidades Básicas de Saúde (UBS) e um Posto de Atendimento da Saúde da Família.

O Centro Odontológico, inaugurado em 28/08/2008 é referência para atendimento odontológico à toda a população, com exceção dos escolares que possuem dentista na própria escola.

A urgência básica é realizada no Pronto Socorro da Santa Casa de Misericórdia de Pereira Barreto.

Assistência Ambulatorial Especializada

A Atenção em Média e Alta Complexidade é prestado através do Consórcio de Saúde (CONSAÚDE), com sede em Andradina, custeado exclusivamente com recursos municipais.

A Secretaria Municipal de Saúde contrata serviços de neurologista, cardiologista,

dermatologista, otorrinolaringologista, ortopedista, urologista, vascular, psiquiatria que atendem no Centro de Saúde. A ultrassonografia é realizada na UBS COHAB e Santa Casa. Oftalmologista é serviço próprio.

As ações de Saúde Mental estão centralizadas no Centro de Saúde. A equipe é integrada por uma Psiquiatra e uma Psicóloga e realizam atividades de consultas individuais.

Assistência Hospitalar

A Santa Casa de Misericórdia de Pereira Barreto é o único Hospital do município e está contratualizada sob gestão estadual. São 82 leitos cadastrados no CNES e 65 leitos contratados pelo SUS. É um hospital de pequeno porte. Realizam a urgência e emergência básica.

A referência secundária é o Hospital Regional de Ilha Solteira, sob gestão estadual e o Hospital terciário – Santa Casa de Araçatuba. Este hospital é também referência para alta complexidade: cardiologia, neurologia, traumatologia, oncologia, sendo ainda referência para parto de risco e UTI Neonatal .

O Hospital Estadual de Mirandópolis também é referência para RX, internações, principalmente cirurgias eletivas, programa de vasectomia e laqueadura.

Assistência de Urgência e Emergência

A urgência básica é realizada pela Santa Casa de Pereira Barreto sendo referência primária para atendimento às urgências/emergências e pelo Hospital Terciário - Santa Casa de Araçatuba. Casos não resolvidos no âmbito da Diretoria Regional de Saúde – Araçatuba (DRS) são encaminhados para hospitais de outras regiões.

Assistência Farmacêutica

A dispensação de medicamentos está centralizada no Dispensário da UBS III Pereira Barreto: medicamentos básicos, psicotrópicos e medicamentos de dispensação excepcional (alto custo). Na UBS da Saúde da Família da Vila Marão e COHAB há somente dispensação de medicamentos básicos.

Educação em saúde

As atividades de Educação em Saúde são realizadas conforme PAREPS (Plano Regional de Educação Permanente em Saúde). Para este plano levantou-se os principais problemas de saúde da região e priorizou-se as capacitações considerando o recurso financeiro pactuado para o Colegiado de Gestão Regional dos Lagos – Divisão da regional de Saúde composta de 12 municípios da região. O município viabiliza a participação de seus técnicos nas capacitações oferecidas pelo Estado. Não há um plano de educação em saúde permanente.

As unidades de saúde que compõem a Rede Assistencial de Saúde de Pereira Barreto são

abaixo listadas.

ESTABELECIMENTO	BAIRRO	TIPO-DE-UNIDADE	
CENTRO-DE-CONTROLE-DE-ZOONOSES-DE-PEREIRA-BARRETO	PARQUE-INDUSTRIAL	UNIDADE-DE-VIGILANCIA-EM-SAUDE	
CENTRO-ODONTOLOGICO-MUNICIPAL	SEDE	CLINICA-ESPECIALIZADA/AMBULATORIO-DE-ESPECIALIDADE	
CONS-ODONTO-EE-CORONEL-FRANCISCO-SCHIMIDT-P-BARRETO	JARDIM-SERRADOR	CONSULTORIO-ISOLADO	
LABORATORIO-DE-PROTESE-DENTARIA-DE-PEREIRA-BARRETO	SEDE	UNIDADE-DE-APOIO-DIAGNOSE-E-TERAPIA-(SADT-ISOLADO)	
LABORATORIO-LOCAL-DE-PEREIRA-BARRETO	JARDIM-ALVORADA	UNIDADE-DE-APOIO-DIAGNOSE-E-TERAPIA-(SADT-ISOLADO)	
PSF-QUALIS-DE-PEREIRA-BARRETO	ZONA-RURAL	POSTO-DE-SAUDE	
SANTA-CASA-DE-MISERICORDIA-DE-PEREIRA-BARRETO	VILA-CARVALHO	HOSPITAL-GERAL	
SECRETARIA-MUNICIPAL-DA-SAUDE	JARDIM-ALVORADA	SECRETARIA-DE-SAUDE	
U-B-S-NOVA-VENEZA	LOTEAMENTO-NOVA-VENEZ	CENTRO-DE-SAUDE/UNIDADE-BASICA	
UBS-2-COHAB-DE-PEREIRA-BARRETO	TEOTONIO-B-VILELA	CENTRO-DE-SAUDE/UNIDADE-BASICA	
UBS-2-VILA-MARAO-PEREIRA-BARRETO	VILA-MARAO	CENTRO-DE-SAUDE/UNIDADE-BASICA	
UBS-III-DE-PEREIRA-BARRETO	SEDE	CLINICA-ESPECIALIZADA/AMBULATORIO-DE-ESPECIALIDADE	
UBS-JARDIM-IPE	JARDIM-IPE	CENTRO-DE-SAUDE/UNIDADE-BASICA	
UBS-LAPINHA	LAPINHA	CENTRO-DE-SAUDE/UNIDADE-BASICA	
VIGILANCIA-SANITARIA-MUNICIPAL-PEREIRA-BARRETO	SEDE	UNIDADE-DE-VIGILANCIA-EM-SAUDE	

Tabela 6 - Unidades de Saúde - Fonte: SES de São Paulo

Educação

A educação em Pereira Barreto é oferecida nos níveis infantil, fundamental, médio e superior, em escolas pertencentes à rede municipal, estadual e particular de ensino.

A Secretaria Municipal da Educação tem como atribuições: verificar as condições de funcionamento e demandas das escolas nos aspectos técnico-pedagógicos e administrativos; levantar as dificuldades enfrentadas pelas escolas, propor soluções ou encaminhar o problema aos órgãos competentes; acompanhar as ações dos departamentos através de grupos de trabalho; atuar nos conselhos municipais e outros órgãos do governo; colocar em prática ações que priorizem a qualidade de ensino, o respeito às garantias individuais e coletivas, estabelecidas pela Constituição Federal, e a autonomia das escolas preconizadas pela nova LDB; estimular às atividades culturais, artísticas e folclóricas, e desenvolver e difundir a prática dos esportes e da recreação.

A rede municipal, administrada pela Prefeitura Municipal é responsável pelo atendimento escolar infantil (creche e pré-escola) e fundamental, na zona urbana e zona rural.

Segurança

A Delegacia de Polícia Civil (PC) de Pereira Barreto está localizada na Avenida Brasil , 1484 , Centro e a Delegacia de Polícia de Pereira Barreto na Rua Francisca S Carneiro, 1456, Vila Municipal.

Não há na municipalidade de guarda civil ou guarda mirim. Compete à PM executar o policiamento preventivo.

O Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo conta com a Base Operacional de Pereira Barreto (CB), Rua Argentina, 3858. Além de servirem para apagar fogo, esses profissionais são preparados para fazer resgates de pessoas que correm risco de perder a vida, socorrer animais em situações difíceis, asfixia, tentativa de suicídio, afogamentos e traumas em acidentes, desaparecimentos em florestas e matas, etc.

Fazem ainda a fiscalização em empresas, garantindo condições de primeiros atendimentos em caso de incêndios, onde as mesmas devem manter extintores cheios e oferecer equipamentos de segurança aos funcionários.

Os bombeiros também desenvolvem projetos sociais e educativos, levando para as escolas orientações a jovens e crianças sobre formas de evitar acidentes, cuidados em represas, piscinas e praias, cuidados com álcool e fogo, acidentes em brincadeiras, não mexer em produtos de limpeza, não ingerir remédios sem orientação de pessoas adultas, dentre várias outras.

O mapa a seguir traz a localização das unidades de segurança existentes no município.

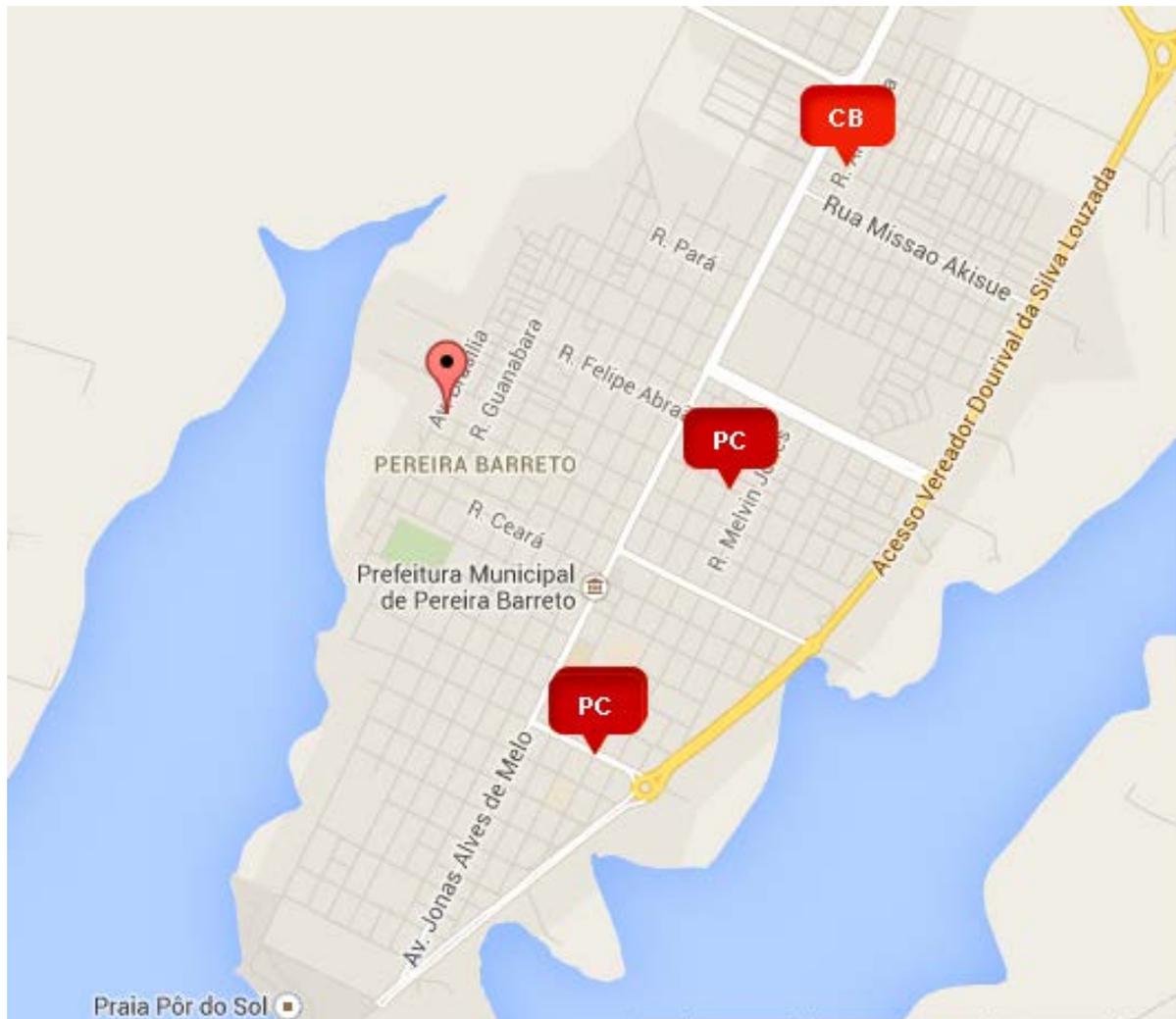


Figura 9 – Unidades de Segurança Pública. Fonte: <http://www.ssp.sp.gov.br>

A tabela abaixo traz os índices de ocorrências registradas no município de Pereira Barreto durante o ano de 2013.

Natureza	Jan	Fev.	Mar	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set	Out	Nov.	Dez	Total
ocorrências de porte de entorpecentes	3	6	2	3	7	5	7	9	3	8	0	2	55
ocorrências de tráfico de entorpecentes	8	5	7	5	5	3	8	2	4	2	4	3	56
ocorrências de apreensão de entorpecentes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ocorrências de porte ilegal de arma	2	3	3	2	2	0	0	0	0	1	0	0	13

Natureza	Jan	Feb.	Mar	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set	Out	Nov.	Dez	Total
nº de armas de fogo apreendidas	7	6	4	4	0	0	1	0	0	0	0	1	23
nº de flagrantes lavrados	15	13	19	10	12	6	9	8	10	4	8	4	118
nº de infratores apreendidos em flagrante	0	0	3	2	3	1	2	2	1	2	3	4	23
nº de infratores apreendidos por mandado	0	0	1	1	0	2	0	0	2	0	2	1	9
nº de pessoas presas em flagrante	17	16	27	12	13	6	12	9	10	4	9	8	143
nº de pessoas presas por mandado	2	2	0	2	5	4	7	8	2	3	8	1	44
nº de prisões efetuadas	19	15	19	14	16	8	19	16	12	7	16	5	166
nº de veículos recuperados	1	0	3	0	0	0	1	1	0	4	1	0	11
tot. de inquéritos policiais instaurados	39	31	44	30	38	28	35	39	43	28	32	21	408

Tabela 7 – Estatísticas de Ocorrências - Fonte: Secretaria de Segurança Pública de São Paulo – SSP-SP

Comunicação

O município possui em sua sede, agência dos Correios, que atende a toda a população do município, com prestação de serviços postais e outros oferecidos pela empresa.

Pereira Barreto possui 01 jornal local, com edições diárias – “Diário Regional”, outro de edição semanal, “A Semana”. Ainda circulam no município jornais regionais, em especial a “Folha da Região” da cidade de Araçatuba, além das edições de jornais de abrangência estadual e nacional, como “Folha de São Paulo” e “O Estado de São Paulo”.

Conta com três emissoras de rádio:

- RÁDIO CIDADE (AM) – 690KHZ
- RÁDIO VENEZA PAULISTA – CLUBE (FM) – 97,1MHZ
- RÁDIO 104 (COMUNITÁRIA) (FM) – 104,9MHZ

O Município não possui rede de televisão, somente repetidoras. Os canais de televisão via antena VHF e UHF recebem sinais de emissoras com abrangência estadual e nacional.

A cidade recebe sinal aberto local, analógico de 7 canais de TV:

- TV TEM – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (REDE GLOBO) – CANAL 7 (VHF)
- TV RECORD RIO PRETO – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (REDE RECORD) – CANAL 12 (VHF)
- TV CULTURA – CANAL 26 (UHF)
- SBT INTERIOR – ARAÇATUBA (SBT) – CANAL 36
- TV BANDEIRANTES – PRESIDENTE PRUDENTE (BAND) – CANAL 42 (UHF)
- TV GAZETA – SÃO PAULO – CANAL 46 (UHF)
- TV ÔMEGA – OSASCO (REDE TV) – CANAL 49

d. Identificação e descrição da infraestrutura social da comunidade (postos de saúde, igrejas, escolas, associações, cemitérios, etc.).

Pereira Barreto possui várias igrejas e templos religiosos situados na zona urbana, tanto na parte central, como nos bairros periféricos. Na zona rural encontram-se capelas ocorrendo frequentemente missas, celebrações e cultos.

A Igreja Matriz de Pereira Barreto chama-se Paróquia de São Francisco Xavier é um ponto de referência do município, em localização estratégica no centro comercial.

Abaixo são listadas as igrejas e templos localizadas na cidade:

- Centro Pastoral Paroquial
- Igreja Matriz de São Francisco Xavier
- Igreja Batista da Esperança
- Igreja Anglicana Santo André
- Primeira Igreja Batista
- Igreja Assembleia de Deus - Ministério Belém
- Igreja Universal do Reino de Deus
- Igreja Budista
- Igreja Bom Jesus da Lapa
- Igreja Nossa Senhora Aparecida
- Congregação Cristã no Brasil
- Igreja A Palavra de Cristo para o Brasil
- Igreja São Judas Tadeu
- Igreja Nossa Senhora Aparecida

Na área de saúde, segundo a Prefeitura Municipal de Pereira Barreto, a população conta com a seguinte infraestrutura de atendimento:

- CENTRO DE SAÚDE – Rua Dermival Franceschi nº 1826
- U.B.S DR. ALEXANDRINO FILHO - Rua Dom Pedro II s/n
- U.B.S COHAB - Rua Yukio Akyama s

- U.B.S JARDIM IPÊ - Rua Benigno Lopes s
- U.B.S. LAPINHA - Rua Dermival Franceschi nº 864
- U.B. S NOVA VENEZA - Rua Cel. Basileu Estrela s

O município possui um cemitério que atende a toda a população do município. Denominado “Campo Santo São José” está localizado na Avenida Dom Pedro II conforme figura abaixo.



Figura 10 – Localização do cemitério municipal. Fonte: Google Earth

O sistema municipal de educação é composto de unidades escolares para a educação infantil (EMEI), de educação fundamental (EMEF) e de ensino médio, conforme as tabelas abaixo.

As unidades de Educação Infantil perfazem um total de 14 unidades sendo 10 públicas, de responsabilidade do município, todas na zona urbana. Outras quatro são particulares, conforme Tabela 8, apresentada a seguir.

	Escola de Educação Infantil - EMEI	Rede de Ensino	Localização
1	ASSUMPTA SCATENA GARCIA EMEI	MUNICIPAL	URBANA
2	EDITH BARBOSA VASCONCELLOS PROFESSORA CEMEI	MUNICIPAL	URBANA
3	EMILIA EMEI	MUNICIPAL	URBANA
4	MARGARETH ALVES MARTINS FERREIRA CRECHE MUNICIPAL	MUNICIPAL	URBANA
5	MARQUES DE RABICO EMEI	MUNICIPAL	URBANA
6	PRÓ INFÂNCIA CRECHE ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL	MUNICIPAL	URBANA
7	SACI PERERE EMEI	MUNICIPAL	URBANA
8	SITIO DO PICA PAU AMARELO EMEI	MUNICIPAL	URBANA
9	SOSSEGO DA MAMAE CRECHE MUNICIPAL	MUNICIPAL	URBANA
10	TIA NASTACIA EMEI	MUNICIPAL	URBANA
11	URUBUPUNGA ESCOLA EDUCACAO INFANTIL	PARTICULAR	URBANA
12	APAE DE PEREIRA BARRETO	PARTICULAR	URBANA
13	MENINO JESUS CRECHE E EDUCACAO COMPLEMENTAR	PARTICULAR	URBANA
14	PEREIRA BARRETO ESCOLA EDUCACAO INFANTIL	PARTICULAR	URBANA

Tabela 8 - Escolas de Ensino Infantil de Pereira Barreto - Fonte: MEC

O ensino fundamental, de nove anos, é oferecido em 8 unidades escolares, sendo que 4 pertencem à rede municipal, 2 da rede estadual e outras 2 da rede particular, conforme a Tabela 9.

	Escola de Ensino Fundamental - EMEF	Rede de Ensino	Localização
1	FAZENDA ESMERALDA	MUNICIPAL	RURAL
2	CELDA MELLO OLIVEIRA EMEB	MUNICIPAL	URBANA
3	HIRAYUKI ENOMOTO COMENDADOR EMEB	MUNICIPAL	URBANA
4	MARIA ELZA AGUIAR DOMINGUES EMEB	MUNICIPAL	URBANA
5	AGNES LIEDTKE	ESTADUAL	URBANA
6	MITSUSADA UMETANI DR	ESTADUAL	URBANA
7	APAE DE PEREIRA BARRETO	PARTICULAR	URBANA
8	XI DE AGOSTO COLEGIO	PARTICULAR	URBANA

Tabela 9 – Escolas de Ensino Fundamental de Pereira Barreto – Fonte: MEC

O ensino médio é oferecido por 5 unidades escolares, sendo uma estadual, uma particular e 3 da rede municipal. As da rede municipal, fisicamente funcional no mesmo prédio onde é oferecido também o ensino fundamental, são escolas de educação básica.

	Escola de Ensino Médio	Rede de Ensino	Localização
1	XI DE AGOSTO COLEGIO	PARTICULAR	URBANA
2	FRANCISCO SCHMIDT CEL	ESTADUAL	URBANA
3	CELDA MELLO OLIVEIRA EMEB	MUNICIPAL	URBANA
4	HIRAYUKI ENOMOTO COMENDADOR EMEB	MUNICIPAL	URBANA
5	MARIA ELZA AGUIAR DOMINGUES EMEB	MUNICIPAL	URBANA

Tabela 10 – Escolas de Ensino Médio – Fonte: MEC

A ilustração abaixo indica a localização das escolas públicas do município, na zona urbana.



Figura 11 - Localização das escolas públicas na zona urbana. Fonte: Wikimapia

A comunidade de Pereira Barreto está organizada em diferentes instituições, de áreas de interesse diversas conforme listagem abaixo.

- Associação Comercial de Pereira Barreto. Rua Prudente De Moraes, 2730.
- Associação Nova Aliança, R Cozo Taguchi, 3026, Centro.
- Apae De Pereira Barreto, Rua Fauzi Kassin, 662, Centro.
- Ibge, Avenida Brasil, 1332, Centro, Pereira Barreto, SP
- Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Rododaviário, Rua Dermival Franceschi , 1990 , VI Carvalho.
- Associação dos Produtores Rurais, Rodovia Feliciano Sales Cunha, s/n km 627 Jardim Bela Vista.
- Associação dos Amigos de Pereira Barreto - Organização Não Governamental (ONG)

- Associação Comercial Industrial, Transporte e Agrícola, Rua Dermival Franceschi, 1486.
- Grupo Terceira Idade de Pereira Barreto, Av. Humberto Liedtke, 2159 – Centro.
- ASSOCIAÇÃO BRASIL SGI, Rua Luiza Canevari, 861 – Centro.
- Associação Cultural Esportiva de Pereira Barreto.
- Associação de Moradores da Lapinha, bairro Lapinha.
- Associação dos Aposentados, Rua Cozo Taguchi, 2023 – Centro.
- Associação de Ensino e Cultura Urubupunga AECU, Av. Coronel Jonas Alves de Mello, 1660 – Centro.
- Loja Maconica Onze De Agosto, Rua Melvin Jones, 0 – Centro.
- Associação Beneficente e Cultural Comunitaria de Pereira Barreto, Rua Dermival Franceschi, 1470 – Centro.
- ALC ASSOCIACAO LIXO E CIDADANIA DE PEREIRA BARRETO, Rua Benedito Jorge Coelho, 0 – Centro.

e. Identificação e descrição da organização social da comunidade, grupos sociais que a compõem, como se reúnem, formas de expressão social e cultural, tradições, usos e costumes, relação desses usos e costumes com a percepção de saúde, saneamento básico e meio ambiente.

Culturalmente grande parte dos festejos e manifestações culturais de Pereira Barreto estão vinculadas á colonização japonesa. Os mais importantes estão organizados em um calendario oficial de eventos do município.

Quanto à presença de equipamentos culturais no município os de maior destaque são a Casa da Cultura e a Biblioteca Pública.

Muitos dos eventos culturais estão vinculados aos pontos turísiticos da cidade, numa forte integração da cultura com a politica de promoção do turismo regional.

Festas e Eventos

Carnaval de Pereira Barreto – Carnapraia.

Conhecido como CARNAPRAIA, o carnaval de Pereira Barreto é uma tradicional festa da cidade que acontece todos os anos. É montada uma grande estrutura para receber a festa, o evento conta com área fechada, completo sistema de segurança, estacionamento no local, praça de alimentação, monitoramento por câmeras, área vip, camarotes, quiosques e área de camping.

A festa recebe um número em torno de 5 mil pessoas por cada dia de evento. Tradicionalmente realizado na Praia Por-do-sol é o carnaval oficial da cidade, no ano de 2013 foi realizada sua 9ª edição.

Festa das Nações

O evento realizado em abril, tem como objetivo a grande comemoração da diversidade de povos, mas torna-se também a celebração da convivência rica e pacífica das mais variadas culturas, etnias e religiões. Evento cultural e gastronômico que conta com cantinas e danças típicas representativas de vários países.

Juninão

A festa Junina é realizada na Praça da Bandeira (Comendador Jorge Tanaka), com barracas típicas, comida e concurso de quadrilha.

O Juninão é realizado todo o mês de junho, muitas danças, descontração e alegria são as promessas da festança. A festa dá início aos festejos juninos no município e tem o objetivo de valorizar as tradições culturais da região e promover a interação entre a população.

Festival de MPB

Festival de Música Popular Brasileira de Pereira Barreto é realizado todos os anos desde o ano de 2000 e tem por finalidade aprimorar e desenvolver a cultura musical no município, incentivar a MPB, valorizar os adeptos da música, descobrir novos talentos e aumentar o intercâmbio artístico-cultural.

O evento é um dos melhores festivais do Brasil, realizado tradicionalmente no mês de maio com a participação de grandes artistas de todas as regiões do país. Em 2013 aconteceu a sua 14ª edição com show de encerramento com o grupo "Demônios da Garoa". Músicos renomados no cenário nacional vem de todos os cantos do país para participarem do evento e divulgar o seu trabalho.

Bon-Odori

É uma das mais tradicionais festas da colônia japonesa, celebrada em homenagem aos mortos, no final do mês de julho, na sede da Associação Cultural e Esportiva (ACEP).

Considerada uma das mais bem organizadas do País, faz parte das atividades de comemoração de aniversário da cidade, que acontece no mês de agosto.

Durante a festa, são tocadas as músicas tradicionais japonesas, as pessoas dançam coreografia típica contornando o palco onde se apresenta a banda. Barracas de alimentação ao redor da pista de dança, as pequenas lanternas retangulares de papel colorido e a

apresentação de instrumentos musicais completam o cenário alegre, inusitado e surpreendente. Não há limite de idade e nem nacionalidade. Todos participam, alguns inclusive trajando traje típico, como o kimono.



Figura 12 – Bom-Odori

FIAP (Feira Industrial e Agropecuária Pereirabarretense)

A FIAP, é realizada todos os anos na semana do aniversário de Pereira Barreto, em agosto. Este evento reúne atrações dos mais diversos tipos, shows de bandas e duplas sertanejas famosas. A exposição conta também com Rodeio (festa do Peão) com apresentação dos peões famosos no Brasil e premiação; parque de diversões; exposição de artesanato local e barrquinhas com os mais variados tipos de comidas e lanches.

Concurso Interestadual de Bandas (CIFABAN)

A Prefeitura de Pereira Barreto todo ano realiza o Concurso Interestadual de Fanfarras e Bandas – CIFABAN. Na sua 4ª edição (2013) mais de 1.500 pessoas, vindas de todo o Brasil, entre músicos, balizas, regentes e corpo coreográfico, participaram das apresentações.

Realizado em virtude dos festejos de aniversário da cidade, é importante concurso no cenário nacional com a participação de grandes bandas de todo o país.

Torneio de Pesca ao Tucunaré

O torneio de pesca promove o lazer e a confraternização entre os amantes da pesca esportiva, conscientiza os turistas e a comunidade sobre a necessidade de conviver em harmonia com todo eco-sistema e da preservação do meio ambiente. No torneio de pesca existem leis que normalizam a pesca amadora, visando principalmente o combate do uso de materiais e atitudes poluentes e predatórias. É realizado tradicionalmente no mês de Setembro e em 2013 teve a sua 9ª edição.

Circuito de Natação em Águas Abertas

Tradicionalmente realizado no mês de Dezembro, o circuito atrai diversos competidores e espectadores, a prova acontece no lago da represa Três Irmãos na Praia Municipal Pôr-do-sol com grande premiação em dinheiro.

Travessia do Canal de Pereira Barreto

A Prefeitura da Estância Turística de Pereira Barreto realizou em dezembro de 2013, a 12ª Travessia a Nado do Canal de Pereira Barreto. A Travessia a Nado do Canal de Pereira Barreto é uma prova tradicional no município e voltou a ser realizada este ano. O evento conta com a participação de atletas de todo o Brasil, divididos em categorias Masculino, Infantil e Feminino.

Réveillon

Realizado tradicionalmente na Praia Municipal Pôr-do-sol atrai milhares de pessoas de toda a região para celebrar o ano novo com grandiosa queima de fogos e shows. O réveillon de Pereira Barreto já se consagrou como uma das maiores e mais tradicionais festas de virada de ano do interior de São Paulo. Uma grande confraternização entre famílias e amigos, esse é o clima que envolve este evento de sucesso.

Pontos Turísticos

Devido à vocação turística imprimida com a titulação de estância do estado de São Paulo, o município investe em projetos voltados ao seguimento, como o Projeto “Arara Azul” que visa repovoar a cidade com estes belos pássaros, como investe na criação e manutenção de locais para visitação pública.



Obelisco

O obelisco é a construção do Portal da entrada de Pereira Barreto, fica no trevo da entrada da cidade, a obra foi considerada uma conquista para a população de Pereira Barreto.



Fonte espelho d'água

A fonte espelho d'água localiza-se na Av. Benedito Jorge Coelho, é um monumento alusivo as águas do rio Tietê que banham a cidade, e tem o intuito de ajudar a explorar toda a potencialidade turística de Pereira Barreto.

Canal Artificial de Pereira Barreto

O canal artificial de Pereira Barreto, com 9.600m de comprimento é o segundo maior do mundo e maior da América Latina, interliga os reservatórios de Ilha Solteira e Três Irmãos, propiciando a operação energética integrada dos dois aproveitamentos hidrelétricos.



Praia Pôr-do-sol

A "Praia Pôr do Sol é uma das maravilhas de Pereira Barreto. Sua água limpa e cristalina atrai banhistas de toda a região, está localizada à margem direita do Rio Tietê, é um dos principais pontos turísticos da cidade.

Relógio de Quatro faces

O relógio quatro faces está instalado no centro da cidade. Ele é um monumento que foi construído pelo Sr. Risaburo Murai, em 1958, pela ocasião do 30º Aniversário da Fundação da cidade, é usado como ponto de encontro pelos habitantes e turistas da cidade.





Monumento alusivo ao esporte

O monumento representa o esporte em Pereira Barreto, a cascata e a coluna têm o formato da letra “P” inicial do nome do município. A escultura no alto da cascata representã o futebol e beisebol. Já nas laterais em alto relevo o tênis, salto em vara, atletismo e basquetebol. A água da cascata e a cor azul das lâmpadas representam às águas do grande lago que banha a cidade, já as cores das lâmpadas amarela e laranja representam a energia do sol e o forte calor provocado por ele.

Ponte Novo Oriente

A “nova” Ponte Novo Oriente de Pereira Barreto, construída sobre o Rio Tietê, possui 2.160 metros de comprimento e substitui a velha ponte Novo Oriente, que foi utilizada desde 1935 como interligação do Município de Pereira Barreto com a cidade de Andradina. Foi Construída com mais 10 metros de altura, o que permite a navegação de barcaças no Rio Tietê.



A velha Ponte Oriente foi projetada por uma empresa do Rio de Janeiro em 1929, e as obras tiveram início no começo de 1932. O local para construção foi definido pelo engenheiro da BRATAC, Kazuo Nakashima, que escolheu a área devido à formação rochosa de terreno, que foi utilizada para “cravar” as bases da ponte, e pela menor distância entre as margens do Rio Tietê no local.

. Em 1990 começou a formação do lago da Usina



Três Irmãos. Com o lago, a submersão pelo reservatório de um dos marcos da colonização japonesa em Pereira Barreto: a ponte pênsil Novo Oriente foi inevitável.

O fato comoveu os pereirabarretenses, principalmente os imigrantes da colônia japonesa, responsável pela construção dessa importante obra histórica de Pereira Barreto.

No link abaixo o video conta a história da construção da ponte

<http://www.youtube.com/watch?v=F6lanvBdaDI>

Depois de submersa, a ponte pênsil Novo Oriente, submersa há 15 anos, foi tema de reportagem especial para a Revista Mergulho, na edição nº 32, realizaram sessão de fotos aquáticas mostrando que a obra ainda está intacta. Mergulhos podem ser realizados no local.



Monumento GO-JU-NO-TO

Se encontra na Praça da Bandeira Comendador Jorge Tanaka, possui cinco níveis em seu telhado, que representam os elementos da natureza: terra, água, fogo, vento e céu. Ele representa um templo de madeira onde os chefes samurais guardavam suas joias e livros sagrados.

Casa Da Cultura “Aristeu Custódio Moreira”

A Casa da Cultura com uma estrutura com teatro, salas de exposições, recebe as principais manifestações culturais, exposições, peças de teatro e divulgação do artesanato e obras de grande relevância, além de abrigar a Biblioteca Municipal Castro Alves com acervo de mais de 11.000 títulos.



Museu da Colônia Japonesa

O Museu da Cultura Japonesa tem exposição fixa de objetos dos primeiros imigrantes Japoneses e fundadores de Pereira Barreto. Com 10 anos de existência, realiza eventos de promoção com a Colônia Japonesa local, tem parceria o MINC Ministério de Cultura e Secretaria de Cultura do Estado de SP. Ponto turístico da cidade, com visitas das escolas de Pereira Barreto e da Região, através de convênio com o Estado de SP.

Praça da Melhor Idade

Inaugurado em março de 2011, o local é muito frequentado pelos cidadãos pereira-barretenses, principalmente pelas pessoas da melhor idade. A Praça da Melhor Idade ‘Professor Mendo Amaral de Almeida Prado’ possui equipamentos de ginástica e dispositivos rústicos, especialmente desenhados para os idosos para manter e melhorar a mobilidade deles.





Usina Hidrelétrica Três Irmãos

É a maior usina construída no rio Tietê e está localizada entre os municípios de Andradina e Pereira Barreto, a 28km da confluência com o rio Paraná. A construção da usina teve início em julho de 1980 e foi inaugurada 11 anos mais tarde. Sendo a quinta maior usina da CESP em potência instalada no País, possui cinco unidades geradoras com turbinas Francis e potência instalada de 807,50 MW.

Estádio Municipal Francisco Joaquim Dias (Sabiá)

Com uma área de aproximadamente 200 mil m² o estádio recebe eventos esportivos, grandes shows, feiras e exposições, tem potencial para ser criado um Centro de Excelência de Modalidades Olímpicas.



f. Descrição de práticas de saúde e saneamento.

O Conselho Municipal de saúde, desenvolve atividades de prevenção e promoção do bem estar social por meio da ação de agentes de saúde municipais, que visitam as residências regularmente para se informar sobre a situação de saúde familiar, nutrição de menores e condições de idosos.

A vigilância sanitária municipal está encarregada da fiscalização e promoção de práticas adequadas de saneamento, atuando sobre a fabricação, distribuição e comercialização de produtos e serviços que porventura venham a causar danos à saúde da população. Além disso, a autarquia do serviço de água e esgoto promove ações de infraestrutura de saneamento que visam melhorar as condições ambientais e sanitárias das localidades do município.

A secretária de obras promove a cada semestre o mutirão da limpeza de quintal disponibilizando caçambas para que a população possa descartar resíduos de poda, volumosos, etc.

A secretária de saúde mantém um programa na rádio local com periodicidade semanal onde são abordados temas referentes a saúde, campanhas de conscientização e ações de saneamento.

g. Descrição dos indicadores de saúde (longevidade, natalidade, mortalidade e fecundidade)

A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano) em Pereira Barreto reduziu 35%, passando de 21,1 por mil nascidos vivos em 2000 para 13,7 por mil nascidos vivos em 2010. Segundo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, a mortalidade infantil para o Brasil deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015. Em 2010, as taxas de mortalidade infantil do estado e do país eram 13,9 e 16,7 por mil nascidos vivos, respectivamente.

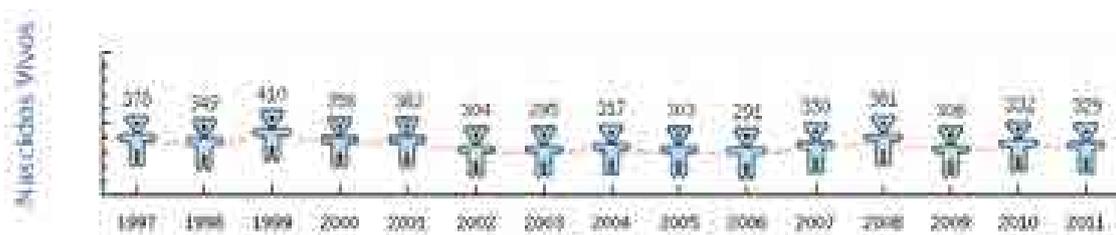


Figura 13 - Nascidos Vivos Fonte: Ministério da Saúde – DATASUS

O número de óbitos de crianças menores de um ano no município, de 1995 a 2011, foi 140. A taxa de mortalidade de menores de um ano para o município, estimada a partir dos dados do Censo 2010, é de 3,0 a cada 1.000 crianças menores de um ano. Das crianças de até 1 ano de idade, em 2010, 1,8% não tinham registro de nascimento em cartório. Este percentual cai para 0,3% entre as crianças até 10 anos. O número de óbitos no município, de 1997 a 2011, foi 2.



Figura 14 - Taxa de mortalidade de menores de 5 anos de idade a cada mil nascidos vivos - 1995-2011 – Fonte: MS – DATASUS

Longevidade, Mortalidade e Fecundidade - Pereira Barreto - SP			
Ano	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer (em anos)	69,60	71,20	75,70
Mortalidade até 1 ano de idade (por mil nascidos vivos)	24,10	21,10	13,70
Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascidos vivos)	27,30	24,50	15,80
Taxa de fecundidade total (filhos por mulher)	2,70	2,00	1,90

Tabela 11 – Estatísticas Vitais e Saúde Fonte: IBGE

A taxa bruta de natalidade representa o número de nascidos vivos, por mil habitantes, na população residente em um determinado espaço geográfico, no ano considerado. Em 2012, a taxa bruta de natalidade de Pereira Barreto foi de 10,49 nascidos vivos por mil habitantes.

A taxa de mortalidade infantil é o número de óbitos de menores de um ano de idade, por mil nascidos vivos, considerando a população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

Em 2012, a taxa de mortalidade infantil do município era de 5,63 óbitos para cada 1.000 nascidos vivos.

Estáticas Vitais e de Saúde	Ano	Índice
Taxa de Natalidade (Por mil habitantes)	2012	10,49
Taxa de Fecundidade Geral (Por mil mulheres entre 15 e 49 anos)	2012	39,82
Taxa de Mortalidade Infantil (Por mil nascidos vivos)	2012	5,63
Taxa de Mortalidade na Infância (Por mil nascidos vivos)	2012	8,45
Taxa de Mortalidade da População entre 15 e 34 Anos (Por cem mil habitantes nessa faixa etária)	2012	157,02
Taxa de Mortalidade da População de 60 Anos e Mais (Por cem mil habitantes nessa faixa etária)	2012	3555,84
Mães Adolescentes (com menos de 18 anos) (Em %)	2011	6,37
Mães que Tiveram Sete e Mais Consultas de Pré-Natal (Em %)	2011	95,01
Partos Cesáreos (Em %)	2011	86,15
Nascimentos de Baixo Peso (menos de 2,5kg) (Em %)	2011	7,48
Gestações Pré-Termo (Em %)	2011	6,09

Tabela 12 – Estatísticas Vitais e Saúde Fonte: IBGE

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Em Pereira Barreto, a esperança de vida ao nascer aumentou 6,2 anos nas últimas duas décadas, passando de 69,6 anos em 1991 para 71,2 anos em 2000, e para 75,7 anos em 2010. Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 75,7 anos e, para o país, de 73,9 anos.

Uma das ações importantes para a redução da mortalidade infantil é a prevenção através de imunização contra doenças infecto-contagiosas. Em 2012, 99,1% das crianças menores de 1 ano estavam com a carteira de vacinação em dia.

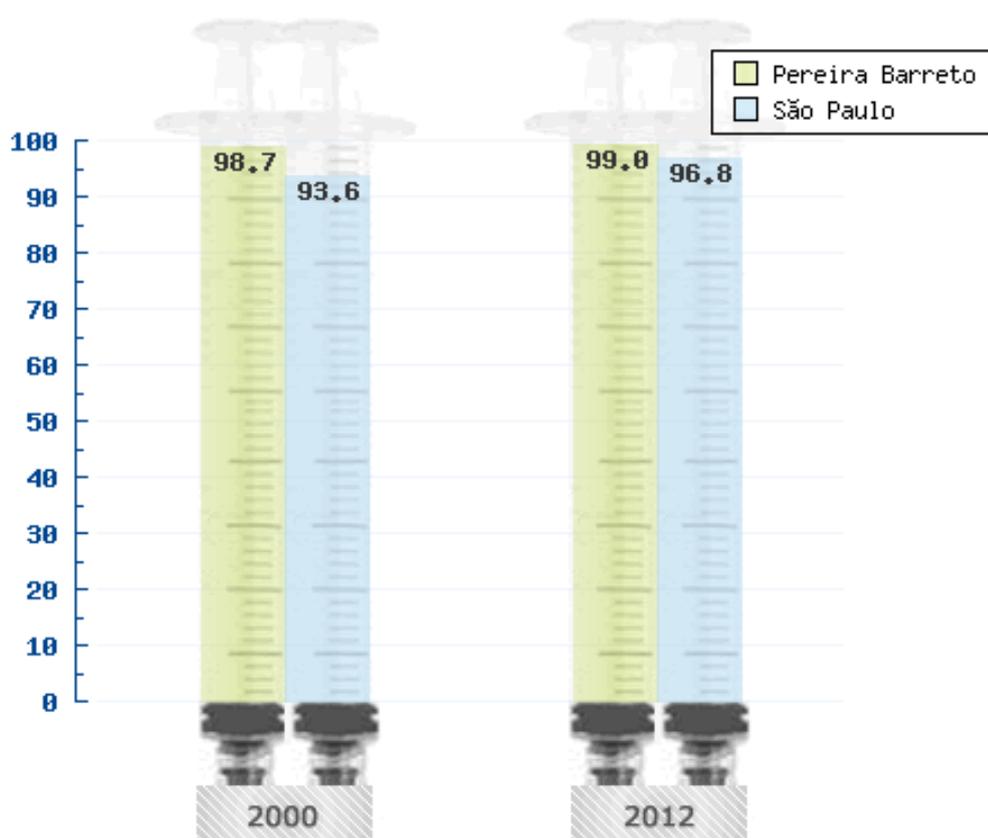


Figura 15 - Percentual de crianças menores de 1 ano com vacinação em dia - 2000-2012 – Fonte: Ministério da Saúde – DATASUS

h. Levantamento de indicadores e dos fatores causais de morbidade de doenças relacionadas com a falta de saneamento básico, mais especificamente, as doenças infecciosas e parasitárias.

São muitas as doenças vinculadas à falta de saneamento. Elas interferem na qualidade de vida da população e até mesmo no desenvolvimento do país. A maioria dessas doenças é de fácil prevenção, mas causam muitas mortes, como o caso da diarreia entre crianças menores de 5 anos no Brasil. Os índices de mortalidade infantil também estão associados ao acesso a

serviços de água, esgoto e destino adequado do lixo.

As doenças são transmitidas pelo contato ou ingestão de água contaminada, contato da pele com o solo e lixo contaminados. A presença de esgoto, água parada, resíduos sólidos, rios poluídos e outros problemas também contribuem para o aparecimento de insetos e parasitas que podem transmitir doenças.

É importante lembrar que os custos com prevenção dessas doenças são menores do que os que se tem com a cura e a perda de vidas por causa delas. Também se poderiam otimizar os gastos públicos com saúde se o dinheiro investido em tratamento de doenças vinculadas à falta de saneamento pudesse ser direcionado para outras questões.

As principais doenças relacionadas à falta de saneamento: amebíase, ancilostomíase, ascaridíase, cisticercose, cólera, dengue, diarreia, desenterias, elefantíase, esquistossomose, febre amarela, febre paratifóide, febre tifóide, giardíase, hepatite, infecções na pele e nos olhos, leptospirose, malária, poliomielite, teníase e tricuriase.

Para reduzir os casos dessas doenças é fundamental que a população tenha acesso a água boa, tratamento correto do esgoto (seja ele doméstico, industrial, hospitalar ou de qualquer outro tipo), destinação e tratamento do lixo, drenagem urbana, instalações sanitárias adequadas e promoção da educação sanitária (que inclui hábitos de higiene), entre outras ações.

Morbidade

Em epidemiologia, quando se fala em morbidade, pensa-se nos indivíduos de um determinado território (país, estado, município, distrito municipal, bairro) que adoeceram num dado intervalo do tempo neste território e/ou que passaram por internações.

O quadro a seguir apresenta os resultados para o município de Pereira Barreto. A categoria de classificação de destaque nesta ocasião são as internações por doenças infecciosas parasitárias, pois muitas doenças parasitárias são decorrentes da falta de saneamento básico.

Distribuição Percentual das Internações por Grupo de Causas e Faixa Etária - CID10
(por local de residência)

Capítulo CID	2009									Total
	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	42,7	70,0	44,0	36,2	8,9	10,3	15,9	22,7	20,5	21,0
II. Neoplasias (tumores)	-	-	1,1	1,4	0,8	12,8	10,0	6,6	7,4	8,4
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	-	-	-	4,3	-	1,1	3,2	2,4	3,3	1,6
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	8,5	3,3	4,4	10,1	4,0	1,1	1,3	3,0	2,7	2,5
V. Transtornos mentais e comportamentais	-	-	-	-	2,4	9,7	2,7	0,3	0,4	4,7
VI. Doenças do sistema nervoso	-	2,7	2,2	-	0,8	2,4	2,7	3,6	3,1	2,4
VII. Doenças do olho e anexos	-	-	-	-	-	-	0,3	-	-	0,0
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IX. Doenças do aparelho circulatório	1,2	-	-	4,3	2,4	9,0	19,1	15,7	17,2	10,0
X. Doenças do aparelho respiratório	14,6	14,0	8,8	2,9	3,2	2,4	3,8	5,4	6,0	4,7
XI. Doenças do aparelho digestivo	-	2,7	9,9	8,7	4,8	6,2	9,4	10,0	11,2	7,0
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	-	-	2,2	1,4	0,8	1,1	1,1	0,6	0,9	0,9
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	-	0,7	11,0	10,1	3,2	10,5	16,4	17,8	16,7	11,2
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	1,2	2,0	1,1	2,9	8,9	7,5	8,9	4,8	4,2	6,4
XV. Gravidez parto e puerpério	-	-	-	2,9	47,6	15,9	-	-	-	9,6
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	26,8	0,7	-	-	-	-	-	-	-	1,1
XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	2,4	1,3	1,1	1,4	-	-	0,3	-	-	0,3
XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	2,4	-	-	-	-	0,3	0,5	0,6	0,7	0,4
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	-	2,7	14,3	11,6	7,3	6,0	3,8	5,7	5,1	5,7
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	-	0,1	-	0,3	0,2	0,1
XXI. Contatos com serviços de saúde	-	-	-	1,4	4,8	3,6	0,5	0,3	0,2	2,0
CID 10ª Revisão não disponível ou não preenchido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	100,0									

Fonte: SIH/SUS. Situação da base de dados nacional em 03/05/2010.

Figura 16– Quadro de Morbidade. Fonte: DATASUS

i. Informações sobre a dinâmica social onde serão identificados e integrados os elementos básicos que permitirão a compreensão da estrutura de organização da sociedade e a identificação de atores e segmentos setoriais estratégicos, a serem envolvidos no processo de mobilização social para a elaboração e a implantação do plano.

A História de Pereira Barreto está ligada a Imigração Japonesa, que começou a ser traçada em 1.927, quando Governadores Japoneses se reuniram em Tóquio (Japão), no dia 01 de Agosto do mesmo ano, com o objetivo de fixar definitivamente os imigrantes Japoneses no Brasil.

Com o passar do tempo, os descendentes dos japoneses, chamados de nisseis, passaram a ser a minoria da população. Grande parte migrou para grandes centros urbanos, outros tantos percorreram o caminho inverso de seus antepassados, indo trabalhar no Japão. “Por causa da colonização japonesa na região, a cidade ainda conserva fortes traços da cultura oriental. No aspecto arquitetônico, o relógio central, conhecido como “Relójião” e a Praça da Bandeira, em que o chafariz é ornamentado com enfeites nipônicos, são mostras dos traços da influência japonesa na construção. Outro aspecto de forte influência nipônica é o vocabulário. Palavras hoje consagradas e que se incorporam à linguagem dos habitantes. Caso da palavra “oba sã”, que significa senhora em japonês. Ou ainda bacataré (bobo) e bendjo (banheiro).

Pereira Barreto carrega referências japonesas até mesmo na culinária. Pratos típicos da terra do Sol Nascente como o “sushi” e o “sashimi”, ou o mais comum dos pratos, o “gorrã” - arroz cozido -, não são novidades para a população local. A principal atividade econômica de Pereira Barreto é a agropecuária, com destaque para a criação de gado de corte. Na agricultura, o município destaca-se na produção de milho, laranja e melão. Em virtude da construção da usina hidrelétrica de Três Irmãos e do Canal de Pereira Barreto, no início dos anos 90, a cidade de tradição agrícola se converteu em um potencial pólo turístico. A antiga ponte pênsil, chamada “Ponte Novo Oriente”, construída por japoneses no período da colonização, foi totalmente submersa pelas águas da represa da usina, mas ainda hoje é possível observá-las por meio de mergulhos esportivos, um dos atrativos do município.

Mas, Pereira Barreto oferece muito mais que a prática do mergulho. A existência de uma praia, construída às margens da represa, faz lotar os hotéis e as áreas de camping da cidade. A existência de peixes esportivos como tucunaré e corvina na represa de Pereira Barreto, alimentada pelo rio Tietê, atrai também muitos pescadores ao local. O município abriga ainda o Canal de Pereira Barreto, considerado um dos maiores do mundo em extensão. As comemorações do aniversário de Pereira Barreto integram a programação da Feira Industrial e Agropecuária (Fiap).

A comunidade é envolvida com os programas e ações de saneamento como adesão ao programa de coleta seletiva, combate e prevenção á infestação do mosquito transmissor da dengue. Como exemplo desta prática a população utiliza flores artificiais para homenagear seus entes falecidos por ocasião do dia de finados evitando vasos com água parada.

A população também participa ativamente na preservação e limpeza dos quintais e vias públicas prevenindo a infestação de vetores na cidade e em suas residências.

j. Descrição do nível educacional da população, por faixa etária.

A tabela a seguir apresenta o nível de escolaridade distribuído pelas faixas etárias do município conforme o Atlas Brasil com dados de 2013.. Pode-se perceber uma evolução sempre positiva de todos os índices ao longo dos anos. Ainda destacam-se mais positivamente os saltos da faixa etária de 15 a 17 com o Fundamental completo e a faixa de 11 a 13 com ensino médio completo frequentando os anos finais, pois são as faixas ótimas para tais níveis de escolaridade,consequentemente acredita-se que, futuramente, boa parcela desta população, que agora estão nessas faixas, continuarem seus estudos para conseguir o nível técnico- profissionalizante e o superior. Entretanto ainda há muito que melhorar, afinal, segundo os dados do Censo de 2010, menos de 15% da população com mais de 25 anos tem ensino fundamental e médio completos e menos de 8% tem nível superior completo.

(%) População Anos de Estudo Por Faixa Etária	1991	2000	2010
Percentual da população de 5 a 6 anos de idade frequentando a escola	41,57	90,95	99,06
Percentual da população de 11 a 13 anos de idade frequentando os anos finais do fundamental ou que já concluiu o fundamental	54,86	71,64	86,23
Percentual da população de 15 a 17 anos com fundamental completo	34,76	63,78	82,70
Percentual da população de 18 a 20 anos de idade com o ensino médio completo	13,35	39,69	63,67
Subíndice de frequência escolar da população jovem - IDHM Educação	0,361	0,665	0,829
Percentual da população de 18 anos ou mais com fundamental completo	28,12	41,48	56,96

Tabela 13 - (%) População Anos de Estudo Por Faixa Etária. Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano/2013

Mesorregiões, microrregiões e municípios.	Pessoas de 25 anos ou mais de idade					
	Total	Nível de instrução				
		Sem instrução	Fundamental	Médio	Superior	Não
Pereira Barreto	15 627	7 700	2 197	3 735	1 995	-

Tabela 14 - População Nível Superior. Fonte: Censo 2010 - IBGE

O total de pessoas alfabetizadas por faixa etária em Pereira Barreto no ano de 2010 é o tema abordado com as tabelas abaixo apresentadas.

Mesorregiões, microrregiões, municípios, distritos e bairros.	Pessoas de 5 anos ou mais de idade, alfabetizadas								
	Total	Grupos de idade							
		5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais
Pereira Barreto	21 178	1 114	1 914	2 077	3 768	3 761	3 509	2 393	2 642

Tabela 15 - População Alfabetizada Por Faixa Etária. Fonte: Censo 2010 - IBGE

A taxa de alfabetização do município é um pouco maior em relação á taxa nacional de 90,4%.

Mesorregiões, microrregiões, municípios, distritos e bairros	Taxa de alfabetização das pessoas de 5 anos ou mais de idade (%)								
	Total	Grupos de idade							
		5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais
Pereira Barreto	90,8	71,1	98,6	98,7	98,3	97,2	95,9	90,4	71,5

Tabela 16 - (%) População Alfabetizada Por Faixa Etária. Fonte: Censo 2010 – IBGE

k. Descrição dos indicadores de educação.

No IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) o município está na 1.570.^a posição, entre os 5.565 do Brasil, quando avaliados os alunos da 4.^a série, e na 1.062.^a, no caso dos alunos da 8.^a série.

O IDEB nacional, em 2011, foi de 5,4 para os anos iniciais do ensino fundamental em escolas públicas e de 4,5 para os anos finais.

Os valores assinalados em verde indicam os anos em que a metas foram atingidas.

Município ⇅	Ideb Observado				Metas Projetadas							
	2005 ⇅	2007 ⇅	2009 ⇅	2011 ⇅	2007 ⇅	2009 ⇅	2011 ⇅	2013 ⇅	2015 ⇅	2017 ⇅	2019 ⇅	2021 ⇅
PEREIRA BARRETO	5.4	5.0	5.6	6.2	5.4	5.7	6.1	6.3	6.5	6.8	7.0	7.2

Figura 17 - de 4^a /5^a IDEB – Fonte: Inep

Município ⇅	Ideb Observado				Metas Projetadas							
	2005 ⇅	2007 ⇅	2009 ⇅	2011 ⇅	2007 ⇅	2009 ⇅	2011 ⇅	2013 ⇅	2015 ⇅	2017 ⇅	2019 ⇅	2021 ⇅
PEREIRA BARRETO	4.9	4.5	4.6	4.5	4.9	5.0	5.3	5.7	6.0	6.2	6.4	6.6

Figura 18 – 8^a/9^a série IDEB – Fonte: Inep

Crianças e Jovens

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHM Educação.

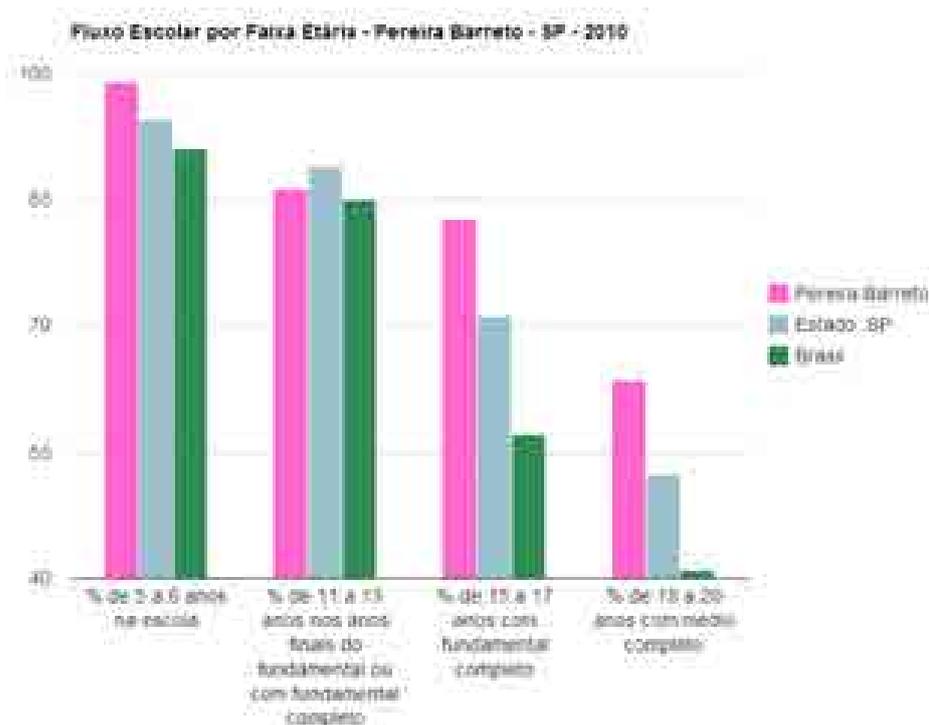


Figura 19 - Fluxo Escolar Fonte: PNUD, IPEA.

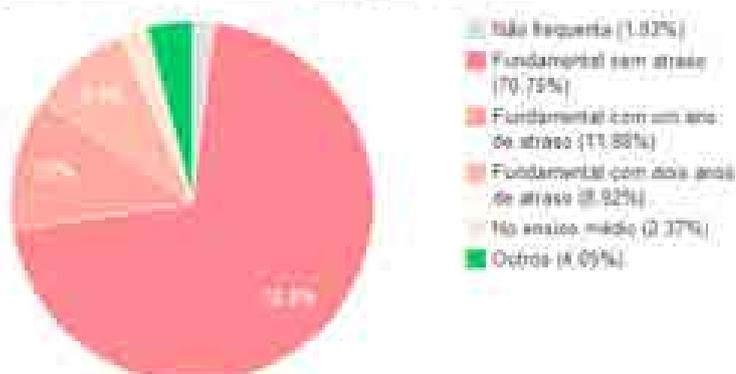
No período de 2000 a 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 8,92% e no de período 1991 e 2000, 118,79%. A proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 20,37% entre 2000 e 2010 e 30,59% entre 1991 e 2000.

Em 2010, 70,75% dos alunos entre 6 e 14 anos de Pereira Barreto estavam cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade. Em 2000 eram 68,79% e, em 1991, 50,17%. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 56,52% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso. Em 2000 eram 45,85% e, em 1991, 19,19%. Entre os alunos de 18 a 24 anos, 19,74% estavam cursando o ensino superior em 2010, 8,13% em 2000 e 8,04% em 1991. Nota-se que, em 2010, 1,93% das crianças de 6 a 14 anos não frequentavam a escola, percentual que, entre os jovens de 15 a 17 anos atingia 14,67%.

E a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 89,70% entre 2000 e 2010 e 154,78% entre 1991 e 2000. Em 2010, 73,43% dos alunos entre 6 e 14

anos de Pereira Barreto estavam cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade. Em 2000 eram 74,66% e, em 1991, 52,08%. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 55,75% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso. Em 2000 eram 42,39% e, em 1991, 14,33%. Entre os alunos de 18 a 24 anos, 18,38% estavam cursando o ensino superior em 2010, 8,24% em 2000 e 3,22% em 1991. Nota-se que, em 2010, 1,01% das crianças de 6 a 14 anos não frequentavam a escola, percentual que, entre os jovens de 15 a 17 anos atingia 11,87%.

Frequência escolar de 6 a 14 anos - Pereira Barreto - SP - 2010



Frequência escolar de 15 a 17 anos - Pereira Barreto - SP - 2010



Frequência escolar de 18 a 24 anos - Pereira Barreto - SP - 2010

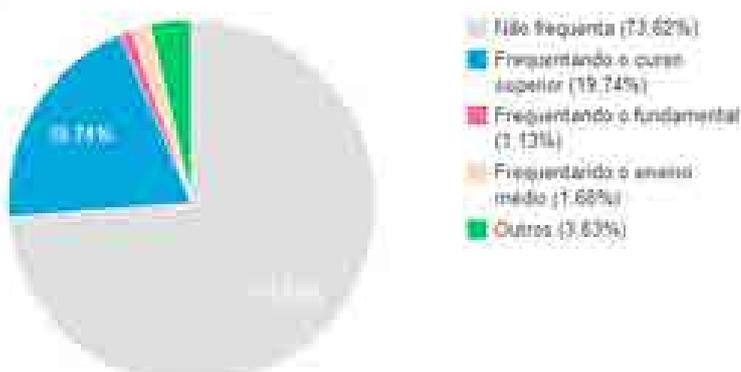


Figura 20 - Frequência Escolar - 2010 Fonte: PNUD, IPEA

População Adulta

A escolaridade da população adulta é importante indicador de acesso a conhecimento e também compõe o IDHM Educação.

Em 2010, 56,96% da população de 18 anos ou mais de idade tinha completado o ensino fundamental e 41,26% o ensino médio. Em São Paulo, 62,91% e 44,86% respectivamente. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas e de menos escolaridade. A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 9,83% nas últimas duas décadas. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas e de menos escolaridade.

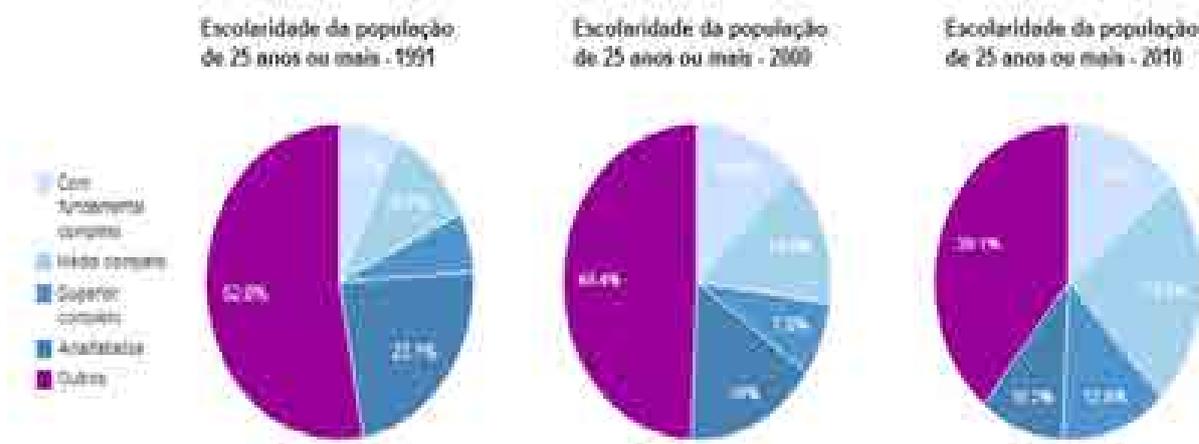


Figura 21 - Escolaridade da População – Fonte: IBGE

Anos Esperados de Estudo

Os anos esperados de estudo indicam o número de anos que a criança que inicia a vida escolar no ano de referência tende a completar. Em 2010, Pereira Barreto tinha 10,09 anos esperados de estudo, em 2000 tinha 9,92 anos e em 1991 9,87 anos. Enquanto que São Paulo, tinha 10,33 anos esperados de estudo em 2010, 10,23 anos em 2000 e 9,68 anos em 1991.

As tabelas abaixo referem-se à matrícula inicial na Creche, Pré-Escola, Ensino Fundamental e Ensino Médio (incluindo o médio integrado e normal magistério), no Ensino Regular e na Educação de Jovens e Adultos presencial Fundamental e Médio (incluindo a EJA integrada à educação profissional) das redes estaduais e municipais, urbanas e rurais em tempo parcial e integral e o total de matrículas nessas redes de ensino. As matrículas da Educação Especial constam na Tabela 18.

Unidades da Federação Municípios Dependência Administrativa	Matrícula inicial													
	Ensino Regular										EJA			
	Educação Infantil				Ensino Fundamental				Médio		EJA Presencial			
	Creche		Pré-escola		Anos Iniciais		Anos Finais				Fundamental		Médio	
	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral
Estadual Urbana	-	-	-	-	-	-	928	-	727	-	22	-	117	-
Estadual Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Municipal Urbana	-	476	359	231	81	489	-	-	-	-	14	-	-	-
Municipal Rural	-	-	18	-	41	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estadual e Municipal	-	476	377	231	851	489	928	-	727	-	36	-	117	-
Total		952	754	462	892	978	1.856	0	1.454	0	72	0	234	0

Tabela 17 – Matrículas no Ensino Regular- Fonte: Ministério da Educação – INEP

Unidades da Federação Municípios Dependência Administrativa	Matrícula inicial													
	Educação Especial (Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)													
	Educação Infantil				Ensino Fundamental				Médio		EJA Presencial			
	Creche		Pré-escola		Anos Iniciais		Anos Finais				Fundamental		Médio	
	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral
Estadual Urbana	-	-	-	-	-	-	97	-	58	-	5	-	1	-
Estadual Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Municipal Urbana	-	-	-	-	24	1	-	-	-	-	1	-	-	-
Municipal Rural	-	-	1	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estadual e Municipal	-	-	1	-	26	1	97	-	58	-	6	-	1	-
Total	0	0	2	0	52	2	194	0	116	0	12	0	2	0

Tabela 18 - Matrículas no Ensino Especial- Fonte: Ministério da Educação – INEP

No município, em 2010, 18,1% das crianças de 7 a 14 anos não estavam cursando o ensino fundamental. A taxa de conclusão, entre jovens de 15 a 17 anos, era de 81,0%. No Estado, em 2010, a taxa de frequência líquida no ensino fundamental era de 83,7% ,no ensino médio, este valor cai para 59,7%.

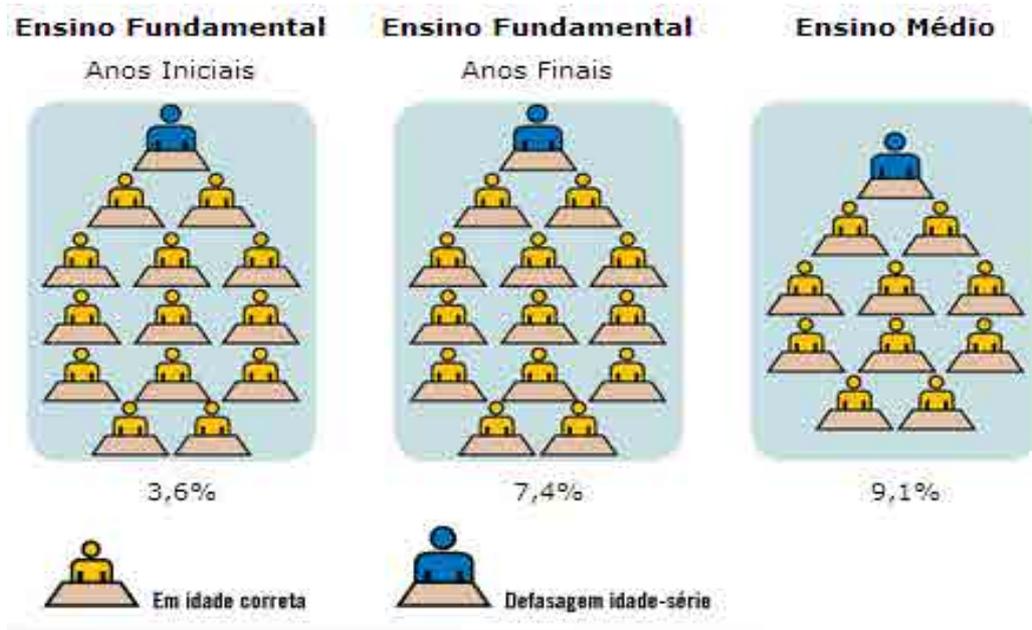


Figura 22 - Distorção idade-série no ensino fundamental e médio – 2012

A distorção idade-série eleva-se à medida que se avança nos níveis de ensino. Entre alunos do ensino fundamental, estão com idade superior à recomendada nos anos iniciais, 3,6% e nos anos finais, 7,4% chegando a 9,1% de defasagem entre os que alcançam o ensino médio. Trazemos a seguir a frequência no ensino fundamental de 1991 a 2010:

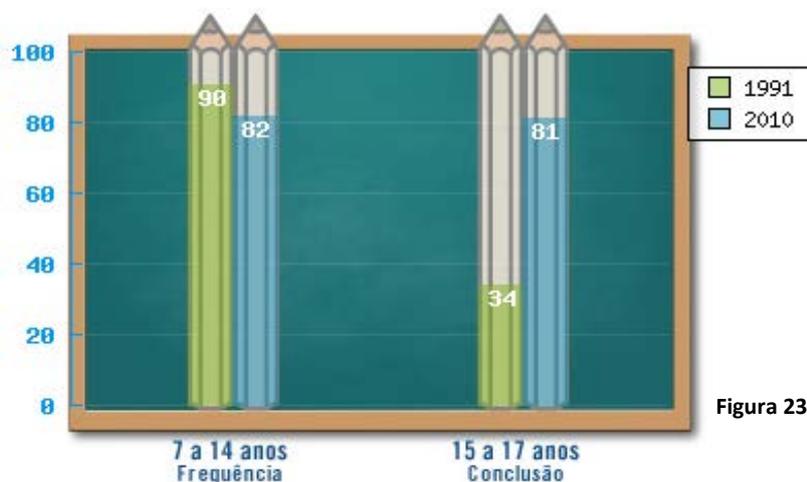


Figura 23 – Frequência Escolar – Fonte: IBGE-2010

L. Identificação e avaliação da capacidade do sistema educacional, formal e informal, em apoiar a promoção da saúde, qualidade de vida da comunidade e salubridade do município.

Com relação à capacidade do sistema educacional do município, formal e informal, em apoiar a promoção da saúde, qualidade de vida e saneamento básico foram levantadas ações e iniciativas de integrar esses temas transversais, saúde e saneamento, na educação básica. Nesse sentido, observou-se que existem em algumas escolas municipais, quadros informativos sobre práticas de higiene, outros quadros sobre a importância da água. Portanto acredita-se que o sistema tem capacidade de efetuar e ser apoio, mas há maiores possibilidades não exploradas, como, por exemplo, a inserção de textos sobre saneamento e saúde nas aulas de português, ações que fortaleçam a participação no programa de coleta seletiva entre outras.

m. Identificação e avaliação do sistema de comunicação local, as formas de comunicação próprias geradas no interior do município e sua capacidade de difusão das informações sobre o plano à população da área de planejamento.

A comunicação com a população em Pereira Barreto se dá através dos diversos meios, entre eles jornal impresso, rádio e internet. A Prefeitura Municipal possui uma página oficial na rede social “Facebook”, além do sítio oficial. Estes veículos são utilizados para divulgação de variadas informações à comunidade com um retorno bastante satisfatório.

Na imprensa escrita, o jornal local presta serviços a municipalidade publicando periodicamente atos públicos e matérias de interesse social.

Pereira Barreto tem um jornal diário, chamado Diário Regional e uma revista de circulação mensal, chamada Ágape e um portal de notícias chamado Portal de Pereira Barreto.

A Assessoria de Imprensa da Prefeitura de Pereira Barreto é o departamento responsável pela organização e execução dos serviços de informação sobre as atividades do Poder Executivo. O foco principal do trabalho é a democratização do acesso a informação e o aprimoramento dos canais de comunicação entre a Prefeitura e a população. Atende todas as secretarias da Administração Municipal na divulgação de iniciativas e elaboração de campanhas institucionais que objetivam levar ao conhecimento da população as ações de cada unidade do governo.

Os sistemas de comunicação existentes atuam com eficiência informando a população sobre as questões gerais da cidade bem como as ligadas ao saneamento e meio ambiente.

n. Descrição dos indicadores de renda, pobreza e desigualdade.

A renda per capita média de Pereira Barreto cresceu 58,15% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 470,41 em 1991 para R\$ 514,72 em 2000 e R\$ 743,94 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 9,42% no primeiro período e 44,53% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00, em reais de agosto de 2010) passou de 2,85% em 1991 para 5,07% em 2000 e para 1,22% em 2010.

A desigualdade diminuiu: o Índice de Gini passou de 0,53 em 1991 para 0,55 em 2000 e para 0,48 em 2010. O Índice de Gini é um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar.

Renda, Pobreza e Desigualdade - Pereira Barreto - SP			
Ano	1991	2000	2010
Renda per capita (em R\$)	470,41	514,72	743,94
% de extremamente pobres	2,85	5,07	1,22
% de pobres	18,35	19,43	5,65
Índice de Gini	0,53	0,55	0,48

Tabela 19 - Renda, Pobreza e Desigualdade – 2010 - Fonte: PNUD, IPEA

o. Porcentagem de renda apropriada por extrato da população

Trabalho

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 62,11% em 2000 para 65,58% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 18,36% em 2000 para 8,51% em 2010.

Porcentagem da Renda Apropriada por Estratos da População - Pereira Barreto - SP			
Ano	1991	2000	2010
20% mais pobres	4,23	3,41	4,80
40% mais pobres	11,97	10,60	14,02
60% mais pobres	23,40	21,73	27,81
80% mais pobres	40,79	39,97	47,17
20% mais ricos	59,21	60,03	52,83

Tabela 20 - Renda – 2010 - Fonte: PNUD, IPEA

Taxa de Atividade e de Desocupação 18 anos ou mais - 2010

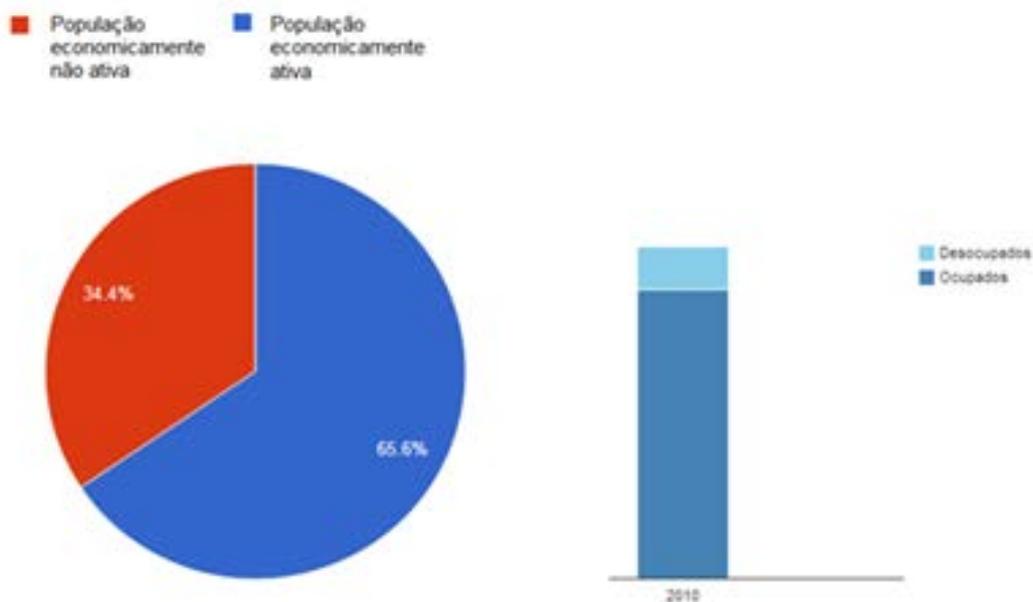


Figura 24 - Taxa de Atividade - Fonte: PNUD, IPEA

Ocupação da população de 18 anos ou mais - Pereira Barreto - SP		
Ano	2000	2010
Taxa de atividade	62,11	65,58
Taxa de desocupação	18,36	8,51
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	55,72	62,13
Nível educacional dos ocupados		
% dos ocupados com fundamental completo	52,27	65,36
% dos ocupados com médio completo	33,50	48,46
Rendimento médio		
% dos ocupados com rendimento de até 1 s.m.	40,23	23,93
% dos ocupados com rendimento de até 2 s.m.	74,69	69,21

Tabela 21 - Ocupação da População de 18 anos - Fonte: PNUD, IPEA e FJP

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais, 13,65% trabalhavam no setor agropecuário, 0,07% na indústria extrativa, 15,44% na indústria de transformação, 8,53% no setor de construção, 1,09% nos setores de utilidade pública, 15,26% no comércio e 40,16% no setor de serviços.

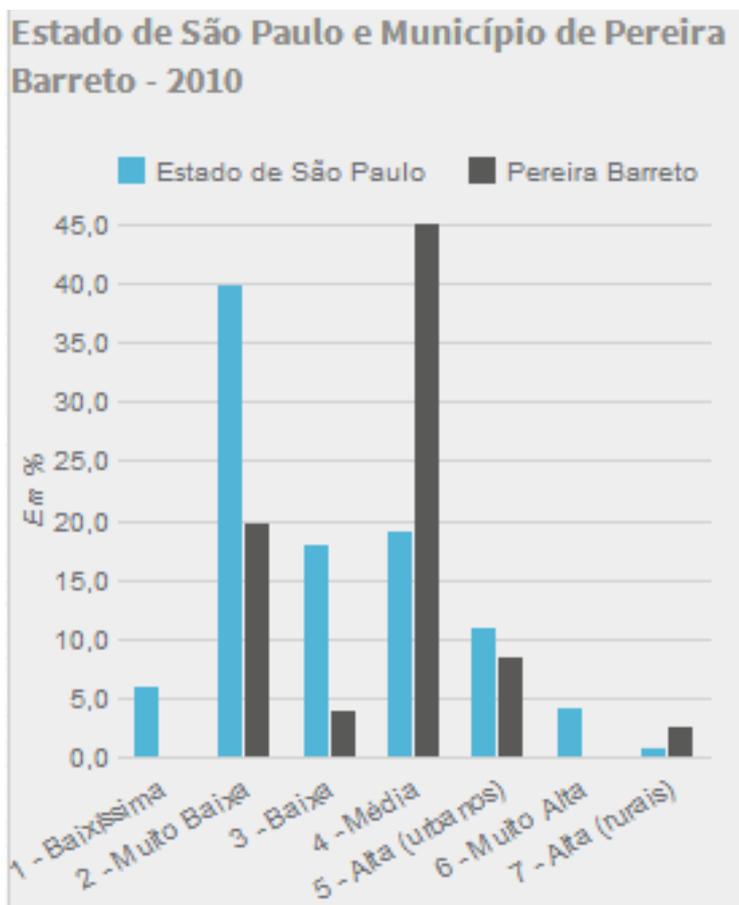


Figura 25 – Grupos de IPVS Fonte: SEADE

Vulnerabilidade social

O Município de Pereira Barreto, que integra a Região Administrativa de Araçatuba, possuía, em 2010, 24.459 habitantes. A análise das condições de vida de seus habitantes mostra que a renda domiciliar média era de R\$1.857, sendo que em 18,8% dos domicílios não ultrapassava meio salário mínimo per capita. Em relação aos indicadores demográficos, a idade média dos chefes de domicílios era de 49 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 10,9% do total. Dentre as mulheres responsáveis pelo domicílio 9,0% tinham até 30 anos, e a parcela de crianças com menos de seis anos equivalia a 8,0% do total da população.

Os sete grupos do IPVS resumem as situações de maior ou menor

vulnerabilidade às quais a população se

encontra exposta (Figura ao lado), a partir de um gradiente das condições socioeconômicas e do perfil demográfico. As características desses grupos, no município de Pereira Barreto, são apresentadas a seguir.

Os grupos de vulnerabilidade social

A distribuição da População, segundo Grupos do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social-IPVS é apresentada abaixo.

O Grupo 2 (vulnerabilidade muito baixa): 4.850 pessoas (19,8% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos domicílios era de R\$2.772 e em 10,0% deles a renda não ultrapassava meio salário mínimo per capita. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 52 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 8,0%. Dentre as mulheres chefes de domicílios

7,4% tinham até 30 anos, e a parcela de crianças com menos de seis anos equivalia a 5,9% do total da população desse grupo.

O Grupo 3 (vulnerabilidade baixa): 1.000 pessoas (4,1% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos domicílios era de R\$1.313 e em 23,3% deles a renda não ultrapassava meio salário mínimo per capita. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 38 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 31,6%. Dentre as mulheres chefes de domicílios 32,4% tinham até 30 anos, e a parcela de crianças com menos de seis anos equivalia a 9,6% do total da população desse grupo.

O Grupo 4 (vulnerabilidade média - setores urbanos): 15.829 pessoas (64,7% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos domicílios era de R\$1.685 e em 20,0% deles a renda não ultrapassava meio salário mínimo per capita. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 50 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 9,6%. Dentre as mulheres chefes de domicílios 6,9% tinham até 30 anos, e a parcela de crianças com menos de seis anos equivalia a 7,9% do total da população desse grupo.

O Grupo 5 (vulnerabilidade alta - setores urbanos): 2.097 pessoas (8,6% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos domicílios era de R\$1.336 e em 26,0% deles a renda não ultrapassava meio salário mínimo per capita. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 41 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 18,9%. Dentre as mulheres chefes de domicílios 12,5% tinham até 30 anos, e a parcela de crianças com menos de seis anos equivalia a 11,6% do total da população desse grupo.

O Grupo 7 (vulnerabilidade alta - setores rurais): 683 pessoas (2,8% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos domicílios era de R\$1.060 e em 32,0% deles a renda não ultrapassava meio salário mínimo per capita. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 47 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 12,0%. Dentre as mulheres chefes de domicílios 5,3% tinham até 30 anos, e a parcela de crianças com menos de seis anos equivalia a 11,6% do total da população desse grupo.

Vulnerabilidade Social - Pereira Barreto - SP			
Crianças e Jovens			
Ano	1991	2000	2010
Mortalidade infantil	24,10	21,10	13,70
% de crianças de 4 a 5 anos fora da escola	-	35,05	12,12
% de crianças de 6 a 14 anos fora da escola	13,66	1,33	1,93
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza	-	14,70	7,15
% de mulheres de 10 a 14 anos que tiveram filhos	0,00	0,00	0,00
% de mulheres de 15 a 17 anos que tiveram filhos	10,03	7,63	7,86
Taxa de atividade - 10 a 14 anos (%)	-	7,02	10,41
Família			
% de mães chefes de família sem fundamental completo e com filhos menores de 15 anos	10,95	12,45	6,58
% de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e dependentes de idosos	2,52	4,70	2,60
% de crianças extremamente pobres	4,16	8,05	1,85
Trabalho e Renda			
% de vulneráveis à pobreza	47,54	44,34	20,93
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	-	46,86	33,15
Condição de Moradia			
% de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados	0,30	0,66	0,14

Tabela 22 - Vulnerabilidade Social - Fonte: SEADE

Atividades Econômicas

O Setor terciário é o mais relevante da economia de Pereira Barreto, com 57,65% do PIB. A Indústria corresponde a 35,14%. A Agropecuária é 7,21% do PIB, isto em 2010.

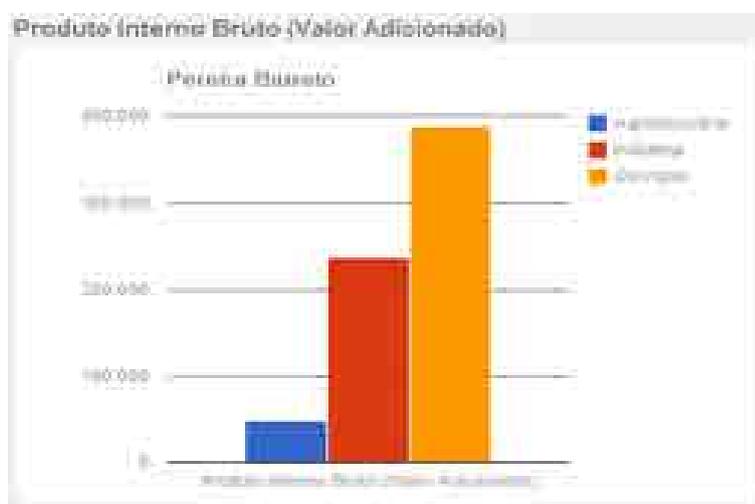


Figura 26 - PIB Valor Adicionado

Economia	Ano	Município	Estado
PIB (Em milhões de reais correntes)	2010	29.152,92	1.247.595,93
PIB per Capita (Em reais correntes)	2010	727,74	30.264,06
Participação no PIB do Estado (Em %)	2010	0,06	100,00
Participação da Agropecuária no Total do Valor Adicionado (Em %)	2010	7,21	1,87
Participação da Indústria no Total do Valor Adicionado (Em %)	2010	35,14	29,08
Participação dos Serviços no Total do Valor Adicionado (Em %)	2010	57,65	69,05
Participação nas Exportações do Estado (Em %)	2012	-	100,00

Tabela 23 - PIB 2010 – Fonte: SEADE

O Turismo contribui na geração de renda, pois a Estância tem uma programação de eventos que ajuda a ocupar a rede de hotéis e pousadas. Temos ainda na economia do município a piscicultura, a criação de gado, produção de milho e frutas cítricas. Na agroindústria a Usina Interlagos, na produção de álcool e energia elétrica, tem fomentado empregos e novos investimentos.

A piscicultura foi iniciada no município de Pereira Barreto em 2005. A área utilizada de água é de aproximadamente dois hectares, com tanques-rede de vinte e dois metros cúbicos. A associação de piscicultores produz somente tilápia, as vendas são somente de peixes "in natura" comercializada quase exclusivamente para frigoríficos.

A piscicultura pode ser bem sucedida na região devido ao número de lagos de usinas hidrelétricas. São todos lagos sem qualquer poluição. O clima da região por ser quente é propício para quase todos os tipos de peixes de água doce.

As receitas da prefeitura apresentam superávit de cerca de R\$8,5 milhões.

Variável	Pereira Barreto
Receitas (R\$)	46.503.968,16
Despesas (R\$)	38.000.856,59



Figura 27 – Despesas x Receitas

A seguir apresentamos as principais características da economia do município.

Emprego e Rendimento	Ano	Município	Estado
Participação dos Empregos Formais da Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura no Total de Empregos Formais (Em %)	2011	8,00	2,70
Participação dos Empregos Formais da Indústria no Total de Empregos Formais (Em %)	2011	33,20	20,90
Participação dos Empregos Formais da Construção no Total de Empregos Formais (Em %)	2011	3,20	5,50
Participação dos Empregos Formais do Comércio Atacadista e Varejista e do Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas no Total de Empregos Formais (Em %)	2011	20,00	19,30
Participação dos Empregos Formais dos Serviços no Total de Empregos Formais (Em %)	2011	35,60	51,60
Rendimento Médio dos Empregos Formais da Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura (Em reais correntes)	2011	1.301,83	1.234,37
Rendimento Médio dos Empregos Formais da Indústria (Em reais correntes)	2011	2.272,85	2.548,90
Rendimento Médio dos Empregos Formais da Construção (Em reais correntes)	2011	903,00	1.903,48
Rendimento Médio dos Empregos Formais do Comércio Atacadista e Varejista e do Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas (Em reais correntes)	2011	1.160,42	1.590,37
Rendimento Médio dos Empregos Formais dos Serviços (Em reais correntes)	2011	1.639,22	2.309,60

Tabela 24 - Emprego e Rendimento - Fonte: SEADE

p. Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Pereira Barreto é 0,766, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,164), seguida por Longevidade e por Renda. Entre 1991 e 2000, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,236), seguida por Longevidade e por Renda.

Localidade	IDHM (2010)	IDHM Renda (2010)	IDHM Longevidade (2010)	IDHM Educação (2010)
Brasil	0.727	0.739	0.816	0.637
Pereira Barreto	0,78	0,73	0,85	0,73

Tabela 25 - IDH – Fonte Atlas Brasil -2013

Os índices apresentados pelo município estão acima dos índices nacionais.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Pereira Barreto - SP			
IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,33	0,57	0,73
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	28,12	41,48	56,96
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	41,57	90,95	99,06
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	54,86	71,64	86,23
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	34,76	63,78	82,70
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	13,35	39,69	63,67
IDHM Longevidade	0,74	0,77	0,85
Esperança de vida ao nascer (em anos)	69,55	71,24	75,71
IDHM Renda	0,66	0,67	0,73
Renda per capita (em R\$)	470,41	514,72	743,94

Tabela 26 – IDH - Fonte: PNUD, IPEA e FJP

Evolução

Entre 2000 e 2010

O IDHM passou de 0,664 em 2000 para 0,766 em 2010 - uma taxa de crescimento de 15,36%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 30,36% entre 2000 e 2010.

Entre 1991 e 2000

O IDHM passou de 0,545 em 1991 para 0,664 em 2000 - uma taxa de crescimento de 21,83%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 26,15% entre 1991 e 2000.

Entre 1991 e 2010

Pereira Barreto teve um incremento no seu IDHM de 40,55% nas últimas duas décadas, abaixo da média de crescimento nacional (47,46%) e acima da média de crescimento estadual (35,47%). O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 48,57% entre 1991 e 2010.

	Taxa de Crescimento	Hiato de Desenvolvimento
Entre 1991 e 2000	0,22	0,26
Entre 2000 e 2010	0,15	0,30
Entre 1991 e 2010	0,41	0,49

Tabela 27 - IDH - Fonte: PNUD, IPEA e FJP

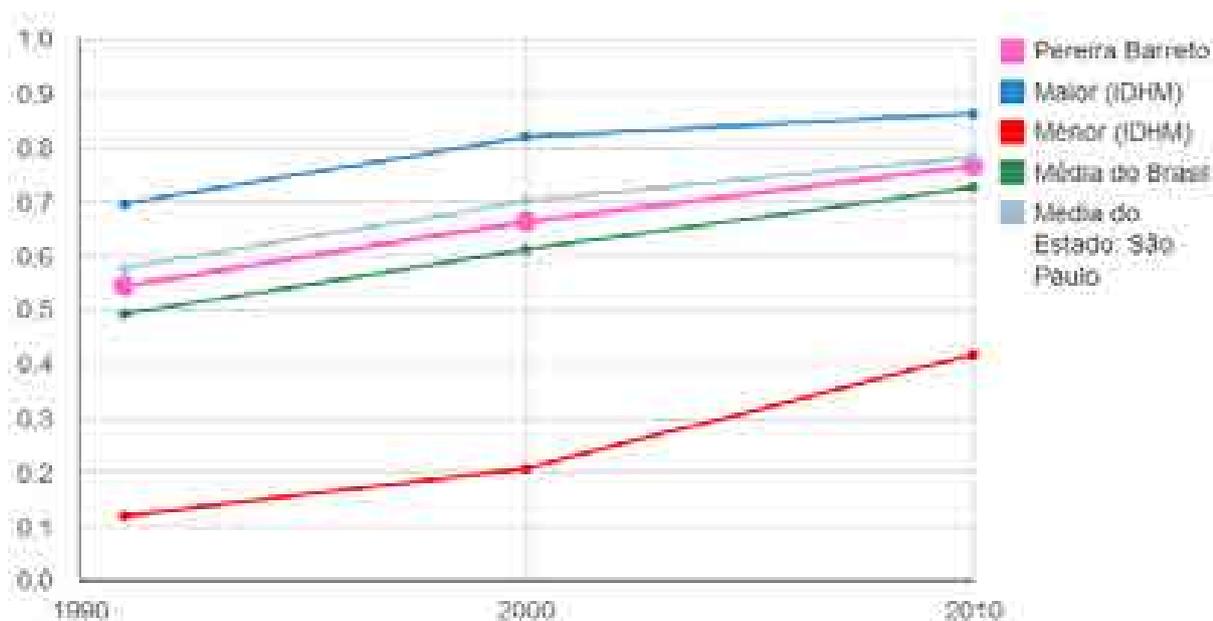


Figura 28 - Evolução do IDHM - Pereira Barreto – SP Fonte: Atlas Brasil

Pereira Barreto ocupa a 274ª posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 273 (4,91%) municípios estão em situação melhor e 5.291 (95,08%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 645 outros municípios de São Paulo, Pereira Barreto ocupa a 131ª posição, sendo que 130 (20,16%) municípios estão em situação melhor e 514 (79,69%) municípios estão em situação pior ou igual.

Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS 2010

Num cenário em que a produção de estatísticas é cada vez mais demandada tanto por órgãos públicos como pela mídia, a Fundação Seade recebeu da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, no âmbito do Fórum São Paulo, em 2000, a incumbência de construir um indicador que mensurasse o grau de desenvolvimento humano de todos os municípios paulistas.

Tal instrumento forneceria à Assembleia mais subsídios para refletir a respeito dos elementos que induzem diferentes desempenhos econômicos e sociais dos municípios do Estado.

O indicador deveria traçar um retrato detalhado do Estado de São Paulo em termos de desenvolvimento humano, compartilhando com o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH o

entendimento de que este processo complexo deve considerar, ao lado dos aspectos econômicos, as dimensões relativas à vida social e à qualidade de vida dos indivíduos.

Procurou-se, assim, construir um indicador que identificasse o estágio de desenvolvimento de determinado município nas três dimensões consideradas pelo IDH: renda, escolaridade e longevidade.

Para o Estado de São Paulo, no entanto, incorporaram-se três importantes inovações decorrentes das suas condições particulares:

- inclusão de variáveis capazes de caracterizar mudanças num prazo mais curto, captando, na medida do possível, os resultados dos esforços dos municípios em avançar nas três dimensões consideradas pelo indicador;
- construção de uma tipologia que permite conhecer simultaneamente o estágio de desenvolvimento de determinado município nas três dimensões, possibilitando a imediata identificação dos seus principais problemas econômicos e sociais;
- adoção de uma estrutura de escalas compatível com a realidade dos 645 municípios do Estado de São Paulo, apresentando, assim, um quadro mais complexo e detalhado da diversidade dos municípios paulistas.

A partir desses parâmetros, compôs-se o IPRS de quatro indicadores: três indicadores sintéticos setoriais, que mensuram as condições atuais do município em termos de renda, escolaridade e longevidade – permitindo o ordenamento dos 645 municípios do Estado segundo cada uma dessas dimensões –; e uma tipologia constituída de cinco grupos, denominada grupos do IPRS, que resume a situação dos municípios segundo os três eixos considerados, sem, no entanto, ordená-los.

Nas edições de 2008 e 2010 do IPRS, Pereira Barreto classificou-se no Grupo 2, que agrega os municípios bem posicionados na dimensão riqueza, mas com deficiência em pelo menos um dos indicadores sociais.

O quadro a seguir traz a caracterização dos cinco grupos de classificação.

Grupo	Descrição Geral do Grupo	Possibilidades de Classificação das Dimensões
Grupo 1	Municípios com índice elevado de riqueza e bons níveis nos indicadores de longevidade e escolaridade	Alta riqueza, alta longevidade e média escolaridade; Alta riqueza, alta longevidade e alta escolaridade; Alta riqueza, média longevidade e média escolaridade; Alta riqueza, média longevidade e alta escolaridade
Grupo 2	Municípios com níveis de riqueza elevados, mas indicadores de longevidade e escolaridade intermediários	Alta riqueza, baixa longevidade e baixa escolaridade; Alta riqueza, baixa longevidade e média escolaridade; Alta riqueza, baixa longevidade e alta escolaridade; Alta riqueza, média longevidade e baixa escolaridade; Alta riqueza, alta longevidade e baixa escolaridade
Grupo 3	Municípios com baixos níveis de riqueza, mas bons indicadores de longevidade e escolaridade	Baixa riqueza, alta longevidade e média escolaridade; Baixa riqueza, alta longevidade e alta escolaridade; Baixa riqueza, média longevidade e média escolaridade; Baixa riqueza, média longevidade e alta escolaridade
Grupo 4	Municípios com baixos níveis de riqueza e indicadores intermediários de longevidade e escolaridade	Baixa riqueza, baixa longevidade e média escolaridade; Baixa riqueza, baixa longevidade e alta escolaridade; Baixa riqueza, média longevidade e baixa escolaridade; Baixa riqueza, alta longevidade e baixa escolaridade
Grupo 5	Municípios desfavorecidos tanto em riqueza como nos indicadores de longevidade e escolaridade	Baixa riqueza, baixa longevidade e baixa escolaridade

Figura 29 - Quadro de Classificação do IPRS

Desenvolvimento dos Indicadores

Embora tenha somado pontos nesse score, Riqueza, o indicador agregado é inferior à média estadual e o município perdeu posições nesse ranking no período.



Figura 30 – Indicador riqueza Fonte: SEADE

Comportamento das variáveis que compõe esta dimensão no período 2008-2010:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços variou de 10,6 MWh para 11,8 MWh ;
- o consumo de energia elétrica por ligação residencial variou de 1,9 MWh para 2,0 MWh ;
- o rendimento médio do emprego formal variou de R\$ 1.564 para R\$ 1.569;
- o valor adicionado per capita cresceu de R\$ 19.289 para R\$ 26.411.

Pereira Barreto realizou avanços nesta dimensão, somando pontos no score, mas situa-se

abaixo da média estadual. Com esse desempenho, o município conquistou posições no ranking.



Figura 31 – Indicador longevidade Fonte: SEADE

Entre 2008 e 2010 o município aumentou seu indicador agregado de escolaridade e melhorou sua posição no ranking. Seu escore é superior ao nível médio do Estado.



Figura 32 – Indicador escolaridade Fonte: SEADE

Comportamento das variáveis que compõe esta dimensão no período 2008-2010:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) decresceu de 22,2 para 13,3;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) diminuiu de 25,8 para 14,3;
- a taxa de mortalidade das pessoas de 15 a 39 anos (por mil habitantes) reduziu-se de 2,3 para 2,1;
- a taxa de mortalidade das pessoas de 60 a 69 anos (por mil habitantes) decresceu de 21,7 para 19,0.

Comportamento das variáveis que compõe esta dimensão no período 2008-2010:

- a taxa de atendimento escolar de crianças de 4 a 5 anos cresceu de 71,9% para 81,6%;
- a média da proporção de alunos da rede pública, que atingiram o nível adequado nas provas de português e matemática (5º ano do ensino fundamental) aumentou de 28,6% para 43,8%;
- a média da proporção de alunos da rede pública, que atingiram o nível adequado nas provas de português e matemática (9º ano do ensino fundamental) elevou-se de 14,6% para 16,9%;
- o percentual de alunos com atraso escolar no ensino médio diminuiu de 14,5% para 11,4%.

A tabela a seguir traz o desenvolvimento dos índices e sua relação com os índices apresentados pelo Estado.

Condições de Vida	Ano	Município	Estado
Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS – Dimensão Riqueza	2008	37	42
	2010	40	45
Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS – Dimensão Longevidade	2008	46	68
	2010	62	69
Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS – Dimensão Escolaridade	2008	40	40
	2010	49	48
Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS	2008	Grupo 2 - Municípios que, embora com níveis de riqueza elevados, não exibem bons indicadores sociais	
	2010	Grupo 2 - Municípios que, embora com níveis de riqueza elevados, não exibem bons indicadores sociais	

Tabela 28 - Condições de Vida - Fonte: SEADE

q. Índice nutricional da população infantil de 0 a 2 anos.

Em 2012, o número de crianças com menos de 2 anos pesadas pelo Programa Saúde Familiar era de 5.845; destas, 0,2% estavam desnutridas.

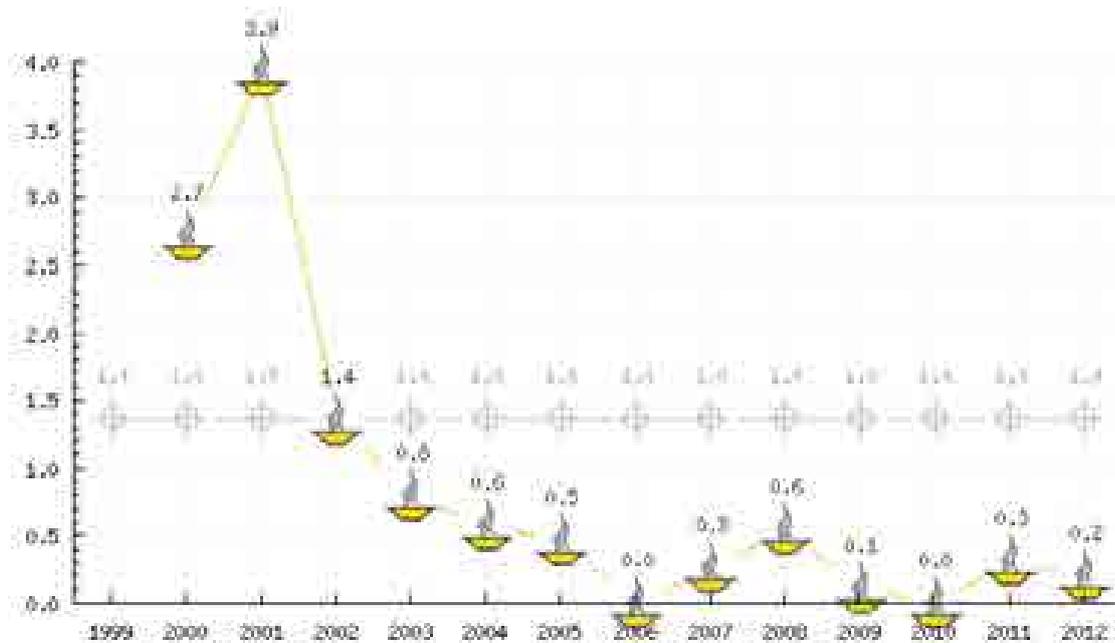


Figura 33 - Percentual de crianças menores de 2 anos desnutridas - 2000-2012 – Ministério da Saúde – DATASUS

r. **Caracterização física simplificada do município, contemplando: aspectos geológicos, pedológicos, climatológicos, recursos hídricos, incluindo águas subterrâneas e fitofisionomia predominantes no município.**

Relevo

O estado de São Paulo está situado sobre um amplo planalto, com cerca de 600 km de extensão no sentido sudeste-noroeste, orlado a leste por uma estreita planície litorânea de aproximadamente 40 km de largura média. A transição entre o planalto e a planície se faz por uma escarpa abrupta, a serra do Mar, com altitude entre 800 m e 1100 m. O planalto desce suavemente para o interior e se divide em três seções: o planalto cristalino, a depressão interior e o planalto ocidental, que formam, ao lado da planície litorânea e da serra do Mar, as cinco unidades morfológicas do estado.



Figura 34 - Relevo do Estado de São Paulo

O Planalto Ocidental, onde se localiza a Estância de Pereira Barreto, é a mais extensa unidade morfológica de São Paulo, que ocupa aproximadamente metade do território do estado caindo de 700m de altitude a leste, para 300 m a oeste. Exibe assim a feição de uma cuesta, cuja frente ou rebordo é a serra Geral. O arcabouço geológico da cuesta é formado por estratos de basalto, cobertos por formações areníticas que se intercalam entre eles. Por essa razão, as formações basálticas afloram com reduzida frequência no estado de São Paulo e são observadas apenas nos fundos dos vales e ao longo da serra Geral, ou em manchas esparsas. A extensão e a distribuição dos afloramentos de basalto alcançam certa importância econômica, já que é da decomposição desta rocha que se originam os solos de terra roxa. Nesse particular, São Paulo difere radicalmente do Paraná, onde o planalto ocidental é inteiramente recoberto por formações basálticas.

O dorso do planalto ocidental tem topografia bastante regular, mas os rios que o drenam,

afluentes da margem esquerda do Paraná, sulcaram-no profundamente com seus vales, dividindo-o em numerosos compartimentos alongados no sentido sudeste-noroeste, denominados espigões.

Clima

Segundo a classificação climática de Koeppen, baseada em dados mensais pluviométricos e termométricos, o estado de São Paulo abrange sete tipos climáticos distintos, a maioria correspondente a clima úmido. As regiões a Noroeste, onde se localiza Pereira Barreto, são mais quentes, pertencem ao tipo Aw, tropical chuvoso com inverno seco e mês mais frio com temperatura média superior a 18°C. O mês mais seco tem precipitação inferior a 60mm e com período chuvoso que se atrasa para o outono. O mês mais frio tem temperatura média superior a 18°C.

MÊS	TEMPERATURA DO AR (C)			CHUVA (mm)
	mínima média	máxima média	média	
JAN	20.5	32.1	26.3	218.6
FEV	20.6	32.3	26.5	166.7
MAR	20.0	32.2	26.1	136.8
ABR	17.5	31.1	24.3	72.4
MAI	14.9	29.3	22.1	54.4
JUN	13.7	28.4	21.0	36.6
JUL	13.2	28.7	20.9	21.1
AGO	14.9	31.5	23.2	20.4
SET	17.0	32.6	24.8	55.6
OUT	18.6	32.6	25.6	112.2
NOV	19.2	32.4	25.8	127.9
DEZ	20.1	32.0	26.0	182.9
Ano	17.5	31.3	24.4	1205.6
Min	13.2	28.4	20.9	20.4
Max	20.6	32.6	26.5	218.6

Tabela 29 - Classificação Climática - Fonte CEPAGRI

Hidrografia

O município compõem a Bacia do Baixo Tietê – UGRHI-19 e a Bacia do São José dos Dourados - UGRHI-18. Na bacia hidrográfica do Baixo Tietê, a predominância da disponibilidade dos recursos hídricos superficiais encontra-se na calha do Rio Tietê, ou seja nos reservatórios das UHE de Três Irmãos e Nova Avanhandava, sendo que os afluentes, no geral, não possuem grandes vazões. Já as águas subterrâneas possuem expressivas reservas em toda a área da bacia, predominantemente nos dois principais aquíferos: Bauru e Guarani.

A UGRHI-18 é definida por uma série de bacias hidrográficas de cursos d'água, a maioria de pequeno porte, que desembocam no reservatório formado no rio Paraná pela barragem da UHE de Ilha Solteira no rio Paraná; dentre esses cursos d'água destaca-se o rio São José dos Dourados. O reservatório de Ilha Solteira apresenta um estirão que atinge, no extremo de montante, a confluência dos rios Grande e Paranaíba, formadores do rio Paraná, adentrando também pelo rio Grande. Esse reservatório é interligado com o de Três Irmãos no rio Tietê (UGRHI 19), via canal de Pereira Barreto.

Principais Cursos D'água e pontos hidrográficos são: Rio Tietê, Rio São José, Canal Pereira Barreto, Terminal Intermodal Pereira Barreto e a Usina Hidrelétrica de Três Irmãos.

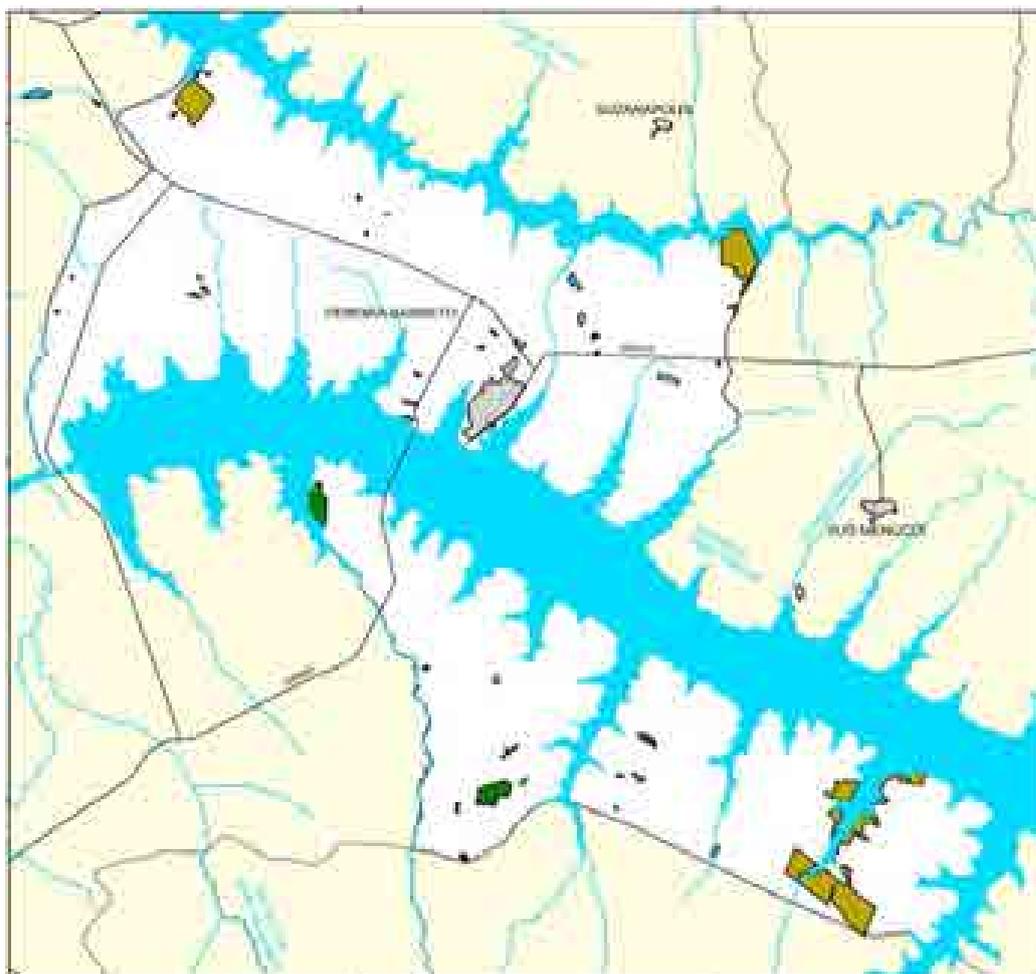
Aquífero Subterrâneo

Os três grandes sistemas aquíferos que ocorrem na área das UGRHI's são: Aquífero Guarani, Aquífero Bauru e Aquífero Serra Geral. De acordo com o Relatório Situação dos Recursos Hídricos da Bacia do São José dos Dourados (1999), os poços instalados e cadastrados na bacia (total de 136 poços cadastrados) produziram 0,464 m³/s para atender a demanda requerida. O Relatório de Situação dos Recursos Hídricos da UGRHI não apresenta a estimativa das reservas exploráveis. No Relatório de Situação dos Recursos Hídricos do Estado de São Paulo – 1999 a disponibilidade hídrica subterrânea da UGRHI é estimada em 4,4 m³/s.

Desde 1994, observa-se que as concentrações de cromo total são elevadas no Sistema Aquífero Bauru. No monitoramento atual observou-se que as águas subterrâneas das UGRHIs 18 e 21 são as que apresentam as maiores concentrações desse elemento.

Vegetação

No interior do Estado não há tanta umidade no ar, nem neblina, e o inverno é bem marcado, mais seco e, por vezes, bem mais frio. A Mata de Planalto, que ocorre nessa região, é formada por árvores não tão altas, não ocorrem tantas palmeiras e os troncos não são recobertos por outras plantas, exceto dezenas de espécies de cipós. Durante o inverno muitas espécies trocam as folhas, ficando alguns dias ou semanas sem elas.



Legenda



Cobertura Vegetal	Área (ha)	%
matas	355,06	0,16
campos	158,63	0,15
cerrado	1.701,20	1,00
vegetação de várzea	0,21	0,00
vegetação não classificada	1,00	0,00
TOTAL	2.216,10	2,21
infraestrutura	70,95	0,03

em hectares e área do município

área do município: 100.420 ha

Figura 35 - Cobertura Vegetal - Fonte: Inventário Florestal do Estado de SP

Geologia e Geomorfologia, Pedologia e Hidro meteorologia

O Planalto Ocidental Paulista, com altitudes entre 300 e 1.000 metros, apresenta terrenos levemente ondulados e com solos do tipo latossolo vermelho-amarelo e vermelho-escuro, podzólico vermelho-amarelo, basalto, latossolo roxo e terra roxa estruturada. Estende-se por

quase metade do território paulista, predominando nas regiões nordeste, oeste e noroeste do Estado.

As unidades geológicas que afloram na área do município são os sedimentos clásticos predominantemente arenosos e as rochas ígneas basálticas do Grupo São Bento (Mesozóico da Bacia do Paraná), as rochas sedimentares do Grupo Bauru (pertencentes à Bacia do Bauru, do Cretáceo Superior), os sedimentos pertencentes à Formação Itaqueri e depósitos correlatos (das Serras de São Carlos e Santana), de idade cretácea e cenozóica, e pelos depósitos aluvionares associados à rede de drenagem, além dos colúviões e eluviões. A UGRHI 19, bacia na qual Pereira Barreto está localizado, está inserida na Província Geomorfológica do Planalto Ocidental Paulista e das Cuestas Basálticas, segundo a subdivisão geomorfológica do Estado de São Paulo. Os solos no que se refere à profundidade e a organização do perfil, formam dois conjuntos principais:

- Solos pedologicamente desenvolvidos caracterizados por apresentarem horizontes superiores com alteração pronunciada dos minerais originais e desenvolvimento pedogenético bastante influenciado pelas condições climáticas da região, com tendência à latossolização ou podzolização dos perfis.
- Solos caracterizados por apresentar alteração incompleta dos minerais constituintes do substrato pedogenético, cujo desenvolvimento condiciona-se a situações específicas do meio em que se encontram, tais como: ambientes com drenagem interna deficiente, áreas de alta declividade, planícies fluviais e substrato essencialmente quartozoso.

A região é caracterizada como sendo de clima quente e úmido, com inverno seco. Apresenta um índice pluviométrico com valores que variam em torno de 1.100 a 1.300 mm/ano, sendo os maiores valores registrados na região de Andradina, pela influência do rio Paraná e, os menores, na parte norte da bacia.

A ocupação do território de Pereira Barreto se deu de forma mais intensa na zona rural, com a colonização japonesa e menor na zona urbana.

Esse quadro é modificado de forma intensa com a construção da Usina Hidrelétrica de 3 Irmãos e a perda de grande parte do território municipal, ocupado pelas águas do reservatório. Como consequência, houve perda de população e certo incremento na ocupação da zona urbana, mas sem que isso tenha causado graves problemas de qualidade da ocupação.

O cenário passa de um município de características de pequenas propriedades rurais, com os colonizadores japoneses para uma ocupação mais urbana.

Atualmente a cidade é dotada de infraestrutura e serviços urbanos (boa parte dos equipamentos, em especial de saneamento, foram implantados na época da construção da UH 3 Irmãos, a título de compensações ambientais do empreendimento).

Urbanisticamente a cidade possui algumas regiões que foram ocupadas de forma irregular, enquanto licenciamento de parcelamento de solo. Trata-se de bairros, criados e ocupados em

décadas anteriores à construção da UH. Não chegam a configurar ocupação sub normal, uma vez que as construções são de qualidade regular, em alvenaria e dotadas de infraestrutura de saneamento

Economicamente o impacto da UH 3 Irmãos se dá na alteração de uma economia baseada na produção agrícola por um potencial a ser explorado pela atividade de turismo, por conta do grande lago.

s. Identificação das principais carências de planejamento físico territorial que resultaram em problemas evidentes de ocupação territorial desordenada, parâmetros de uso e ocupação do solo, definição das Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS

Instrumentos de Planejamento Urbano

Lei nº 3465 - Dispõe sobre Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo

Estabelece a forma como o território municipal será disposto de maneira a compatibilizar o desenvolvimento social e econômico com o uso e à intensidade de ocupação do solo a fim de não haver prejuízos para o desenvolvimento ambiental.

Plano Diretor

Formulado como Lei complementar nº 28/ 2006 em outubro de 2006, trata-se de um documento orientador da política de desenvolvimento urbano, da expansão urbana, do ordenamento territorial e do processo contínuo de planejamento do Município.

Código de Posturas

Dispõe sobre as medidas de poder de polícia administrativa do Município no que se refere à higiene, à ordem pública e funcionamento dos estabelecimentos comerciais industriais e congêneres, além da necessária relação entre o poder público local e os munícipes, sancionada em maio de 2014.

Código Tributário do Município

Aprovada em dezembro de 2000, esta Lei dispõe o Código Tributário do Município, dispondo sobre fatos geradores, contribuintes, responsáveis, bases de cálculo, alíquotas, lançamento e arrecadação de cada tributo, disciplinando a aplicação de penalidades, a concessão de isenções e administração tributária.

Lei Orgânica

Aprovada em abril de 1990 com o objetivo de definir as primeiras diretrizes municipais.

Plano de Macro Drenagem Urbana

O objetivo principal do Plano é subsidiar a Prefeitura do Município a elaborar um efetivo planejamento da infra-estrutura urbana, em especial no tocante à Drenagem, bem como propiciar o início da estruturação de um banco de dados digital de relatório e mapas, contendo os estudos topográfico, hidráulico, hidrológico, e a determinação dos estudos de soluções. O mesmo encontra-se em fase final de elaboração.

Plano Municipal de Saúde

Concebido em 2010 o principal objetivo do plano é o contínuo aperfeiçoamento e a concretização do SUS, fundamentado nas suas diretrizes: universalização, integralidade e a equidade da atenção à saúde no município de Pereira Barreto.

Plano Municipal de Turismo

Foi formulado no decorrer do ano de 2012 pelo IDT-CEMA (Instituto de Desenvolvimento Turístico, Cultura, Esporte e Meio Ambiente). O Plano Diretor tem por objetivo atuar como instrumento estratégico de crescimento, desenvolvimento e fomento do turismo como agente de criação de empregos, aumento de divisas do município, captação de investidores, melhoria social da população e tornar Pereira Barreto em um destino nacional e internacional.

t. Identificação da situação fundiária e eixos de desenvolvimento da cidade e seus projetos de parcelamento e/ou urbanização.

Em consequência da criação do lago da UHE 3 Irmãos e o isolamento de parte do território municipal da sede e associado à migração da população rural para a cidade, novos empreendimentos imobiliários (loteamentos e conjuntos habitacionais de interesse social) foram implantados.

A cidade apresenta ocupação compacta, horizontal, com poucos vazios urbanos. Quanto à situação fundiária as propriedades urbanas, na sua grande maioria, tem situação regular, com exceção do conjunto habitacional – Projeto 26 que ainda depende de regularização fundiária.

Pela característica que a cidade tomou, depois da criação do lago, ficando incrustada em uma pequena península, a opção de crescimento restou a da direção Norte.

O município apresenta baixa expansão física, em função da estabilização de sua população.



Figura 36 – Caracterização Urbana. Fonte: PD de Pereira Barreto

u. Caracterização das áreas de interesse social: localização, perímetros e áreas, carências relacionadas ao saneamento básico e precariedade habitacional.

O Plano Diretor (Lei Complementar 28/2006) aponta duas Áreas de Especial Interesse Social (AEIS) sendo que uma se refere à necessidade regularização fundiária de empreendimento já implantado.

A segunda AEIS 2 se refere à determinação de parte do território para a implantação de novos conjuntos habitacionais de interesse social.

v. Infraestrutura (energia elétrica, pavimentação, transporte e habitação).

TRANSPORTE

A Prefeitura Municipal disponibiliza transporte público á população, através da cooperativa

COOPERTRANS, com frequência diária e horários regulares conforme imagem ilustrativa abaixo.

Confira os horários nos 50 pontos

ORÇAMENTO DE HORÁRIOS PARA TRANSPORTE COLETIVO URBANO DO MUNICÍPIO DE POMBAL		COOPERTRANS	
Linhas	Horários	Horários	Horários
1	06:00	06:30	07:00
2	06:30	07:00	07:30
3	07:00	07:30	08:00
4	07:30	08:00	08:30
5	08:00	08:30	09:00
6	08:30	09:00	09:30
7	09:00	09:30	10:00
8	09:30	10:00	10:30
9	10:00	10:30	11:00
10	10:30	11:00	11:30
11	11:00	11:30	12:00
12	11:30	12:00	12:30
13	12:00	12:30	13:00
14	12:30	13:00	13:30
15	13:00	13:30	14:00
16	13:30	14:00	14:30
17	14:00	14:30	15:00
18	14:30	15:00	15:30
19	15:00	15:30	16:00
20	15:30	16:00	16:30
21	16:00	16:30	17:00
22	16:30	17:00	17:30
23	17:00	17:30	18:00
24	17:30	18:00	18:30
25	18:00	18:30	19:00
26	18:30	19:00	19:30
27	19:00	19:30	20:00
28	19:30	20:00	20:30
29	20:00	20:30	21:00
30	20:30	21:00	21:30
31	21:00	21:30	22:00
32	21:30	22:00	22:30
33	22:00	22:30	23:00
34	22:30	23:00	23:30
35	23:00	23:30	24:00
36	23:30	24:00	24:30
37	24:00	24:30	25:00
38	24:30	25:00	25:30
39	25:00	25:30	26:00
40	25:30	26:00	26:30
41	26:00	26:30	27:00
42	26:30	27:00	27:30
43	27:00	27:30	28:00
44	27:30	28:00	28:30
45	28:00	28:30	29:00
46	28:30	29:00	29:30
47	29:00	29:30	30:00
48	29:30	30:00	30:30
49	30:00	30:30	31:00
50	30:30	31:00	31:30

Figura 37 – Imagem ilustrativa da Tabela de Horários dos ônibus Coletivos – Fonte: PMPB

O município possui um sistema de transporte escolar que fica a cargo do Departamento de Transportes vinculado à Secretaria de Obras do município.

A frota de ônibus do município também é utilizada para o transporte dos moradores rurais. O serviço é oferecido pela municipalidade sem custo algum aos moradores rurais para que estes venham à cidade realizar compras, atendimentos nos sistemas básico dentre outras atividades. Para o transporte das compras realizadas na cidade, estes moradores contam com o serviço de caminhão que leva diariamente os itens adquiridos.

A mobilidade urbana é feita principalmente por veículo particular de passeio, abaixo segue a caracterização da frota do município.

Variável	Pereira Barreto	São Paulo	Brasil
Automóveis	6.820	14.880.770	42.682.049
Caminhões	342	626.913	2.380.774
Caminhões-trator	54	134.270	492.640
Caminhonetes	764	1.470.277	5.238.645
Caminhonetas	246	851.860	2.288.427
Micro-ônibus	44	102.443	318.762
Motocicletas	2.739	3.811.101	16.910.307
Motonetas	882	644.480	3.023.852
Ônibus	92	140.654	514.976
Tratores	1	9.511	27.026
Utilitários	13	128.127	407.684

Tabela 30 – Frota de Pereira Barreto - Fonte IBGE

HABITAÇÃO

Elaboração de Plano Local de Habitação de Pereira Barreto

O Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS constitui um conjunto articulado de diretrizes, objetivos, metas, ações e indicadores que caracterizam os instrumentos de planejamento e gestão habitacionais. É a partir de sua elaboração que municípios consolidam, em nível local, a Política Nacional de Habitação, de forma participativa e compatível com outros instrumentos de planejamento local, como os Planos Diretores e os Planos Plurianuais Locais.

A lei que institui o SNHIS, Lei 11.124 de 2005, prevê, em seu art. 12, que os Estados e Municípios, ao aderirem ao SNHIS, se comprometem a elaborar seus respectivos Planos Locais de Habitação de Interesse Social – PLHIS. A apresentação do PLHIS é condição para que os entes federados acessem recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS.

O poder executivo vem desenvolvendo o Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS, tendo as ações previstas iniciadas.



Figura 38 – Banner de Divulgação do PLHIS – Fonte: PMPB

A Prefeitura da Estância Turística de Pereira Barreto, em conformidade com o PLHIS, está trabalhando para a construção do Conjunto Habitacional Pereira Barreto G que irá abrigar 150 habitações. Em uma segunda etapa, novas moradias serão construídas, totalizando 361 residências no conjunto habitacional.

A construção das casas no Pereira Barreto G, vem empregando uma tecnologia chamada de pré-moldada. Este recurso já vem sendo utilizado pelo CDHU há algum tempo, trazendo rapidez, economia e praticidade: no tempo de construção de uma casa convencional é possível construir aproximadamente sete domicílios no estilo pré-fabricado.

Ao todo serão investidos mais de R\$ 11 milhões na construção do conjunto habitacional, sendo que esse valor é reajustado anualmente conforme a data base do contrato. O contrato também garante a construção de toda infraestrutura relacionada à habitação, que são as instalações das redes de água, esgoto e de iluminação pública, além da construção de guias e sarjetas bem como a pavimentação de ruas e calçadas no conjunto habitacional. Cada casa terá 52,36 m², com dois dormitórios.

As condições de vida, da população barretense, tem melhorado ao longo das últimas décadas.

Indicadores de Habitação - Pereira Barreto - SP			
Ano	1991	2000	2010
% da população em domicílios com água encanada	86,04	97,14	99,24
% da população em domicílios com energia elétrica	96,74	99,96	99,90
% da população em domicílios com coleta de lixo. *Somente para população urbana.	89,48	98,78	98,88
Esgoto Sanitário – Nível de Atendimento (Em %)	-	-	97,54

Tabela 2 - Indicadores de Habitação - Fonte: PNUD, IPEA

ENERGIA ELÉTRICA

A Companhia Paulista de Energia (CESP) é a empresa responsável pela distribuição de energia elétrica no município de Pereira Barreto.

O perfil dos consumidores é predominantemente residencial com cerca de 83% do total do município.

Consumidores de Energia Elétrica	2012	(%)
Consumidores de Energia Elétrica – Industrial	60	0,71%
Consumidores de Energia Elétrica – Iluminação e Serviços Públicos e Outros	105	1,24%
Consumidores de Energia Elétrica – Rural	504	5,95%
Consumidores de Energia Elétrica – Comércio e Serviços	797	9,40%
Consumidores de Energia Elétrica – Residencial	7011	82,71%
Consumidores de Energia Elétrica – Total	8477	-

Tabela 3 - Consumidores de Energia Elétrica - Fonte: SEADE

O gráfico abaixo ilustra a proporção entre as categorias de consumidores de energia elétrica no município.

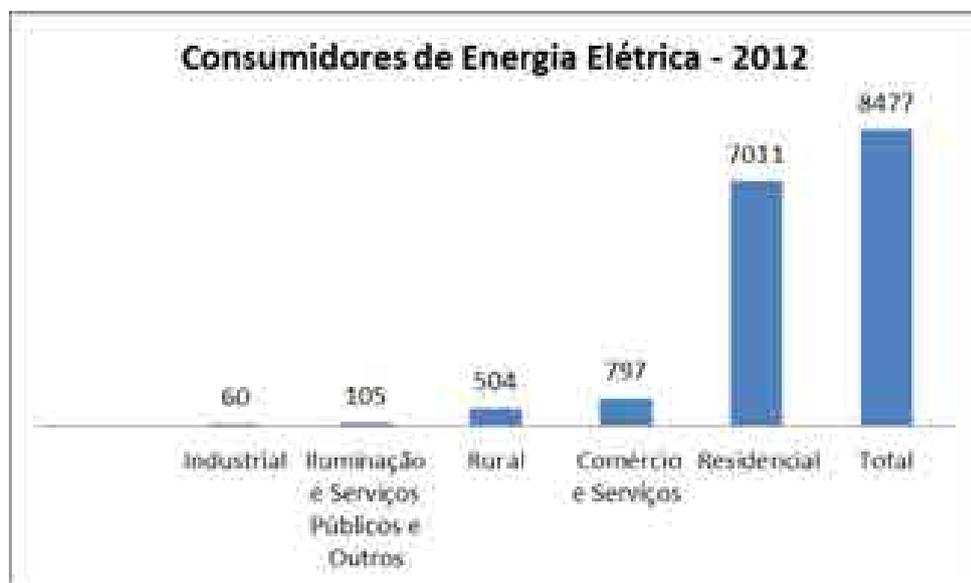


Figura 39 - Consumidores de Energia - Fonte: SEADE

Já o consumo rural tem uma diferença pequena do residencial, levando em consideração a porcentagem de consumidores em cada categoria com 6% e 83% respectivamente.

Consumo de Energia Elétrica (MWh)- 2012	2012	(%)
Consumo de Energia Elétrica – Industrial	2147	5,84%
Consumo de Energia Elétrica – Comércio e Serviços	5097	13,86%
Consumo de Energia Elétrica – Iluminação e Serviços Públicos e Outros	7775	21,14%
Consumo de Energia Elétrica – Rural	9484	25,79%
Consumo de Energia Elétrica – Residencial	12268	33,36%
Consumo de Energia Elétrica – Total	36770	-

Tabela 33 - Consumo de Energia em MWh - Fonte: SEADE

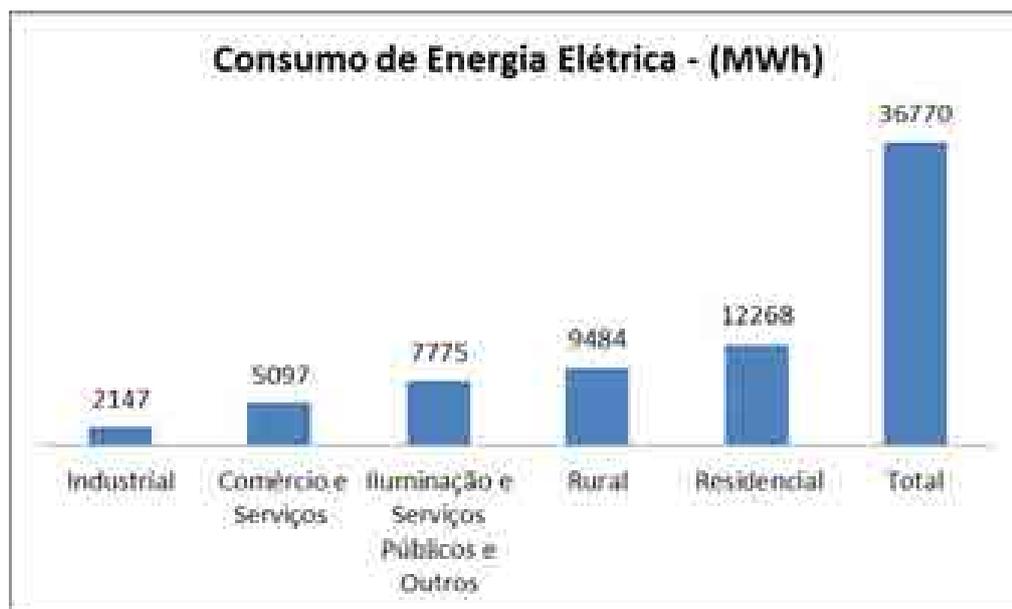


Figura 40 - Consumo de Energia - Fonte: SEADE

PAVIMENTAÇÃO

A Prefeitura de Pereira Barreto, através da Secretaria Municipal Obras e Serviços Públicos, é responsável pelas obras de pavimentação no município, tanto pela manutenção das vias como pela expansão das vias pavimentadas.

A malha viária urbana de Pereira Barreto é totalmente pavimentada, sendo a grande maioria com pavimentação asfáltica e algumas vias com piso tipo blocket. Os acessos às áreas rurais e estradas rurais não contam com pavimentação.



Figura 41 – Malha Viária Urbana. Fonte: Google Earth

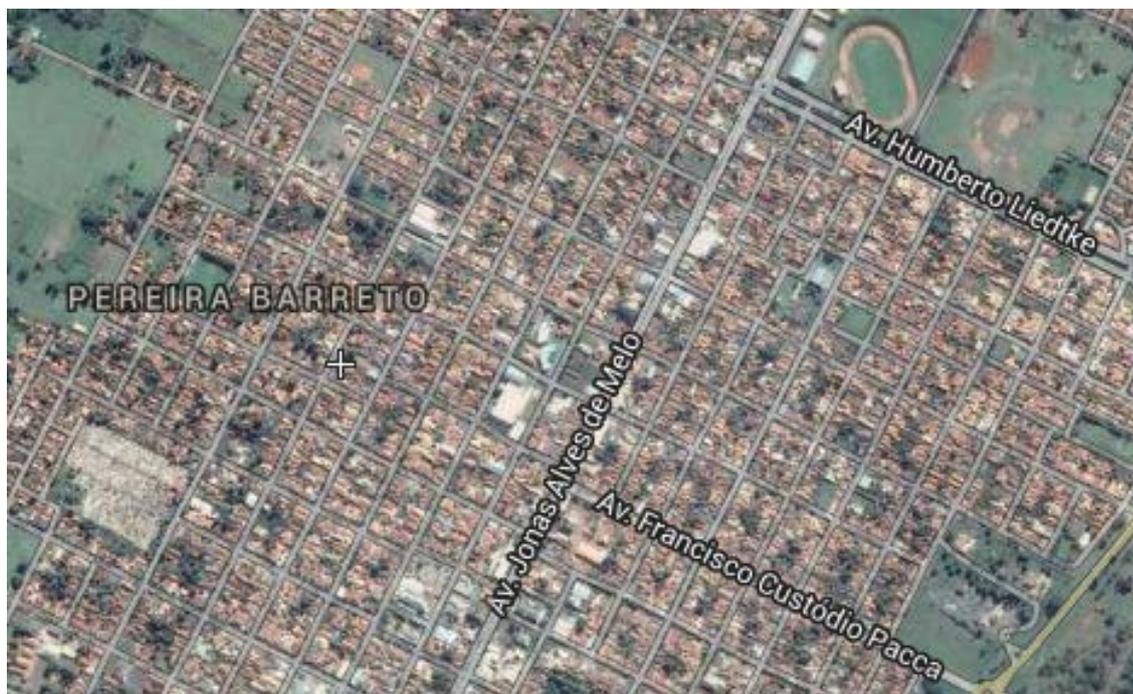


Figura 42 – Detalhe da Malha Viária.



Figura 43 – Bairros em fase de implantação e posterior pavimentação. Fonte: Google Earth.



Figura 44 – Malha Viária da Zona Rural. Fonte Google Earth

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Para a consecução da caracterização do município e do diagnóstico sócio-cultural e econômico, realizou-se um levantamento de informações das áreas rurais e urbanas, fornecidas pela administração local e/ou adquiridas através de órgãos oficiais, tais como:

<http://www.sidra.ibge.gov.br> - Sistema do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de Recuperação Automática (SIDRA/IBGE);

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil> - IBGE Cidades - Ferramenta para se obter informações sobre todos os municípios do Brasil como gráficos, tabelas, históricos e mapas que traçam um perfil completo de cada uma das cidades brasileiras;

<http://www.snis.gov.br> - Sistema Nacional de Indicadores de Saneamento (SNIS);

<http://www.pnud.org.br> - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD);

<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php> - Indicadores do Sistema Único de Saúde (DATASUS);

<http://produtos.seade.gov.br/produtos/perfil/perfilMunEstado.php> - Fundação SEADE, perfil municipal;

<http://www.inep.gov.br/> - <http://ideb.inep.gov.br/> - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP;

<http://www.ssp.sp.gov.br/> - Secretaria de Segurança Pública de São Paulo - Indicadores da criminalidade do Estado de São Paulo;

<http://www.educacao.sp.gov.br/> - Secretaria de Educação de São Paulo – Instituições de ensino público do Estado de São Paulo;

<http://www.cprm.gov.br/> - Serviço Geológico do Brasil (CPRM) - Geologia e Recursos Minerais do Estado de São Paulo;

<http://www.ana.gov.br/> - <http://atlas.ana.gov.br> - Agência Nacional de Águas (ANA) - O ATLAS, coordenado pela Agência Nacional de Águas – ANA, consolida um amplo trabalho de diagnóstico e planejamento nas áreas de recursos hídricos e saneamento no Brasil;

<http://www.cetesb.sp.gov.br/> - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB é a agência do Governo do Estado responsável pelo controle, fiscalização, monitoramento e licenciamento de atividades geradoras de poluição;

<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs> - Ministério do Meio Ambiente (MMA) - Cadastro Nacional de Unidades de Conservação - O CNUC é um sistema integrado de banco de dados com informações padronizadas das unidades de conservação geridas pelos três níveis de governo e por particulares;

<http://www.brasilemcidades.gov.br/src/html/home.html> - o Sistema Nacional de Informações das Cidades, é um instrumento de gestão pública ao alcance das prefeituras de todo o país, e do público em geral, disponível através da plataforma Brasil em Cidades para consultar indicadores dos municípios brasileiros; dados geográficos e imagens de satélite de diversas cidades;

Foram pesquisadas outras fontes bibliográficas consideradas relevantes para exemplificação e fundamentação dos mais variados assuntos referentes ao município, tais como:.

PDP. Plano Diretor Participativo – Pereira Barreto – 2006;

PMD – Plano de Macrodrenagem – Pereira Barreto-2012 e,

Plano da Bacia Hidrográfica do Baixo Tiête – 2007.



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde



PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PEREIRA BARRETO - SP

RELATÓRIO DE PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES

PRODUTO "E"

Outubro/14

REVISÃO - 00

REV.	DATA	DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO	VISTO	APROVAÇÃO
0	Out/14	Emissão Inicial	CO	MCB	CAB



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde



Sumário

APRESENTAÇÃO	2
PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES.....	2



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde



APRESENTAÇÃO

O presente trabalho é parte integrante do convênio firmada entre a Prefeitura Municipal de Pereira Barreto e a FUNASA, objetivando a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Pereira Barreto - SP.

Em conformidade com o estabelecido pelo Termo de Referência que rege o convênio, apresentamos o RELATÓRIO DE PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES que configura o “PRODUTO E”.

O documento que ora se apresenta, tem por objetivo indicar as ações ou conjunto de ações que configuram os programas e projetos municipais que visão atingir os objetivos para o saneamento básico no município definidos na fase na perspectiva técnica.

PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES

Para que se aplica-se a metodologia de priorização aos programas, projetos e ações planejadas para o PMSB-PB, definiram-se critérios de hierarquização das medidas a serem adotadas para o planejamento de programas prioritários.

Os critérios de priorização foram definidos tanto para os objetivos definidos para o cenário futuro como para as ações a serem realizadas para alcançá-lo.

A ponderação adotada para a hierarquização dos programas municipais estão elencados abaixo.

CRITÉRIOS DE PRIORIZAÇÃO DOS OBJETIVOS

A - de maior relevância, com necessidade de realização de ações imediatas e de curto prazo. Sua concretização é fundamental para a melhoria da qualidade dos serviços prestados.

B - de média relevância, com necessidade de realização de ações de curto e médio prazo. Sua concretização depende de objetivos anteriores.

C- de menor relevância, com necessidade de realização de ações de longo prazo. Sua concretização pode ser consequência de outros objetivos já alcançados.

CRITÉRIOS DE PRIORIZAÇÃO DE AÇÃO / PROJETO

IMEDIATA - aquelas que devem ser iniciadas de forma imediata ou no prazo de quatro anos.

SECUNDÁRIA - aquelas que devem ser iniciadas no prazo máximo de oito anos.



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde



TERCIÁRIA - aquelas que devem ser iniciadas após nove anos de efetividade do Plano Municipal de Saneamento Básico.

Em seguida apresentamos o quadro de Programas, Projetos e Ações para o Plano de Saneamento Básico de Pereira Barreto.



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde

PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES					
ÍTEM	OBJETIVO	PROGRAMA	PRIORIDADE DO OBJETIVO	AÇÕES/PROJETOS	PRIORIDADE AÇÃO / PROJETO
Infraestrutura de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário	(1)	1 - SANEAMENTO RURAL	B e C	1.1 - Elaborar cadastro das soluções adotadas para o abastecimento de água e de esgotamento sanitário, nas propriedades rurais, em especial nos assentamentos do INCRA e nos condomínios para fins de lazer.	IMEDIATA
				1.2 - Realizar estudos de viabilidade técnica e de gestão visando implantar sistemas de abastecimento de água potável, nos projetos de assentamentos do INCRA, com aproveitamento da infraestrutura existente e de formalização de parcerias de gestão com as Associações de Moradores.	TERCIÁRIA
				1.3 - Integrar nas competências do SAAE os condomínios para fins de lazer, priorizando a garantia da qualidade da água oferecida pelos sistemas isolados e soluções adequadas de esgotamento sanitário.	SECUNDÁRIA
				1.4 - Implantar unidades de demonstração de soluções adequadas e ambientalmente corretas para o esgotamento sanitário na zona rural.	IMEDIATA
	(4)	2 - PERDAS ZERO	B	2.1 - Elaboração de Plano de Perdas para os dois sistemas de abastecimento existentes (Sede e Hortifrúti).	IMEDIATA
				2.2 - Elaborar estudos para identificações de soluções alternativas para a ampliação da capacidade dos sistemas I e II em especial quanto à reservação.	SECUNDÁRIA
Operacionalidade dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.	(2) - (8)	3 - MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO	A e B	3.1 - Recadastramento das redes existentes de água e esgoto com identificação dos usuários residenciais, comerciais, industriais e públicos.	IMEDIATA
				3.2 - Eliminação das ligações sem hidrômetros existentes.	IMEDIATA
				3.3 - Eliminação das ligações de esgotos na rede de águas pluviais e vice versa.	TERCIÁRIA
				3.4 - Substituição das redes de esgotos executadas em manilha cerâmica ou concreto por tubos de PVC.	TERCIÁRIA



PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES					
				3.5 - Reforma das EE 06 e 07.	SECUNDÁRIA
				3.6 - Criar normas, procedimentos e especificações técnicas quanto às instalações, sua operação e manutenção, qualidade da água de abastecimento e eficiência do sistema de tratamento de esgotos domésticos.	SECUNDÁRIA
Política de tarifas	(3)	4 - SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA FINANCEIRA	B	4.1 - Constituir planilha de custos, separadamente para os serviços de água e serviço de esgoto com objetivo de definir planilha de custo de referência para definição de tarifas.	IMEDIATA
				4.2 - Realizar estudos para definição de valores de tarifas, em função do consumo e da categoria do usuário.	IMEDIATA
Gestão dos serviços de abastecimento e de esgotamento sanitário.	(5) - (6)	5 - MODERNIZAÇÃO DO SAAE	A e B	5.1 - Elaboração de Projeto de Lei propondo nova estrutura administrativa, cargos e funções para o SAAE frente as suas novas atribuições.	IMEDIATA
				5.2 - Capacitação continuada para os servidores do SAAE da área administrativa, técnica e operacional.	SECUNDÁRIA
	(7)	6 - EDUCANDO PARA O SANEAMENTO BÁSICO	C	6.1 - Ações de educação comunitária, em saneamento básico com objetivo de informar aos usuários a melhor e correta forma de utilização dos serviços.	TERCIÁRIA
				6.2 - Ações de educação ambiental com objetivo de demonstrar as técnicas e benefícios do reaproveitamento da água de chuva, tanto para os moradores da zona urbana como rural.	SECUNDÁRIA
Infraestrutura e gestão do serviço de drenagem de águas pluviais	(9)	7 - DRENAGEM URBANA	B	7.1 - Elaboração de projetos técnicos para as soluções apresentadas no Plano de Macrodrenagem	IMEDIATA
				7.2 - Viabilizar parcerias para financiamento dos projetos de drenagem indicados pelo Plano de Macrodrenagem.	SECUNDÁRIA
	(10)	8 - PREVENIR PARA NÃO INUNDAR	A	8.1 - Criar força tarefa para manutenção e limpeza das galerias pluviais nos períodos que antecedem as chuvas.	SECUNDÁRIA
				8.2 - Campanhas educativas de orientação de como preservar o funcionamento das galerias pluviais.	TERCIÁRIA



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde



PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES					
	(11)	9 - CONSERVAÇÃO DE SOLO E ESTRADAS VICINAIS	B	9.1 - Estruturação de serviço de conservação e manutenção de estradas vicinais de maneira que as mesmas tenham elementos que impeçam a erosão de solo e o carreamento de material para os cursos d'água.	TERCIÁRIA
				9.2 - Fomentar as boas práticas de conservação do solo com construção de curvas de níveis e terraços.	TERCIÁRIA
Infraestrutura do serviço de resíduos sólidos para a zona urbana	(13) (15) (17)	10 - CIDADE LIMPA	B e C	10.1 - Rever setorização, rotinas e metas do serviço de limpeza urbana de forma a atender com regularidade e qualidade todos os moradores da zona urbana	IMEDIATA
				10.2 - Reestruturar o programa de coleta seletiva de forma a ampliar a sua ação e melhorar a relação administrativa e econômica com a Associação de Catadores.	IMEDIATA
				10.3 - Realizar estudos técnicos sobre as potencialidades econômicas ou de uso dos resíduos de construção civil e os de poda de árvores e jardins, através da compostagem ou para geração de energia em termo elétricas (usinas).	SECUNDÁRIA
				10.4 - Ampliar o número de lixeiras na área central da cidade de forma a possibilitar a disposição adequada de resíduos.	SECUNDÁRIA
				10.5 - Ampliar o número de Eco pontos pela zona urbana, de forma a permitir maiores facilidades aos usuários para disposição correta de resíduos que não o doméstico.	SECUNDÁRIA
				10.6 - Criar pontos de coleta, em número suficientes, para os resíduos eletrônicos e similares.	SECUNDÁRIA
				10.7 - Iniciar a implantação do novo aterro sanitário em área já licenciada ambientalmente.	IMEDIATA
Infraestrutura do serviço de resíduos sólidos para a zona rural	(14)	11 - CAMPO LIMPO	B	11.1 - Implantar unidades de demonstração, nos assentamentos rurais, de práticas de seleção de resíduos e de compostagem de resíduos úmidos.	SECUNDÁRIA
				11.2 - Estruturar serviço de coleta seletiva para a zona rural.	TERCIÁRIA



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde



PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES

Gestão do serviço de resíduos sólidos	(12) (16)	12 - GESTÃO MELHOR	A e B	12.1 - Criar mecanismos e instrumentos que permitam melhor controle dos contratos de terceirização de serviços de resíduos sólidos.	IMEDIATA
				12.2 - Elaborar e implementar normas técnicas para a qualidade dos serviços de coleta e de limpeza urbana.	SECUNDÁRIA
				12.3 - Realizar estudos sobre a viabilidade operacional e econômico-financeira da execução, pela Administração Municipal, dos serviços de coleta e limpeza urbana que hoje estão terceirizados.	IMEDIATA
				12.4 - Implantar programa de capacitação continuada para os trabalhadores do serviço de resíduos sólidos (coleta e disposição final) em parceria com o terceirizado.	SECUNDÁRIA
				12.5 - Criar canal direto com os usuários para fins de avaliação da qualidade dos serviços prestados.	SECUNDÁRIA
				12.6 - Criar programa de educação comunitária sobre temas: lixo zero; coleta seletiva; reciclagem; compostagem e outros.	SECUNDÁRIA



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde



PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PEREIRA BARRETO - SP

PLANO DE EXECUÇÃO

PRODUTO "F"

Janeiro/15

REVISÃO - 00

REV.	DATA	DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO	VISTO	APROVAÇÃO
0	Jan/15	Emissão Inicial	CO	MCB	CAB



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde



Sumário

APRESENTAÇÃO	2
PLANO DE EXECUÇÃO	2



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde



APRESENTAÇÃO

O presente trabalho é parte integrante do convênio firmada entre a Prefeitura Municipal de Pereira Barreto e a FUNASA, objetivando a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Pereira Barreto - SP.

Em conformidade com o estabelecido pelo Termo de Referência que rege o convênio, apresentamos o PLANO DE EXECUÇÃO que configura o “PRODUTO F”.

O documento que ora se apresenta, tem por objetivo

PLANO DE EXECUÇÃO

O PLANO de Execução contempla as diretrizes a serem adotadas para execução dos programas, projetos e ações. A programação da implantação dos programas, projetos e ações foi desenvolvida considerando metas em horizontes temporais distintos:

- a. Imediatos ou emergenciais – até 3 anos;
- b. Curto prazo – entre 4 a 8 anos;
- c. Médio prazo – entre 9 a 12 anos;
- d. Longo prazo – entre 13 a 20 anos.

O plano de execução também contempla a estimativa de custos e as principais fontes de recursos

Que poderão ser utilizadas para a implantação dos programas, projetos e ações definidas anteriormente, bem como os responsáveis por sua realização.

A seguir apresentamos o Plano de Execução para a metas estabelecidas no PMSB-PB.

.



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde



PLANO DE EXECUÇÃO											
PROGRAMA	AÇÕES	CUSTO ESTIMADO DA AÇÃO	CUSTO ESTIMADO DO PROGRAMA	FONTE DE FINANCIAMENTO	META EXECUÇÃO DA AÇÃO				META EXECUÇÃO DO PROGRAMA	RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO PROGRAMA	PARCERIAS
					IMEDIATO	CURTO	MEDIO	LONGO			
1 - SANEAMENTO RURAL	1.1 - Elaborar cadastro das soluções adotadas para o abastecimento de água e de esgotamento sanitário, nas propriedades rurais, em especial nos assentamentos do INCRA e nos condomínios para fins de lazer.	R\$ 50.000,00	R\$ 520.000,00	PMPB e SAAE	100%				100%	SAAE	Leituristas terceirizados / Estagiários de escolas de ensino superior
	1.2 - Realizar estudos de viabilidade técnica e de gestão visando implantar sistemas de abastecimento de água potável, nos projetos de assentamentos do INCRA, com aproveitamento da infraestrutura existente e de formalização de parcerias de gestão	R\$ 120.000,00		SAAE. FEHIDRO		100%					INCRA



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde



PLANO DE EXECUÇÃO											
PROGRAMA	AÇÕES	CUSTO ESTIMADO DA AÇÃO	CUSTO ESTIMADO DO PROGRAMA	FONTE DE FINANCIAMENTO	META EXECUÇÃO DA AÇÃO				META EXECUÇÃO DO PROGRAMA	RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO PROGRAMA	PARCERIAS
					IMEDIATO	CURTO	MEDIO	LONGO			
	com as Associações de Moradores.										
	1.3 - Integrar nas competências do SAAE os condomínios para fins de lazer, priorizando a garantia da qualidade da água oferecida pelos sistemas isolados e soluções adequadas de esgotamento sanitário.	R\$ 50.000,00		SAAE		100%					ASSOCIAÇÕES DE MORADORES
	1.4 - Implantar unidades de demonstração de soluções adequadas e ambientalmente corretas para o esgotamento sanitário na zona rural.	R\$ 300.000,00		SAAE, FEHIDRO		100%					ASSOCIAÇÃO DE ASSENTADOS e INCRA
2 - PERDAS ZERO	2.1 - Elaboração de Plano de Perdas para os dois sistemas de abastecimento existentes (Sede e	R\$ 150.000,00	R\$ 230.000,00	SAAE, FEHIDRO	100%				100%	SAAE	DAEE



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde



PLANO DE EXECUÇÃO												
PROGRAMA	AÇÕES	CUSTO ESTIMADO DA AÇÃO	CUSTO ESTIMADO DO PROGRAMA	FONTE DE FINANCIAMENTO	META EXECUÇÃO DA AÇÃO				META EXECUÇÃO DO PROGRAMA	RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO PROGRAMA	PARCERIAS	
					IMEDIATO	CURTO	MEDIO	LONGO				
	Hortifrúti).											
	2.2 - Elaborar estudos para identificações de soluções alternativas para a ampliação da capacidade dos sistemas I e II em especial quanto à reservação.	R\$ 80.000,00		SAAE, FEHIDRO, GOVERNO ESTADUAL, FUNASA		100%					DAEE	
3	- MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO	3.1 - Recadastramento das redes existentes de água e esgoto com identificação dos usuários residenciais, comerciais, industriais e públicos.	R\$ 250.000,00	R\$ 2.725.000,00	SAAE, PMPB	100%				100%	SAAE	SERVIÇO DE CADASTRO IMOBILIÁRIO DA PMPB
		3.2 - Eliminação das ligações sem hidrômetros existentes.	R\$ 450.000,00		SAAE, FEHIDRO	80%	20%					SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde



PLANO DE EXECUÇÃO											
PROGRAMA	AÇÕES	CUSTO ESTIMADO DA AÇÃO	CUSTO ESTIMADO DO PROGRAMA	FONTE DE FINANCIAMENTO	META EXECUÇÃO DA AÇÃO				META EXECUÇÃO DO PROGRAMA	RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO PROGRAMA	PARCERIAS
					IMEDIATO	CURTO	MEDIO	LONGO			
	3.3 - Eliminação das ligações de esgotos na rede de águas pluviais e vice versa.	R\$ 350.000,00		SAAE		50%	50%			SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
	3.4 - Substituição das redes de esgotos executadas em manilha cerâmica ou concreto por tubos de PVC.	R\$ 1.000.000,00		SAAE, FEHIDRO, GOVERNO ESTADUAL, FUNASA		20%	40%	40%		ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PEREIRA BARRETO, ASSOCIAÇÃO DE MORADORES, SETOR DE TRANSITO DA PMPB	
	3.5 - Reforma das EE 06 e 07.	R\$ 650.000,00		SAAE, FEHIDRO, GOVERNO ESTADUAL, FUNASA	50%	50%				ELEKTRO	
	3.6 - Criar normas, procedimentos e especificações técnicas quanto às instalações, sua operação e manutenção, qualidade da água de abastecimento e eficiência do sistema de tratamento de esgotos domésticos.	R\$ 25.000,00		SAAE	100%					CETESB	



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde



PLANO DE EXECUÇÃO											
PROGRAMA	AÇÕES	CUSTO ESTIMADO DA AÇÃO	CUSTO ESTIMADO DO PROGRAMA	FONTE DE FINANCIAMENTO	META EXECUÇÃO DA AÇÃO				META EXECUÇÃO DO PROGRAMA	RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO PROGRAMA	PARCERIAS
					IMEDIATO	CURTO	MEDIO	LONGO			
4 SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA FINANCEIRA	4.1 - Constituir planilha de custos, separadamente para os serviços de água e serviço de esgoto com objetivo de definir planilha de custo de referência para definição de tarifas.	R\$ 25.000,00	R\$ 35.000,00	SAAE	100%				100%	SAAE	SECRETARIAS MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DE FINANÇAS
	4.2 - Realizar estudos para definição de valores de tarifas, em função do consumo e da categoria do usuário.	R\$ 10.000,00		SAAE	100%						SECRETARIAS MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DE FINANÇAS E GABINETE DO PREFEITO
5 MODERNIZAÇÃO DO SAAE	5.1 - Elaboração de Projeto de Lei propondo nova estrutura administrativa, cargos e funções para o SAAE frente as suas novas atribuições.	R\$ 10.000,00	R\$ 260.000,00	SAAE, PMPB	100%				100%	SAAE	GABINETE DO PREFEITO
	5.2 - Capacitação continuada para os servidores do SAAE da área	R\$ 250.000,00		SAAE, FEHIDRO	50%	50%					SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde



PLANO DE EXECUÇÃO											
PROGRAMA	AÇÕES	CUSTO ESTIMADO DA AÇÃO	CUSTO ESTIMADO DO PROGRAMA	FONTE DE FINANCIAMENTO	META EXECUÇÃO DA AÇÃO				META EXECUÇÃO DO PROGRAMA	RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO PROGRAMA	PARCERIAS
					IMEDIATO	CURTO	MEDIO	LONGO			
	administrativa, técnica e operacional.										
6 - EDUCANDO PARA SANEAMENTO BÁSICO	6.1 - Ações de educação comunitária, em saneamento básico com objetivo de informar aos usuários a melhor e correta forma de utilização dos serviços.	R\$ 80.000,00	R\$ 160.000,00	SAAE, PMPB	20%	60%	20%		100%	SAAE	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
	6.2 - Ações de educação ambiental com objetivo de demonstrar as técnicas e benefícios do reaproveitamento da água de chuva, tanto para os moradores da zona urbana como rural.	R\$ 80.000,00		SAAE		50%	50%				SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO
7 - DRENAGEM URBANA	7.1 - Elaboração de projetos técnicos para as soluções apresentadas no Plano de Macrodrenagem	R\$ 250.000,00	R\$ 260.000,00	SAAE, FEHIDRO	50%	50%			100%	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS	DAEE



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde



PLANO DE EXECUÇÃO											
PROGRAMA	AÇÕES	CUSTO ESTIMADO DA AÇÃO	CUSTO ESTIMADO DO PROGRAMA	FONTE DE FINANCIAMENTO	META EXECUÇÃO DA AÇÃO				META EXECUÇÃO DO PROGRAMA	RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO PROGRAMA	PARCERIAS
					IMEDIATO	CURTO	MEDIO	LONGO			
	7.2 - Viabilizar parcerias para financiamento dos projetos de drenagem indicados pelo Plano de Macrodrenagem.	R\$ 10.000,00		FEHIDRO, GOVERNO ESTADUAL, GOV FEDERAL	50%	50%					GABINETE DO PREFEITO
8 - PREVENIR PARA NÃO INUNNDAR	8.1 - Criar força tarefa para manutenção e limpeza das galerias pluviais nos períodos que antecedem as chuvas.	R\$ 100.000,00	R\$ 180.000,00	PMPB		50%	50%		100%	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS
	8.2 - Campanhas educativas de orientação de como preservar o funcionamento das galerias pluviais.	R\$ 80.000,00		PMPB		50%	50%				SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E EDUCAÇÃO
9 - CONSERVAÇÃO DE SOLO E ESTRADAS VICINAIS	9.1 - Estruturação de serviço de conservação e manutenção de estradas vicinais de maneira que as mesmas tenham elementos que impeçam a erosão de	R\$ 250.000,00	R\$ 330.000,00	PMPB, FEHIDRO, GOVERNO ESTADUAL		40%	30%	30%	100%	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS	DER, SECRETARIA ESTADUAL DA AGRICULTURA



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde



PLANO DE EXECUÇÃO											
PROGRAMA	AÇÕES	CUSTO ESTIMADO DA AÇÃO	CUSTO ESTIMADO DO PROGRAMA	FONTE DE FINANCIAMENTO	META EXECUÇÃO DA AÇÃO				META EXECUÇÃO DO PROGRAMA	RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO PROGRAMA	PARCERIAS
					IMEDIATO	CURTO	MEDIO	LONGO			
	solo e o carreamento de material para os cursos d'água.										
	9.2 - Fomentar as boas práticas de conservação do solo com construção de curvas de níveis e terraços.	R\$ 80.000,00		PMPB, FEHIDRO, GOVERNO ESTADUAL			50%	50%			SECRETARIA ESTADUAL DE AGRICULTURA
10 - CIDADE LIMPA	10.1 - Rever setorização, rotinas e metas do serviço de limpeza urbana de forma a atender com regularidade e qualidade todos os moradores da zona urbana	R\$ 10.000,00	R\$ 3.180.000,00	PMPB	100%				100%	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS
	10.2 - Reestruturar o programa de coleta seletiva de forma a ampliar a sua ação e melhorar a relação administrativa e econômica com a Associação de Catadores.	R\$ 250.000,00		PMPB, FEHIDRO, GOVERNO ESTADUAL	100%						ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PEREIRA BARRETO, ASSOCIAÇÃO DE MORADORES, SETOR DE TRANSITO DA PMPB



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde



PLANO DE EXECUÇÃO											
PROGRAMA	AÇÕES	CUSTO ESTIMADO DA AÇÃO	CUSTO ESTIMADO DO PROGRAMA	FONTE DE FINANCIAMENTO	META EXECUÇÃO DA AÇÃO				META EXECUÇÃO DO PROGRAMA	RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO PROGRAMA	PARCERIAS
					IMEDIATO	CURTO	MEDIO	LONGO			
	10.3 - Realizar estudos técnicos sobre a potencialidades econômicas ou de uso dos resíduos de construção civil e os de poda de árvores e jardins, através da compostagem.	R\$ 40.000,00		PMPB, FEHIDRO, GOVERNO ESTADUAL		100%					Empresas locais de aluguel de caçambas
	10.4 - Ampliar o número de lixeiras na área central da cidade de forma a possibilitar a disposição adequada de resíduos.	R\$ 80.000,00		PMPB		50%	50%				ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PEREIRA BARRETO, ASSOCIAÇÃO DE MORADORES, SETOR DE TRANSITO DA PMPB
	10.5 - Ampliar o número de Eco pontos pela zona urbana, de forma a permitir maiores facilidades aos usuários para disposição correta de resíduos que não o doméstico.	R\$ 250.000,00		PMPB, FEHIDRO, GOVERNO ESTADUAL		50%	50%				Empresas locais de aluguel de caçambas, carroceiros e catadores autônomos



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde



PLANO DE EXECUÇÃO											
PROGRAMA	AÇÕES	CUSTO ESTIMADO DA AÇÃO	CUSTO ESTIMADO DO PROGRAMA	FONTE DE FINANCIAMENTO	META EXECUÇÃO DA AÇÃO				META EXECUÇÃO DO PROGRAMA	RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO PROGRAMA	PARCERIAS
					IMEDIATO	CURTO	MEDIO	LONGO			
	10.6 - Criar pontos de coleta, em número suficientes, para os resíduos eletrônicos e similares.	R\$ 50.000,00		PMPB, FEHIDRO, GOVERNO ESTADUAL		100%					Associação Comercial de Pereira Barreto
	10.7 -Iniciar a implantação do novo aterro sanitário em área já licenciada ambientalmente.	R\$ 2.500.000,00		PMPB, FEHIDRO, GOVERNO ESTADUAL	100%						CETESB
11 - CAMPO LIMPO	11.1 - Implantar unidades de demonstração, nos assentamentos rurais, de práticas de seleção de resíduos e de compostagem de resíduos úmidos.	R\$ 50.000,00	R\$ 300.000,00	PMPB, FEHIDRO		50%	50%		100%	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE	INCRA e Associações de produtores Rurais ou similar
	11.2 - Estruturar serviço de coleta seletiva para a zona rural.	R\$ 250.000,00		PMPB, FEHIDRO		50%	50%				INCRA e Associações de produtores Rurais ou similar
12 - GESTÃO MELHOR	12.1 - Criar mecanismos e instrumentos que permitam melhor controle dos contratos de terceirização de	R\$ 10.000,00	R\$ 380.000,00	PMPB	100%				100%	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE	CEPAM, ou outras Prefeituras Municipais da Região



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde



PLANO DE EXECUÇÃO											
PROGRAMA	AÇÕES	CUSTO ESTIMADO DA AÇÃO	CUSTO ESTIMADO DO PROGRAMA	FONTE DE FINANCIAMENTO	META EXECUÇÃO DA AÇÃO				META EXECUÇÃO DO PROGRAMA	RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO PROGRAMA	PARCERIAS
					IMEDIATO	CURTO	MEDIO	LONGO			
	serviços de resíduos sólidos.										
	12.2 - Elaborar e implementar normas técnicas para a qualidade dos serviços de coleta e de limpeza urbana.	R\$ 10.000,00		PMPB		100%				CETESB e outras Prefeituras da Região	
	12.3 - Realizar estudos sobre a viabilidade operacional e econômico-financeira da execução, pela Administração Municipal, dos serviços de coleta e limpeza urbana que hoje estão terceirizados.	R\$ 20.000,00		PMPB, SAAE	100%					Outros Serviços Autônomo ou Autarquias da Região que já operam o serviço	
	12.4 - Implantar programa de capacitação continuada para os trabalhadores do serviço de resíduos sólidos (coleta e	R\$ 250.000,00		PMPB, FEHIDRO		50%	50%			SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde



PLANO DE EXECUÇÃO											
PROGRAMA	AÇÕES	CUSTO ESTIMADO DA AÇÃO	CUSTO ESTIMADO DO PROGRAMA	FONTE DE FINANCIAMENTO	META EXECUÇÃO DA AÇÃO				META EXECUÇÃO DO PROGRAMA	RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO PROGRAMA	PARCERIAS
					IMEDIATO	CURTO	MEDIO	LONGO			
	disposição final) em parceria com o terceirizado.										
	12.5 - Criar canal direto com os usuários para fins de avaliação da qualidade dos serviços prestados.	R\$ 10.000,00		PMPB		100%				SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO	
	12.6 - Criar programa de educação comunitária sobre temas: lixo zero; coleta seletiva; reciclagem; compostagem e outros.	R\$ 80.000,00		PMPB, FEHIDRO		50%	50%			SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO	



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde



**PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PEREIRA BARRETO - SP**

MINUTA DE PROJETO DE LEI – PRODUTO “G”

JANEIRO/15

REVISÃO - 00

REV.	DATA	DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO	VISTO	APROVAÇÃO
0	Jan/15	Emissão Inicial	CO	MCB	CAB



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde



APRESENTAÇÃO

O presente trabalho é parte integrante do convênio firmada entre a Prefeitura Municipal de Pereira Barreto e a FUNASA, objetivando a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Pereira Barreto - SP.

Em conformidade com o estabelecido pelo Termo de Referência que rege o convênio, apresentamos a Minuta do Projeto de Lei que teve seu desenvolvimento em conformidade com as técnicas legislativas e sistematizada de forma a evitar contradições entre os dispositivos inseridos n PMSB com as demais normas vigentes.

MINUTA



Projeto de lei nº.

Dispõe sobre a política de saneamento básico do município de Pereira Barreto, seus instrumentos e dá outras providências.

CAPÍTULO I DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º - A Política Municipal de Saneamento Básico reger-se-á pelas disposições desta Lei, de seus regulamentos e das normas administrativas dela decorrentes, disciplinando as diretrizes, o planejamento, a execução e a fiscalização das ações, obras e serviços de saneamento básico no Município, e será efetuada com base nas normas, diretrizes e conceitos estabelecidos pela Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, regulamentada pelo Decreto 7.217/2010 e pela Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010.

Art. 2º - A salubridade do ambiente, indispensável à segurança sanitária e à melhoria da qualidade de vida, direito e dever de todos e obrigação do Estado, assegurada por políticas públicas sociais, prioridades financeiras e eficiência gerencial que viabilizem o acesso universal e igualitário aos benefícios do saneamento básico.

Art. 3º - A Política Municipal de Saneamento Básico orientar-se-á pelos seguintes princípios:

- I. A prevalência do interesse público;
- II. O desenvolvimento sustentável;
- III. A melhoria contínua do saneamento básico;
- IV. O combate à miséria e seus efeitos, que prejudicam não apenas a qualidade de vida, mas também a qualidade sanitária do município e de seus recursos naturais.
- V. A participação social nos processos de planejamento, gestão e controle dos serviços.
- VI. A universalização, a equidade e a integralidade dos serviços de saneamento básico.
- VII. O respeito à capacidade de pagamento dos usuários na remuneração dos investimentos e dos custos de operação e manutenção dos serviços de saneamento básico.

Art. 4º - Para os fins dispostos nesta Lei, considera-se:

- I. Saneamento Básico: conjunto de serviços, infraestrutura e instalações operacionais de:
 - a) Abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;
 - b) Esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;
 - c) Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;
 - d) Drenagem e manejo das águas pluviais urbanas e rurais: conjunto de atividades, infraestrutura e instalações operacionais de drenagem urbana e rural de águas pluviais, de



- transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas;
- II. Gestão associada: associação voluntária de entes federados, por convênio de cooperação ou consórcio público, conforme disposto no Art. 241 da Constituição Federal;
 - III. Universalização: ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados ao saneamento básico;
 - IV. Controle social: conjuntos de mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico;
 - V. Desenvolvimento sustentável: conjunto de políticas públicas destinadas a induzir ou dirigir o desenvolvimento econômico e social em harmonia com a preservação e a racional utilização dos recursos naturais;
 - VI. Modicidade da tarifa: a justa correlação entre os encargos e a remuneração da empresa prestadora dos serviços de saneamento básico, regulada pelo Poder Público Municipal;
 - VII. Subsídios: instrumento econômico de política social para garantir a universalização do acesso ao saneamento básico, especialmente para populações e localidades de baixa renda;
 - VIII. Salubridade como o estado de qualidade ambiental capaz de prevenir a ocorrência de doenças relacionadas ao meio ambiente e de promover o equilíbrio das condições ambientais e ecológicas que possam proporcionar o bem-estar da população.
 - IX. Consumo sustentável: consumo de bens e serviços, de forma a atender às necessidades das atuais gerações e permitir melhor a qualidade de vida, sem comprometer o atendimento das necessidades e aspirações das gerações futuras.
 - X. Destinação final adequada: técnica de destinação ordenada de rejeitos, segundo normas operacionais específicas, de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança, minimizando os impactos ambientais adversos;
 - XI. Logística reversa: instrumento de desenvolvimento econômico e social, caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios, destinados a facilitar a coleta e a restituição dos resíduos aos seus geradores para que sejam tratados ou reaproveitados em novos produtos, na forma de novos insumos, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, visando a não geração de rejeitos;
 - XII. Reutilização: processo de reaplicação dos resíduos sem sua transformação biológica, física ou físico-química;
 - XIII. Manejo de resíduos: conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, com vistas a operacionalizar a coleta, o transbordo, o transporte, o tratamento dos resíduos e a disposição final adequada de rejeitos;
 - XIV. Limpeza urbana: o conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, pelo Município, relativa aos serviços de varrição de logradouros públicos, limpeza de dispositivos de drenagem de águas pluviais, limpeza de córregos e outros serviços, tais como poda, capina, raspagem e roçada, bem como o acondicionamento e coleta dos resíduos provenientes destas atividades;

SEÇÃO I DOS OBJETIVOS GERAIS

Art. 5º- A Política Municipal de Saneamento Básico visa:



- I. Contribuir para o desenvolvimento local, a redução das desigualdades, a geração de emprego e de renda e a inclusão social;
- II. Priorizar planos, programas e projetos que visem à implantação e ampliação dos serviços e ações de saneamento básico nas áreas ocupadas por populações de baixa renda;
- III. Proporcionar condições adequadas de salubridade à população de todo o Município;
- IV. Assegurar que a aplicação dos recursos financeiros administrados pelo poder público dê-se segundo critérios de promoção da salubridade, de maximização da relação benefício-custo e de maior retorno social;
- V. Incentivar a adoção de mecanismos de planejamento, regulação e fiscalização da prestação dos serviços de saneamento básico;
- VI. Promover alternativas de gestão que viabilizem a auto-sustentação econômica e financeira dos serviços de saneamento básico, com ênfase na cooperação federativa;
- VII. Promover o desenvolvimento institucional do saneamento básico, estabelecendo meios para a integração e articulação das ações dos diferentes agentes, bem como do desenvolvimento de sua organização, capacidade técnica, gerencial, financeira e de recursos humanos, observando as especificidades locais e regionais;
- VIII. Fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico, a adoção de tecnologias apropriadas e a difusão dos conhecimentos gerados de interesse para o saneamento básico;
- IX. Minimizar os impactos ambientais relacionados à implantação e desenvolvimento das ações, obras e serviços de saneamento básico e assegurar que sejam executadas de acordo com as normas relativas à proteção do meio ambiente, ao uso e ocupação do solo e à saúde.
- X. Adoção de critérios objetivos de elegibilidade e prioridade, levando em consideração fatores como nível de renda e cobertura, grau de urbanização, concentração populacional, disponibilidade hídrica, riscos sanitários, epidemiológicos e ambientais;
- XI. Adoção da bacia hidrográfica como unidade de referência para o planejamento de suas ações;

Art. 6º - A Política Municipal de Saneamento Básico terá suas ações, no município de Pereira Barreto, orientadas no cumprimento dos seguintes objetivos específicos:

- I. Promover e praticar o uso racional de água potável tanto para os usuários como pelos operadores do sistema;
- II. Manutenção permanente da qualidade da água produzida e ofertada à população;
- III. Praticar e garantir a proteção dos mananciais existentes no Município;
- IV. Garantir a universalização dos serviços que integram o Saneamento Básico no Município;
- V. Redução, coleta e destinação adequada dos resíduos sólidos no Município, através de ações que propiciem benefícios ambientais e sociais;
- VI. Desenvolver ações integradas que acarretem na concretização de sistema de drenagem sustentável.

SEÇÃO II DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 7º - A formulação, implantação, funcionamento e aplicação dos instrumentos da Política Municipal de Saneamento Básico orientar-se-ão pelas seguintes diretrizes:

- I. A destinação de recursos financeiros administrados pelo Município far-se-á segundo critérios de melhoria da saúde pública e do meio ambiente, de maximização da relação



- benefício/custo e da potencialização das instalações existentes, bem como do desenvolvimento da capacidade técnica, gerencial e financeira das instituições contempladas;
- II. Deverá ser valorizado o processo de planejamento e decisão sobre medidas preventivas ao crescimento caótico de qualquer tipo, objetivando resolver problemas de escassez de recursos hídricos, congestionamento físico, dificuldade de drenagem e disposição de esgotos, poluição, enchentes, destruição de áreas verdes, assoreamento de rios, invasões e outras consequências;
 - III. Coordenação e integração das políticas, planos, programas e ações governamentais de saneamento, saúde, meio ambiente, recursos hídricos, desenvolvimento urbano e rural, habitação, uso e ocupação do solo;
 - IV. Atuação integrada dos órgãos públicos municipais, regionais, estaduais e federais de saneamento;
 - V. Deverão ser consideradas as exigências e características locais, a organização social e as demandas socioeconômicas da população;
 - VI. A prestação dos serviços públicos de saneamento será orientada pela busca permanente da máxima produtividade e melhoria da qualidade;
 - VII. As ações, obras e serviços de saneamento serão planejados e executados de acordo com as normas relativas à proteção ao meio ambiente e à saúde pública, cabendo aos órgãos e entidades por elas responsáveis o licenciamento, fiscalização e controle dessas ações, obras e serviços, nos termos de sua competência legal;
 - VIII. O Plano de Saneamento Básico do Município de Pereira Barreto deverá ser compatibilizado com o Plano Diretor do Município e os Planos Setoriais de Habitação, Saúde, Meio Ambiente e com o Plano de Bacia Hidrográfica do Baixo Tietê;
 - IX. Incentivo ao desenvolvimento científico na área de saneamento, a capacitação tecnológica da área, a formação de recursos humanos e a busca de alternativas adaptadas às condições locais;
 - X. Adoção de indicadores e parâmetros sanitários e epidemiológicos e do nível de vida da população como norteadores das ações de saneamento;
 - XI. Promoção de programas de educação ambiental e sanitária, com ênfase em saneamento básico;
 - XII. Realização de investigação e divulgação sistemáticas de informações sobre os problemas de saneamento e educação sanitária;
 - XIII. O sistema de informações sobre saneamento deverá ser compatibilizado com os sistemas de informações sobre saúde, meio ambiente, recursos hídricos e desenvolvimento urbano.

CAPÍTULO II DO EXERCÍCIO DA TITULARIDADE

Art. 8º- O Município executará a política pública de saneamento básico, devendo, para tanto:

- I. Cumprir o Plano de Saneamento Básico do Município;
- II. Prestar diretamente ou delegar, por concessão ou contrato, ouvido o Conselho Municipal de Saneamento Básico, os serviços de saneamento na sua totalidade ou parcialmente;
- III. Adotar parâmetros para a garantia do atendimento essencial à saúde pública, inclusive quanto ao volume mínimo per capita de água para abastecimento público observado as normas nacionais relativas à potabilidade da água;
- IV. Fixar os direitos e os deveres dos usuários;



- V. Intervir e/ou retomar a operação dos serviços delegados, por indicação da entidade reguladora, nos casos e condições previstos em lei e nos documentos contratuais.

Art. 9º- A prestação de serviços públicos de saneamento básico por entidade que não integre a administração direta ou indireta do Município depende da celebração de contrato, por concessão, sendo vedada a sua disciplina mediante convênios, termos de parceria ou outros instrumentos de natureza precária.

§ 1º Excetua-se do disposto no "caput" deste artigo os serviços públicos de saneamento básico cuja prestação o poder público, nos termos de lei, autorizar para usuários organizados em cooperativas ou associações, desde que se limite a:

- a) determinado condomínio, ou outra forma associativa;
- b) localidade de pequeno porte, predominantemente ocupada por população de baixa renda, onde outras formas de prestação apresentem custos de operação e manutenção incompatíveis com a capacidade de pagamento dos usuários;

§ 2º A autorização prevista no § 1º deste artigo deverá prever a obrigação de transferir ao Município os bens vinculados aos serviços por meio de termo específico, com os respectivos cadastros técnicos.

Art. 10º - São condições de validade dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico:

- I. Realização prévia de consulta ao Conselho Municipal de Saneamento Básico, de audiência e de consultas públicas sobre o edital de licitação, no caso de concessão, e sobre a minuta do contrato;
- II. Existência de Plano Municipal de Saneamento Básico;
- III. Existência de estudo comprovando a viabilidade técnica e econômico-financeira da prestação universal e integral dos serviços, nos termos do respectivo plano de saneamento básico;
- IV. Existência de normas de regulação que prevejam os meios para o cumprimento das diretrizes desta Lei, incluindo a designação da entidade de regulação e de fiscalização;
- V. Obrigatoriedade de revisão das taxas e tarifas praticadas pela contratada, ou concessionária, no mínimo a cada cinco anos de contrato, considerando a variação dos custos dos componentes da planilha de custos apresentadas originalmente.

§ 1º Os planos de investimentos e os projetos relativos ao contrato deverão ser compatíveis com o Plano Municipal de Saneamento Básico.

§ 2º Nos casos de serviços prestados mediante contratos de concessão ou de programa, as normas previstas no inciso III do "caput" deste Art. deverão prever:

- I. Autorização para a contratação dos serviços, indicando os respectivos prazos e a área a ser atendida;
- II. Inclusão, no contrato, das metas progressivas e graduais de expansão dos serviços, de qualidade, de eficiência e de uso racional da água, da energia e de outros recursos naturais, em conformidade com os serviços a serem prestados;



- III. Prioridades de ação, compatíveis com as metas estabelecidas;
- IV. Condições de sustentabilidade e equilíbrio econômico-financeiro da prestação dos serviços, em regime de eficiência, incluindo:
 - a. Sistema de cobrança e a composição de taxas e tarifas;
 - b. Sistemática de reajustes e de revisões de taxas e tarifas;
 - c. Política de subsídios;
- V. Mecanismos de controle social nas atividades de planejamento, regulação e fiscalização dos serviços;
- VI. Hipóteses de intervenção e de retomada dos serviços.

§ 3º Os contratos não poderão conter cláusulas que prejudiquem as atividades de regulação e de fiscalização ou o acesso às informações sobre os serviços contratados.

Art. 11 - Nos serviços públicos de saneamento básico em que mais de um prestador execute atividade interdependente com outra, a relação entre elas deverá ser regulada por contrato e haverá entidade única encarregada das funções de regulação e de fiscalização.

§ 1º A entidade de regulação definirá, pelo menos:

- I. Normas técnicas relativas à qualidade, quantidade e regularidade dos serviços prestados aos usuários e entre os diferentes prestadores envolvidos;
- II. Normas econômicas e financeiras relativas às tarifas, aos subsídios e aos pagamentos por serviços prestados aos usuários e entre os diferentes prestadores envolvidos;
- III. Garantia de pagamento de serviços prestados entre os diferentes prestadores dos serviços;
- IV. Mecanismos de pagamento de diferenças relativas a inadimplemento dos usuários, perdas comerciais e físicas e outros créditos devidos, quando for o caso;

§ 2º O contrato a ser celebrado entre os prestadores de serviços a que se refere o "caput" deste Art. deverá conter cláusulas que estabeleçam pelo menos:

- I. Atividades ou insumos contratados;
- II. Condições e garantias recíprocas de fornecimento e de acesso às atividades ou insumos;
- III. Prazo de vigência, compatível com as necessidades de amortização de investimentos, e as hipóteses de sua prorrogação;
- IV. Procedimentos para a implantação, ampliação, melhoria e gestão operacional das atividades;
- V. Regras para a fixação, o reajuste e a revisão das taxas, tarifas e outros preços públicos aplicáveis ao contrato;
- VI. Condições e garantias de pagamento;
- VII. Direitos e deveres sub-rogados ou os que autorizam a sub-rogação;
- VIII. Hipóteses de extinção, impedimento de alteração e a rescisão administrativa unilateral;
- IX. Penalidades a que estão sujeitas as partes em caso de inadimplemento;
- X. Designação do órgão ou entidade responsável pela regulação e fiscalização das atividades ou insumos contratados.

§ 3º Inclui-se entre as garantias previstas no inciso VI do § 2º deste Art. a obrigação do contratante de destacar, nos documentos de cobrança aos usuários, o valor da remuneração dos serviços prestados pelo contratado e de realizar a respectiva arrecadação e entrega dos valores arrecadados.



§ 4º No caso de execução mediante concessão de atividades interdependentes a que se refere o "caput" deste Art., deverão constar do correspondente edital de licitação as regras e os valores das tarifas e outros preços públicos a serem pagos aos demais prestadores, bem como a obrigação e a forma de pagamento.

CAPÍTULO III DA AGÊNCIA REGULADORA

Art. 12 - O Executivo Municipal deverá encaminhar ao Legislativo Municipal, Projeto de Lei ~~criando a entidade reguladora própria ou~~ autorizando a contratação de serviços com outros órgãos de regulação existentes, devendo atender os seguintes princípios:

- I. Independência decisória, incluindo autonomia administrativa, orçamentária e financeira;
- II. Transparência, tecnicidade, celeridade e objetividade das decisões.

Parágrafo único - A regulação de serviços públicos de saneamento básico será delegada pelos titulares à Entidade Reguladora, explicitando, no ato de delegação da regulação, a forma de atuação e a abrangência das atividades a serem desempenhadas pelas partes envolvidas.

Art. 13 - São objetivos da regulação:

- I. Estabelecer padrões e normas para a adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários;
- II. Garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas no Plano Municipal de Saneamento Básico;
- III. Prevenir e reprimir o abuso do poder econômico, ressalvada a competência dos órgãos integrantes do sistema nacional de defesa da concorrência;
- IV. Definir tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos como a modicidade tarifária, mediante mecanismos que induzam a eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade.

Art. 14 - A entidade reguladora editará normas relativas às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços, que abrangerão, pelo menos, os seguintes aspectos:

- I. Padrões e indicadores de qualidade da prestação dos serviços;
- II. Requisitos operacionais e de manutenção dos sistemas;
- III. Metas progressivas de expansão e de qualidade dos serviços e os respectivos prazos;
- IV. Regime, estrutura e níveis tarifários, bem como os procedimentos e prazos de sua fixação, reajuste e revisão;
- V. Medição, faturamento e cobrança de serviços;
- VI. Monitoramento dos custos;
- VII. Avaliação da eficiência e eficácia dos serviços prestados;
- VIII. Plano de contas e mecanismos de informação, auditoria e certificação;
- IX. Subsídios tarifários e não tarifários;
- X. Padrões de atendimento ao público e mecanismos de participação e informação;
- XI. Medidas de contingências e de emergências, inclusive racionamento;



§ 1o As normas a que se refere o caput deste Art. fixarão prazo para os prestadores de serviços comunicarem aos usuários as providências adotadas em face de queixas ou de reclamações relativas aos serviços.

§ 2o A Entidade Reguladora deverá receber e se manifestar conclusivamente sobre as reclamações que, a juízo do interessado, não tenham sido suficientemente atendidas pelos prestadores dos serviços.

Art. 15 - Os prestadores de serviços públicos de saneamento básico deverão fornecer à entidade reguladora todos os dados e informações necessárias para o desempenho de suas atividades, na forma das normas legais, regulamentares e contratuais.

§ 1o Incluem-se entre os dados e informações a que se refere o caput deste Art. aquelas produzidas por empresas ou profissionais contratados para executar serviços ou fornecer materiais e equipamentos específicos.

§ 2o Compreendem-se nas atividades de regulação dos serviços de saneamento básico a interpretação e a fixação de critérios para a fiel execução dos contratos, dos serviços e para a correta administração de subsídios.

Art. 16 - Deverá ser assegurada publicidade aos relatórios, estudos, decisões e instrumentos equivalentes que se refiram à regulação ou à fiscalização dos serviços, bem como aos direitos e deveres dos usuários e prestadores, a eles podendo ter acesso qualquer do povo, independentemente da existência de interesse direto.

§ 1o Excluem-se do disposto no caput deste Art. os documentos considerados sigilosos em razão de interesse público relevante, mediante prévia e motivada decisão.

§ 2o A publicidade a que se refere o caput deste Art. deverá se efetivar, preferencialmente, por meio de sítio mantido na rede mundial de computadores - internet.

Art. 17 - É assegurado aos usuários de serviços públicos de saneamento básico, na forma das normas legais, regulamentares e contratuais:

- I. Ampla acesso a informações sobre os serviços prestados;
- II. Prévio conhecimento dos seus direitos e deveres e das penalidades a que podem estar sujeitos;
- III. Acesso ao manual de prestação do serviço e de atendimento ao usuário, elaborado pelo prestador e aprovado pela respectiva entidade de regulação;
- IV. Acesso a relatório periódico sobre a qualidade da prestação dos serviços.

CAPÍTULO IV
DO SISTEMA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
SEÇÃO I
DA COMPOSIÇÃO

Art. 18 - A Política Municipal de Saneamento Básico contará, para execução das ações dela decorrentes, com o Sistema Municipal de Saneamento Básico.



Art. 19 - O Sistema Municipal de Saneamento Básico fica definido como o conjunto de agentes institucionais que no âmbito das respectivas competências, atribuições, prerrogativas e funções, integram-se, de modo articulado e cooperativo, para a formulação das políticas, definição de estratégias e execução das ações de saneamento.

Art. 20 - O Sistema Municipal de Saneamento Básico é composto dos seguintes instrumentos:

- I. Plano Municipal de Saneamento Básico;
- II. Conferencia Municipal de Saneamento Básico;
- III. Conselho Municipal de Saneamento Básico;
- IV. Fundo Municipal de Saneamento;
- V. Sistema Municipal de Informações em Saneamento.

SEÇÃO II

DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE PEREIRA BARRETO

Art. 21 – O Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Pereira Barreto na sua primeira edição é parte integrante da presente Lei e destina-se a articular, integrar e coordenar recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros, com vistas ao alcance de níveis crescentes de salubridade ambiental.

Parágrafo Único - Os recursos financeiros para a implantação do Plano Municipal de Saneamento Básico deverão constar do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e dos Orçamentos Anuais do Município.

Art. 22 - O Plano Municipal de Saneamento Básico deverá ser avaliado a cada 2 (dois) anos com objetivo de atualizar e aprimorar as informações sobre a qualidade ambiental do Município, observando:

- I. Atualização do diagnóstico dos serviços de saneamento básico do município;
- II. Avaliação e caracterização da situação da salubridade do Município, por meio de indicadores sanitários, epidemiológicos e ambientais;
- III. Avaliação do nível de integração com outros planos setoriais, metropolitanos e regionais;
- IV. Avaliação do cumprimento das metas estabelecidas;
- V. Identificação dos obstáculos de natureza político-institucional, legal, econômico-financeira, administrativa, cultural e tecnológica que se interpõem à consecução dos objetivos e metas propostos e formulação de estratégias e diretrizes para a superação dos obstáculos identificados;
- VI. Avaliação do cronograma de execução das ações propostas;

Parágrafo único – A revisão bianual, sempre no primeiro semestre, do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município elaborado pelas unidades executoras dos serviços, pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico deverá constar de Projeto de Lei a ser encaminhado ao Legislativo Municipal.

SEÇÃO III

DO CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO



Art. 23 - Fica criado o Conselho Municipal de Saneamento Básico - CMSB, órgão colegiado deliberativo de nível estratégico superior do Sistema Municipal de Saneamento Básico e composto de forma paritária pelos seguintes representantes:

- I. Cinco (05) representantes dos gestores públicos de serviços de saneamento e de outras políticas integradas, a saber:
 - a) Um representante do SAAE-Pereira Barreto;
 - b) Um representante da Secretaria Municipal de Saúde;
 - c) Um representante da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;
 - d) Um representante da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente;
 - e) Um representante da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.

- II. Cinco (05) representantes dos usuários dos serviços de saneamento básico, a saber:
 - a) Um representante das Associações de Moradores da Zona Rural;
 - b) Um representante das Associações de Moradores da Zona Urbana;
 - c) Um representante do CREA ou CAU;
 - d) Um representante do Sindicato Rural Patronal;
 - e) Um representante da Associação Comercial de Pereira Barreto.

§ 1º Cada segmento, entidade ou órgão indicará, por meio de ofício ao Prefeito Municipal, um membro titular e um suplente para representá-lo no Conselho Municipal de Saneamento Básico.

§ 2º Na primeira reunião realizada pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico, dever-se-á eleger, com mandato de dois (02) anos, os cargos de Presidente, Vice – Presidente e Secretário, sendo permitida uma única recondução.

§ 3º Será substituído o membro que faltar injustificadamente a três (03) reuniões consecutivas ou cinco (05) alternadas.

§ 4º O Conselho Municipal de Saneamento Básico será recomposto a cada quatro (4) anos, oficializado por ato do Executivo.

Art. 24 - Os membros do Conselho de que trata esta Lei não farão jus à percepção de qualquer remuneração ou benefícios, sendo o seu trabalho considerado de relevante interesse público.

Art. 25 - Compete ao Conselho Municipal de Saneamento Básico:

- I. Fiscalizar e controlar a execução da Política Municipal de Saneamento Básico, especialmente no que diz respeito ao fiel cumprimento de seus princípios e objetivos e a adequada prestação dos serviços e utilização dos recursos, seja pela administração direta seja pelas concessionárias ou contratadas;
- II. Acompanhar e fiscalizar a aplicação do Plano Municipal de Saneamento Básico;
- III. Avaliar as proposta de contratação ou editais de concessão de serviços de saneamento, ou partes deles;



- IV. Discutir e aprovar a proposta de projeto de lei da avaliação bianual do Plano Municipal de Saneamento Básico, assim como as que devam ser incluídas nos projetos de lei sobre o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual.
- V. Deliberar sobre propostas de projetos de lei e programas relacionados à política municipal de saneamento básico;
- VI. Fomentar o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação tecnológica e a formação de recursos humanos;
- VII. Buscar o apoio de órgãos e entidades realizadoras de estudos sobre meio ambiente e saneamento, de modo a dispor de subsídios técnicos e legais na implementação de suas ações;
- VIII. Estabelecer diretrizes e mecanismos para o acompanhamento, fiscalização e controle do Fundo Municipal de Saneamento;
- IX. Articular-se com outros Conselhos existentes no Município:
 - X. Propor, quando da revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, metas relativas aos serviços ligados ao saneamento objetivando a melhoria da qualidade ambiental e a eficácia na prestação dos serviços;
 - XI. Examinar propostas e denúncias e responder a consultas sobre assuntos pertinentes a ações e serviços de saneamento;
 - XII. Elaborar e aprovar o seu regimento interno;

Art. 26 - O Conselho reunir-se-á trimestralmente, ordinariamente, ou a qualquer tempo, desde que convocado pelo Presidente ou três (03) de seus componentes, com convocação mínima de 48 horas, para discussão e avaliação de matéria de caráter relevante e urgente.

Art. 27 – As deliberações do Conselho Municipal de Saneamento Básico serão sempre por maioria absoluta de seus membros, ou seja, cinquenta por cento mais um, dos membros que compõem o Conselho.

Parágrafo único – Não sendo atingido quorum necessário para deliberação, respeitando o intervalo mínimo de quarenta e oito (48) horas entre elas, na segunda reunião, observando o mesmo objeto de deliberação, a decisão ocorrerá por maioria simples dos membros presentes.

Art. 28 – Cabe ao Executivo Municipal dar condição física, técnica e material para a realização das atividades e reuniões do Conselho e capacitação inicial e continuada dos conselheiros.

SEÇÃO IV DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO

Art. 29 – O Executivo Municipal deverá realizar estudos técnicos objetivando a implantação, através de Lei específica, do Fundo Municipal de Saneamento, destinado a financiar, isoladamente ou complementarmente, os instrumentos da Política Municipal de Saneamento Básico previstos nesta lei.

SEÇÃO V DO SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES EM SANEAMENTO

Art. 30 - Fica criado o Sistema Municipal de Informações em Saneamento, sob coordenação do SAAE, cujas finalidades, serão:



- I. Levantar, acompanhar e divulgar a situação dos serviços públicos de saneamento;
- II. Subsidiar a Entidade Reguladora e o Conselho Municipal de Saneamento Básico na definição e acompanhamento de indicadores de desempenho dos serviços públicos de saneamento;
- III. Levantar, avaliar e divulgar os indicadores de desempenho do serviço público de saneamento, na periodicidade indicada pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico;
- IV. Manter banco de dados com as informações sobre a situação do serviço público de saneamento e sobre seus indicadores de desempenho;
- V. Disponibilizar o banco de dados a que se refere o inciso IV para uso público;

§ 1º - Os prestadores de serviço público de saneamento fornecerão as informações necessárias para o funcionamento do Sistema Municipal de Informações em Saneamento, na forma e na periodicidade estabelecidas pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico.

§ 2º - A estrutura organizacional e a forma de funcionamento do Sistema Municipal de Informações em Saneamento serão estabelecidas em regulamento.

CAPÍTULO V DOS ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

Art. 31 - Os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, sempre que possível, mediante remuneração pela cobrança dos serviços:

- I. De abastecimento de água e esgotamento sanitário: preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente;
- II. De limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos: taxas ou tarifas e outros preços públicos, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades;
- III. De manejo de águas pluviais urbanas: na forma de tributos, inclusive taxas, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades.

§ 1º: Observado o disposto nos incisos I a III do caput deste Art., a instituição das tarifas, preços públicos e taxas para os serviços de saneamento básico observará as seguintes diretrizes:

- I. Prioridade para atendimento das funções essenciais relacionadas à saúde pública;
- II. Ampliação do acesso dos cidadãos e localidades de baixa renda aos serviços;
- III. Geração dos recursos necessários para realização dos investimentos, objetivando o cumprimento das metas e objetivos do serviço;
- IV. Inibição do consumo supérfluo e do desperdício de recursos;
- V. Recuperação dos custos incorridos na prestação do serviço, em regime de eficiência;
- VI. Remuneração adequada do capital investido pelos prestadores dos serviços;
- VII. Estímulo ao uso de tecnologias modernas e eficientes, compatíveis com os níveis exigidos de qualidade, continuidade e segurança na prestação dos serviços;
- VIII. Incentivo à eficiência dos prestadores dos serviços.

§ 2º: Poderão ser adotados subsídios tarifários e não tarifários para os usuários e localidades que não tenham capacidade de pagamento ou escala econômica suficiente para cobrir o custo integral dos serviços.



Art. 32 - Observado o disposto no Art. 33 desta Lei, a estrutura de remuneração e cobrança dos serviços públicos de saneamento básico poderá levar em consideração os seguintes fatores:

- I. Categorias de usuários, distribuídas por faixas ou quantidades crescentes de utilização ou de consumo;
- II. Padrões de uso ou de qualidade requeridos;
- III. Quantidade mínima de consumo ou de utilização do serviço, visando à garantia de objetivos sociais, como a preservação da saúde pública, o adequado atendimento dos usuários de menor renda e a proteção do meio ambiente;
- IV. Custo mínimo necessário para disponibilidade do serviço em quantidade e qualidade adequadas;
- V. Ciclos significativos de aumento da demanda dos serviços, em períodos distintos; e
- VI. Capacidade de pagamento dos consumidores.

Art. 33 - Os reajustes de tarifas de serviços públicos de saneamento básico serão realizados observando-se o intervalo mínimo de doze meses, de acordo com as normas legais, regulamentares e contratuais.

Art. 34 - As tarifas serão fixadas de forma clara e objetiva, devendo os reajustes e as revisões tornados públicos com antecedência mínima de 30 (trinta) dias com relação à sua aplicação.

Parágrafo único: A fatura a ser entregue ao usuário final deverá obedecer a modelo estabelecido pela entidade reguladora, que definirá os itens e custos que deverão estar explicitados.

Art. 35 - Os serviços poderão ser interrompidos pelo prestador nas seguintes hipóteses:

- I. Situações de emergência que atinjam a segurança de pessoas e bens;
- II. Necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias de qualquer natureza nos sistemas;
- III. Negativa do usuário em permitir a instalação de dispositivo de leitura de água consumida, após ter sido previamente notificado a respeito;
- IV. Manipulação indevida de qualquer tubulação, medidor ou outra instalação do prestador, por parte do usuário;
- V. Inadimplemento do usuário do serviço de abastecimento de água, do pagamento das tarifas, após ter sido formalmente notificado.

§ 1º: As interrupções programadas serão previamente comunicadas ao regulador e aos usuários.

§ 2º: A suspensão dos serviços prevista nos incisos III e V do caput deste Artigo, será precedida de prévio aviso ao usuário, não inferior a 30 (trinta) dias da data prevista para a suspensão.

§ 3º: A interrupção ou a restrição do fornecimento de água por inadimplência a estabelecimentos de saúde, a instituições educacionais e de internação coletiva de pessoas e a usuário residencial de baixa renda beneficiário de tarifa social deverá obedecer a prazos e critérios que preservem condições mínimas de manutenção da saúde das pessoas atingidas.



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde



CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 36 - O Conselho Municipal de Saneamento Básico deverá ser instalado pelo Executivo Municipal no prazo máximo de 60 dias a partir da promulgação desta lei, na forma de Decreto Municipal.

Parágrafo único - O Executivo Municipal deverá organizar chamamento de todos os segmentos que possuem representação junto ao Conselho Municipal de Saneamento Básico para esclarecer os objetivos do Conselho e definir os seus representantes.

Art. 37 – O Executivo terá no máximo vinte e quatro meses, contados da promulgação desta Lei, para concluir e apresentar ao Conselho Municipal de Saneamento Básico os estudos de que trata os Artigos 12 e 29.

Art. 38 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário de 2011.

MUNICÍPIO



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde



**PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PEREIRA BARRETO - SP**

RELATÓRIO DE INDICADORES – PRODUTO “H”

Maio/17

REVISÃO - 01



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde



Sumário

APRESENTAÇÃO	2
SISTEMA DE INDICADORES	2
CARACTERÍSTICAS GERAIS DE INDICADORES NO SETOR DO SANEAMENTO	2
SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO (SNIS)	5
INDICADORES SELECIONADOS PARA ACOMP. E AVALIAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DO PMSB	10
INDICADORES SELECIONADOS PARA AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO	16
PARÂMETROS E INSUMOS PARA O CÁLCULO DOS INDICADORES	19
ESTRATÉGIA PARA IMPLANTAÇÃO DE INDICADORES	23
GERENCIAMENTO E DIVULGAÇÃO DOS INDICADORES	24
GLOSSÁRIO DE INFORMAÇÕES	28



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde



APRESENTAÇÃO

O presente trabalho é parte integrante do convênio firmada entre a Prefeitura Municipal de Pereira Barreto e a FUNASA, objetivando a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Pereira Barreto - SP.

Em conformidade com o estabelecido pelo Termo de Referência que rege o convênio, apresentamos o RELATÓRIO DE INDICADORES que configura o “PRODUTO H”.

O documento que ora se apresenta, tem por objetivo apresentar os indicadores que irão medir a evolução do PMSB-PM com base nas principais informações sobre o setor do saneamento de do município.

SISTEMA DE INDICADORES

Neste trabalho são apresentados os conceitos gerais da utilização de indicadores para avaliação dos serviços de saneamento e os indicadores propostos para avaliação da qualidade dos serviços e acompanhamento do cumprimento dos programas propostos pelo PMSB-PB.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DE INDICADORES NO SETOR DO SANEAMENTO

Conceitua-se um indicador como sendo uma “medida quantitativa da eficiência e da eficácia de uma entidade gestora relativamente a aspectos específicos da atividade desenvolvida.” (ALEGRE et al, 2008). Portanto, os indicadores a serem utilizados na avaliação dos serviços de saneamento e no acompanhamento das metas estabelecidas no PMSB, segundo Von Sperling, 2012, devem estar baseados nos critérios gerais apresentados a seguir.

- ✓ - Devem ser adequados para representar apenas os aspectos relevantes do desempenho da prestadora de serviço. Assim, o número total de indicadores do sistema deve ser o estritamente necessário, evitando-se a inclusão de aspectos não essenciais.
- ✓ - Deve existir a possibilidade de comparação com critérios legais e/ou outros requisitos existentes ou a definir.



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde



- ✓ - Devem, sempre que possível, ser aplicáveis a prestadoras de serviços com diferentes características, dimensões e graus de desenvolvimento.
- ✓ - Devem permitir a identificação antecipada de problemas e situações de emergência.
- ✓ - Devem possibilitar uma determinação fácil e rápida, permitindo que o seu valor seja facilmente atualizado.
- ✓ - Deve ser levado em consideração o público-alvo que utilizará os resultados dos indicadores.
- ✓ - Devem originar resultados verificáveis.

Para que os indicadores se tornem viáveis e práticos, devem possuir alguns atributos especiais.

- ✓ Simplicidade – facilidade de ser compreendido e aplicado tanto pelos executores quanto e principalmente pelos que receberão seus resultados. Os nomes e expressões devem ser conhecidos e entendidos por todos os envolvidos de forma homogênea.
- ✓ Rastreabilidade – facilidade para identificação da origem dos dados, seu registro e manutenção. Sempre que possível, deve-se transformar os resultados em gráficos para um acompanhamento mais preciso, o que permite a comparação com desempenhos anteriores.
- ✓ Disponibilidade – facilidade de acesso para coleta, estando disponível a tempo, para as pessoas certas e sem distorções, servindo de base para que decisões sejam tomadas. De nada adiantaria informações atrasadas e desatualizadas, embora corretas, ou informações atuais e corretas, mas para a pessoa errada.
- ✓ Economia – não deve ser gasto tempo demais procurando dados, muito menos pesquisando ou aguardando novos métodos de coleta. Os benefícios trazidos com os indicadores devem ser maiores que os custos incorridos na medição.
- ✓ Praticidade – garantia de que realmente funciona na prática e permite a tomada de decisões gerenciais. Para isso, deve ser testado no campo e, se necessário, modificado ou excluído.
- ✓ Estabilidade – garantia de que é gerado em rotinas de processo e permanece ao longo do tempo, permitindo a formação de série histórica.

É fundamental que os indicadores sejam direcionados para a tomada de decisões gerenciais voltadas para a solução dos problemas apontados, servindo de base inclusive para a revisão de metas já estabelecidas. Por isso, os indicadores não podem agregar mais trabalho no dia-a-dia nem tempo



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde



excessivo para serem coletados e obtidos. Assim, devem ser representativos para os processos e atividades, levando a análises e melhorias da forma mais prática e objetiva possível.

Os principais objetivos dos indicadores devem ser:

- ✓ Avaliar objetivamente e sistematicamente a prestação dos serviços.
- ✓ Subsidiar estratégias para estimular a expansão e a modernização da infraestrutura, de modo a buscar a sua universalização e a melhoria dos padrões de qualidade.
- ✓ Diminuir a assimetria de informações e incrementar a transparência das ações do prestador de serviços públicos e da agência reguladora.
- ✓ Subsidiar o acompanhamento e a verificação do cumprimento dos contratos de concessão ou contratos de programa.
- ✓ Aumentar a eficiência e a eficácia da atividade de regulação.
- ✓ Transparência no acompanhamento dos programas e atividades propostos no PMSB.

As principais informações sobre o setor do saneamento básico, em âmbito nacional, são apresentadas em forma de indicadores pelo SNIS. Além desse sistema, existem outros no país que utilizam indicadores para os serviços de saneamento, assim como apresentado a seguir.

Quadro 1 - Principais sistemas de indicadores utilizados no Brasil

Sistema	Objetivo
SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento	Recolher e publicar anualmente informações dos operadores de todo o país, sob a forma de um estudo comparativo situacional do setor.
ABAR - Associação Brasileira de Agências de Regulação	Promover a mútua colaboração entre as associadas e os poderes públicos, na busca do aprimoramento da atividade regulatória em todo o Brasil.
PNSB - Pesquisa Nacional de Saneamento Básico	Coletar e divulgar informações sobre a gestão municipal do saneamento, os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e o manejo das águas pluviais e dos resíduos sólidos.

Conforme instituído pela Lei, o sistema de informações do município de Pereira Barreto deverá ser articulado com o SINISA que, por sua vez, tem a sua base fundamentada no SNIS, de acordo com o que está apresentado a seguir. Ressalta-se que até a presente data, o SINISA não foi implementado.



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde



SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO (SNIS)

Ao longo da vigência do Planasa (Plano Nacional de Saneamento) foi instituído um sistema de avaliação de desempenho dos serviços com base em indicadores normalizados, de eficiência gerencial e operacional dos serviços operados pelas companhias estaduais. As operadoras emitiam anualmente relatórios de desempenho que tinham como finalidade informar sobre a conformidade de cada prestador em relação às metas de eficiência assumidas.

Os relatórios produzidos na época tiveram um efeito de segunda ordem, hoje mais importante do que sua finalidade principal, que foi a formação de uma base organizada de indicadores de desempenho para o setor. Os relatórios eram agrupados e divulgados nos Catálogos Brasileiros de Engenharia Sanitária e Ambiental, os CABES, entre os anos de 1977 e 1995. Mais tarde os indicadores consolidados nos relatórios evoluíram para o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, o SNIS.

O SNIS apoia-se em um banco de dados administrado na esfera federal que contém informações de caráter operacional, gerencial, financeiro e de qualidade, sobre a prestação de serviços de água e de esgotos e sobre os serviços de limpeza urbana.

No caso dos serviços de água e esgotos, os dados são atualizados anualmente para uma amostra de prestadores de serviços no Brasil, desde o ano base de 1995. Deve-se atentar que existe uma prevalência de informações relacionadas ao serviço de abastecimento de água, em função da clara tendência à priorização da implementação desses serviços na época do Planasa. Em relação aos serviços de manejo de resíduos sólidos, os dados também são atualizados anualmente para uma amostra de municípios brasileiros, contendo dados desde 2002.

Os dados para o SNIS são fornecidos voluntariamente pelos próprios prestadores dos serviços e sofrem análise de consistência, contudo não são auditados. As informações coletadas são divulgadas no Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos e no Diagnóstico do Manejo de Resíduos Sólidos. A partir dessas informações são calculados os indicadores.

Os quadros a seguir apresentam os indicadores dos serviços de água, esgotos e limpeza urbana utilizados pelo SNIS.



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde



Quadro 2 - Indicadores Econômicos, Financeiros e Administrativos – Água e Esgoto.

Código	Indicador (unidade)	Serviço
Indicadores Econômicos, Financeiros e Administrativos		
I002	Índice de produtividade: economias ativas por pessoal próprio (econ./empregado)	AG + ES
I003	Despesa total com os serviços por m3 faturado (R\$/m3)	AG + ES
I004	Tarifa média praticada (água + esgoto) (R\$/m3)	AG + ES
I005	Tarifa média de água (R\$/m3)	AG
I006	Tarifa média de esgoto (R\$/m3)	ES
I007	Incidência de desp. de pessoal e de serv. de terc. nas despesas totais com os serviços (%)	AG + ES
I008	Despesa média anual por empregado (R\$/empregado)	AG + ES
I012	Indicador de desempenho financeiro (%)	AG + ES
I018	Quantidade equivalente de pessoal total (empregados)	AG + ES
I019	Índice de produtividade: economias ativas por pessoal total (econ./empregado)	AG + ES
I026	Despesa de exploração por m3 (R\$/m3)	AG + ES
I027	Despesa de exploração por economia ((R\$/ano)/econ.)	AG + ES
I029	Índice de evasão de receitas (%)	AG + ES
I030	Margem da despesa de exploração (%)	AG + ES
I031	Margem da despesa com pessoal próprio (%)	AG + ES
I032	Margem da despesa com pessoal próprio total (equivalente) (%)	AG + ES
I033	Margem do serviço da dívida (%)	AG + ES
I034	Margem das outras despesas de exploração (%)	AG + ES
I035	Participação da despesa com pessoal próprio nas despesas de exploração (%)	AG + ES
I036	Participação da despesa com pessoal total (equivalente) nas despesas de exploração (%)	AG + ES
I037	Participação da despesa com energia elétrica nas despesas de exploração (%)	AG + ES
I038	Participação da despesa com produtos químicos nas despesas de exploração (%)	AG + ES
I039	Participação das outras despesas nas despesas de exploração (%)	AG + ES
I040	Participação da receita operacional direta de água na receita operacional total (%)	AG
I041	Participação da receita operacional direta de esgoto na receita operacional total (%)	ES
I042	Participação da receita operacional indireta na receita operacional total (%)	AG + ES
I045	Índice de produtividade: empregados próprios por mil ligações de água (empregados/mil lig.)	AG
I048	Índice de produtividade: empreg. próprios por mil ligações (AG e ES) (empregados/mil lig.)	AG + ES
I054	Dias de faturamento comprometidos com contas a receber (dias)	AG + ES
I060	Índice de despesa por consumo de energia elétrica no sistema (R\$/kWh)	AG + ES
I101	Indicador de suficiência de caixa (%)	AG + ES
I102	Índice de produtividade de pessoal total (lig./empregado)	AG + ES



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde



Quadro 3 - Indicadores Operacionais -Água

Código	Indicador (unidade)	Serviço
Indicadores Operacionais -Água		
I001	Densidade de economias de água por ligação (economia/ligação)	AG
I009	Índice de hidrometração (%)	AG
I010	Índice de micromedição relativo ao volume disponibilizado (%)	AG
I011	Índice de macromedição (%)	AG
I013	Índice de perdas de faturamento (%)	AG
I014	Consumo micromedido por economia (m3/mês/economia)	AG
I017	Consumo de água faturado por economia (m3/mês/economia)	AG
I020	Extensão de rede de água por ligação (m/ligação)	AG
I022	Consumo médio <i>per capita</i> de água (L/hab x dia)	AG
I023	Índice de atendimento urbano de água (%)	AG
I025	Volume de água disponibilizado por economia (m3/mês/economia)	AG
I028	Índice de faturamento de água (%)	AG
I043	Participação das economias residenciais de água no total das economias de água (%)	AG
I044	Índice de micromedição relativo ao consumo (%)	AG
I049	Índice de perdas na distribuição (%)	AG
I050	Índice bruto de perdas lineares (m3/(dia x km))	AG
I051	Índice de perdas por ligação (L/dia)/ligação)	AG
I052	Índice de consumo de água (%)	AG
I053	Consumo médio de água por economia (m3/mês)/economia)	AG
I055	Índice de atendimento total de água (%)	AG
I057	Índice de fluoretação de água (%)	AG
I058	Índice de consumo de energia elétrica em sistemas de abastecimento de água (kWh/m3)	AG

Quadro 4 - Indicadores Operacionais -Esgoto

Código	Indicador (unidade)	Serviço
Indicadores Operacionais -Esgoto		
I015	Índice de coleta de esgotos (%)	ES
I016	Índice de tratamento de esgoto (%)	ES
I021	Extensão da rede de esgoto por ligação (m/ligação)	ES
I024	Índice de atendimento urbano de esgoto referido aos municípios com água (%)	ES
I046	Índice de esgoto tratado referido à água consumida (%)	ES
I047	Índice de atendimento urbano de esgoto referido aos municípios atendidos com esgoto (%)	ES
I056	Índice de atendimento total de esgoto referido aos municípios atendidos com água (%)	ES
I059	Índice de consumo de energia elétrica em sistemas de esgotamento sanitário (kWh/m3)	ES



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde



Quadro 5 - Indicadores de Balanço e de Qualidade – Água e Esgoto

Código	Indicador (unidade)	Serviço
Indicadores de Balanço		
I061	Liquidez corrente (-)	AG + ES
I062	Liquidez geral (-)	AG + ES
I063	Grau de endividamento (-)	AG + ES
I064	Margem operacional com depreciação (%)	AG + ES
I065	Margem líquida com depreciação (%)	AG + ES
I066	Retorno sobre o patrimônio líquido (%)	AG + ES
I067	Composição de exigibilidades (%)	AG + ES
I068	Margem operacional sem depreciação (%)	AG + ES
I069	Margem líquida sem depreciação (%)	AG + ES
Indicadores de Qualidade		
I071	Economias atingidas por paralisações (economia/paralisação)	AG
I072	Duração média das paralisações (horas/paralisação)	AG
I073	Economias atingidas por intermitências (economia/interrupção)	AG
I074	Duração média das intermitências (horas/interrmitências)	AG
I075	Incidência das análises de cloro residual fora do padrão (%)	AG
I076	Incidência das análises de turbidez fora do padrão (%)	AG
I077	Duração média dos reparos de extravasamentos de esgotos (horas/extravasamento)	ES
I079	Índice de conformidade da quantidade de amostras -cloro residual (%)	AG
I080	Índice de conformidade da quantidade de amostras -turbidez (%)	AG
I082	Extravasamentos de esgotos por extensão de rede (extravasamento/km)	ES
I083	Duração média dos serviços executados (hora/serviço)	AG + ES
I084	Incidência das análises de coliformes totais fora do padrão (%)	AG
I085	Índice de conformidade da quantidade de amostras -coliformes totais (%)	AG

Quadro 6 - Indicadores utilizados pelo SNIS para o serviço de resíduos sólidos

Código	Indicador (unidade)	Serviço
Indicadores utilizados pelo SNIS para o serviço de resíduos sólidos		
Indicadores Gerais		
I001	Taxa de empregados por habitante urbano (empregados/1000hab.)	RSU
I002	Despesa por empregado (R\$/empregado)	RSU
I003	Incidência de despesas com RSU na prefeitura (%)	RSU
I004	Incidência de despesas com empresas contratadas (%)	RSU
I005	Autossuficiência financeira (%)	RSU
I006	Despesas per capita com RSU (R\$/habitante)	RSU



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde



Código	Indicador (unidade)	Serviço
Indicadores utilizados pelo SNIS para o serviço de resíduos sólidos		
I007	Incidência de empregados próprios (%)	RSU
I008	Incidência de empreg. de empr. contrat. no total de empreg. no manejo (%)	RSU
I010	Incidência de empreg. admin. no total de empreg no manejo (%)	RSU
Indicadores sobre Coleta de Resíduos		
I016	Taxa de cobertura da coleta (%)	RSU
I017	Taxa de terceirização da coleta (%)	RSU
I018	Produtividade média de coletadores e motorista (kg/empregado x dia)	RSU
I019	Taxa de motoristas e coletadores por habitante urbano (empregados/1000hab.)	RSU
I021	Massa coletada per capita (habitante urbano) (kg/(hab.x dia)	RSU
I022	Massa RDO coletada per capita (habitante atendido) (Kg/(hab.x dia)	RSU
I023	Custo unitário da coleta (kg/tonelada)	RSU
I024	Incidência do custo da coleta no custo total do manejo (%)	RSU
I025	Incidência de empregada coleta no total de empregados no manejo (%)	RSU
I026	Relação: quantidade RCC coletada pela Pref. p/quant. total RDO e RPU (%)	RSU
I027	Relação: quantidades coletadas de RPU por RDO (%)	RSU
Indicadores sobre Serviço de Varrição		
I041	Taxa de terceirização de varredores (%)	RSU
I042	Taxa de terceirização de varrição (%)	RSU
I043	Custo unitário da varrição (R\$/km)	RSU
I044	Produtividade média dos varredores (km/(empregados x dia)	RSU
I045	Taxa de varredores por habitante urbano (empregados/1000hab.)	RSU
I046	Incidência do custo da varrição no custo total do manejo (%)	RSU
I047	Incidência de varredores no total de empregados no manejo (%)	RSU
Indicadores sobre Serviços de Capina		
I051	Taxa de capinadores por habitante urbano (empregados/1000hab.)	RSU
I052	Relação de capinadores no total de empregados no manejo (%)	RSU
Indicadores sobre Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos		
I031	Taxa de recuperação de recicláveis em relação à quantidade de RDO e RPU (%)	RSU
I032	Massa recuperada per capita (kg/(hab. X ano)	RSU
I033	Relação entre quantidades da coleta seletiva e RDO (%)	RSU
I034	Incid. de papel/papelão sobre total mat. Recuperado (%)	RSU
I035	Incid. de plásticos sobre total material recuperado (%)	RSU
I038	Incid.de metais sobre total material recuperado (%)	RSU
I039	Incid.de vidros sobre total de material recuperado (%)	RSU
I040	Incidência de "outros" sobre total material recuperado (%)	RSU
Indicadores sobre Coleta Seletiva de Resíduos de Serviços de Saúde		
I036	Massa de RSS coletada per capita (Kg/(1000hab. X dia)	RSU
I037	Taxa de RSS sobre (RDO+RPU) (%)	RSU



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde



Por fim, enfatiza-se que o SNIS publica anualmente um glossário de termos e relações de indicadores, no qual constam os nomes, definições, unidades de medida das informações primárias e indicadores, além das fórmulas de cálculo desses últimos e definições complementares (<http://www.snis.gov.br/>).

Esta é uma grande contribuição para o estabelecimento de uma linguagem única no setor, que pode possibilitar a integração de bancos de dados diferentes.

Deve-se atentar ainda que o SNIS é a principal base para o futuro Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico, SINISA, instituído pela Lei 11.445/2007:

“Art. 53. Fica instituído o Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico – SINISA, com os objetivos de:

I – coletar e sistematizar dados relativos às condições da prestação dos serviços públicos de saneamento básico;

II – disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e da oferta de serviços públicos de saneamento básico;

III – permitir e facilitar o monitoramento e avaliação da eficiência e da eficácia da prestação dos serviços de saneamento básico.

§ 1º As informações do Sinisa são públicas e acessíveis a todos, devendo ser publicadas por meio da internet.

§ 2º A União apoiará os titulares dos serviços a organizar sistemas de informação em saneamento básico, em atendimento ao disposto no inciso VI do caput do art. 9º

desta Lei.” (BRASIL, 2007).

INDICADORES SELECIONADOS PARA ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DO PMSB

Para o acompanhamento e avaliação da implantação dos diferentes programas e ações propostos no PMSB foram criados indicadores. Para cada programa e o seu conjunto de ações, foram relacionados indicadores com suas características:

- ✓ Código – identificação com numeração contínua, totalizando 40 indicadores criados;
- ✓ Descrição – descreve o indicador e sua unidade de referencia;
- ✓ Objetivo – está relacionado à ação e programa definidos;
- ✓ Periodicidade – em qual intervalo de tempo o mesmo deva ser calculado;
- ✓ Fórmula de cálculo – apresenta qual a formula a ser utilizada para se ter o indicador;



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde



- ✓ Variáveis de cálculo – são as informações / dados necessários para aplicar a fórmula;
- ✓ Intervalo de validade – por qual período o indicador tem validade;
- ✓ Fonte de origem dos dados – indica qual o setor da administração municipal responsável pelo fornecimento do dado (variável);
- ✓ Responsável pela geração e divulgação – indica qual o setor da administração municipal responsável pela geração e divulgação do indicador;
- ✓ Avaliação – defini os parâmetros entre satisfatório, regular e insatisfatório quanto à realização da ação.

Os indicadores estão representados no quadro abaixo.



Quadro 7 – Indicadores de implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico por Programa

PLANO DE EXECUÇÃO		Indicador do Plano Municipal de Saneamento		Objetivo	Periodicidade	Forma de Cálculo	Variáveis de Cálculo	Intervalo de Validade	Fonte de Origem dos Dados	Responsável pela Geração e Divulgação	Avaliação
PROGRAMA	AÇÕES	Código	Descrição								
1 - SANEAMENTO RURAL	1.1- Elaborar cadastro das soluções adotadas para o abastecimento de água e de esgotamento sanitário, nas propriedades rurais, em especial nos assentamentos do INCRA e nos condomínios para fins de lazer.	IPMS-01	Unidades cadastradas (%)	Acompanhar o desenvolvimento da regularização e adequação das soluções de abastecimento e tratamento de esgoto existentes na área rural.	Anual	$\frac{\text{(total de domicílios rurais cadastrados)}}{\text{(total de domicílios rurais existentes)}} \times 100$	Domicílios Rurais Cadastrados Domicílios Rurais Existentes	1 Ano	SAAE - Setor de Abastecimento e Esgoto	SAAE- PMPB	Satisfatório: 100 % unidades cadastradas em 3 anos Regular: > 50% unidades cadastradas em 3 anos Insatisfatório: < de 50% unidades cadastradas em 3 anos
	1.2- Realizar estudos de viabilidade técnica e de gestão visando implantar sistemas de abastecimento de água potável, nos projetos de assentamentos do INCRA, com aproveitamento da infraestrutura existente e de formalização de parcerias de gestão com as Associações de Moradores.	IPMS-02	Índice de atendimento total de água (%)	Acompanhar a universalização do acesso à água potável em todo o município.	Anual	$\frac{\text{(população rural atendida)}}{\text{(população rural total)}} \times 100$	População Rural Atendida com Água Potável População Rural Total	1 ANO	SAAE - Setor de Abastecimento	SAAE- PMPB	Satisfatório: 100 % população rural atendida em 8 anos Regular: > 50% da população rural atendida em 3 anos Insatisfatório: < de 50% da população rural atendida em 3 anos
	1.3- Integrar nas competências do SAAE os condomínios para fins de lazer, priorizando a garantia da qualidade da água oferecida pelos sistemas isolados e soluções adequadas de esgotamento sanitário.	IPMS-03	Unidades Condominiais cadastradas (%)	Controlar a qualidade da água utilizada nas unidades para fins de lazer e impedir a poluição dos rios e lago que abrigam essas unidades.	Anual	$\frac{\text{(domicílios rurais atendidos)}}{\text{(domicílios rurais total)}} \times 100$	Domicílios Rurais Cadastrados Domicílios Rurais Existentes	1 ANO	SAAE - Setor de Abastecimento e Esgoto	SAAE- PMPB	Satisfatório: 100% unidades cadastradas em 8 anos Regular: > 50% unidades cadastradas em 3 anos Insatisfatório: < de 50% unidades cadastradas em 3 anos
	1.4- Implantar unidades de demonstração de soluções adequadas e ambientalmente corretas para o esgotamento sanitário na zona rural.	IPMS-04	Unidades Implantadas (%)	Acompanhar a universalização o acesso à ao tratamento de esgoto em todo o município.	Anual	$\frac{\text{(domicílios rurais implantados)}}{\text{(domicílios rurais total)}} \times 100$	Domicílios Rurais Implantadas Domicílios Rurais Existentes	1 ANO	SAAE - Setor de Esgoto	SAAE- PMPB	Satisfatório: 100 % unidades implantadas em 8 anos Regular: > 50% unidades implantadas em 3 anos Insatisfatório: < de 50% unidades implantadas em 3 anos
2 - PERDAS ZERO	2.1- Elaboração de Plano de Perdas para os dois sistemas de abastecimento existentes (Sede e Hortifrut).	IPMS-05	Elaboração do Plano de Perdas (%)	Avaliar o desenvolvimento das ações com fim de racionalizar o uso da água na área urbana do município.	Anual	$\frac{\text{(etapas realizadas)}}{\text{(etapas necessárias)}} \times 100$	N° de Etapas Realizadas N° de Etapas Necessárias para a Realização do Estudo	1 ANO	SAAE - Setor de Abastecimento	SAAE- PMPB	Satisfatório: 100 % do Plano concluído em 3 anos Regular: > 50% do plano concluído em 3 anos Insatisfatório: < de 50% do plano concluído em 3 anos
	2.2- Elaborar estudos para identificações de soluções alternativas para a ampliação da capacidade dos sistemas I e II em especial quanto à reservação.	IPMS-06	Elaboração do Projeto de Ampliação (%)	Acompanhar o desenvolvimento das ações que visam ampliar a capacidade de captação de água bruta e reservação de água tratada a fim de atender as demandas futuras previstas no PMSB.	Anual	$\frac{\text{(etapas realizadas)}}{\text{(etapas necessárias)}} \times 100$	N° de Etapas Realizadas N° de Etapas Necessárias para a Realização do Estudo	1 ANO	SAAE - Setor de Abastecimento	SAAE- PMPB	Satisfatório: 100 % do estudo concluído em 3 anos Regular: > 50% do estudo concluído em 3 anos Insatisfatório: < de 50% do estudo concluído em 3 anos
3 - MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO	3.1- Recadastramento das redes existentes de água e esgoto com identificação dos usuários residenciais, comerciais, industriais e públicos.	IPMS-07	Extensão de Rede Cadastrada (%)	Acompanhar o desenvolvimento da geração de base cadastral georreferenciada das redes de água e esgoto que servem ao município.	Anual	$\frac{\text{(extensão de rede cadastrada)}}{\text{(extensão de rede existente)}} \times 100$	Extensão de Rede Existente Extensão de Rede Cadastrada	1 ANO	SAAE - Setor de Abastecimento e Esgoto	SAAE- PMPB	Satisfatório: 100 % do cadastro concluído em 3 anos Regular: > 50% do cadastro concluído em 3 anos Insatisfatório: < de 50% do cadastro concluído em 3 anos
		IPMS-08	Usuários Cadastrados (%)	Acompanhar o desenvolvimento da geração de base cadastral dos usuários do sistema de água e esgoto que servem ao município.	Anual	$\frac{\text{(economias cadastradas)}}{\text{(economias totais)}} \times 100$	N° Total de Economias de Economias Cadastradas	1 ANO	SAAE - Setor de Abastecimento e Esgoto	SAAE- PMPB	Satisfatório: 100 % do cadastro concluído em 3 anos Regular: > 50% do cadastro concluído em 3 anos Insatisfatório: < de 50% do cadastro concluído em 3 anos
	3.2- Eliminação das ligações sem hidrometros existentes.	IPMS-09	Índice de hidrometração (%)	Acompanhar o desenvolvimento da ação que visa ampliar o parque de hidrômetros do município objetivando a diminuição de perdas físicas e financeiras ao sistema e uso racional da água.	Anual	$\frac{\text{(economias ativas hidrometradas)}}{\text{(economias ativas totais)}} \times 100$	N° Total de Economias Ativas Hidrometradas N° Total de Economias Ativas	1 ANO	SAAE - Setor de Abastecimento	SAAE- PMPB	Satisfatório: 100 % de ligações hidrometradas em 8 anos Regular: > 20% de ligações hidrometradas em 3 anos Insatisfatório: < de 20% de ligações hidrometradas em 3 anos
	3.3- Eliminação das ligações de esgotos na rede de águas pluviais e vice versa.	IPMS-10	Ligações Substituídas (%)	Acompanhar a realização das ações de correção de ligações irregulares no sistema de esgotamento e drenagem pluvial.	Anual	$\frac{\text{(ligações regularizadas)}}{\text{(ligações irregulares existentes)}} \times 100$	N° Total de Ligações Irregulares Existentes N° de Ligações Regularizadas	1 ANO	SAAE - Setor de Esgoto	SAAE- PMPB	Satisfatório: 100 % de ligações eliminadas em 12 anos Regular: > 30% de ligações eliminadas em 8 anos Insatisfatório: < de 30% de ligações eliminadas em 8 anos
	3.4- Substituição das redes de esgotos executadas em manilha cerâmica ou concreto por tubos de PVC.	IPMS-11	Extensão de Rede Substituída (%)	Acompanhar o progresso de substituição de redes antigas de esgoto de manilha e concreto.	Anual	$\frac{\text{(extensão de rede substituída)}}{\text{(extensão de rede a substituir)}} \times 100$	Extensão de Rede de Manilha Existente Extensão de Rede de Manilha Substituída	1 ANO	SAAE - Setor de Abastecimento e Esgoto	SAAE- PMPB	Satisfatório: 100 % de redes substituídas em 20 anos Regular: > 20% de redes substituídas em 8 anos Insatisfatório: < de 60% de redes substituídas em 12 anos
	3.5- Reforma das EE 06 e 07.	IPMS-12	Obras Executadas (%)	Avaliar o cumprimento da ação que visa renovar as unidades elevatórias que integram o sistema de esgoto.	Anual	$\frac{\text{(normas técnicas criadas)}}{\text{(quantidade de normas estimada)}} \times 100$	N° de Normas Técnicas Criadas N° de Normas Técnicas Previstas	1 ANO	SAAE - Setor de Esgoto	SAAE- PMPB	Satisfatório: 100 % das obras concluídas em 8 anos Regular: > 50% das obras concluídas em 3 anos Insatisfatório: < de 50% das obras concluídas em 3 anos
3.6- Criar normas, procedimentos e especificações técnicas quanto às instalações, sua operação e manutenção, qualidade da água de abastecimento e eficiência do sistema de tratamento de esgotos domésticos.	IPMS-13	Criação de Normas Técnicas (%)	Acompanhar o desenvolvimento de ações que possibilitem a normatização dos serviços de água e esgoto de forma a garantir a eficiência e eficácia dos serviços prestados.	Anual	$\frac{\text{(obras executadas)}}{\text{(obras previstas)}} \times 100$	N° de Obras Executadas de Obras Previstas	1 ANO	SAAE - Setor de Abastecimento e Esgoto	SAAE- PMPB	Satisfatório: 100 % das normas elaboradas em 8 anos Regular: > 50% das normas elaboradas em 4 anos Insatisfatório: < de 50% das normas elaboradas em 4 anos	
4 - SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA FINANCEIRA	4.1- Constituir planilha de custos, separadamente para os serviços de água e serviço de esgoto com objetivo de definir planilha de custo de referência para definição de tarifas.	IPMS-14	Estudos Econômicos Realizados (und)	Acompanhar o desenvolvimento da meta que visa definir os custos gerados por cada serviço de saneamento e assim servir de subsídio para compor suas respectivas tarifas.	Anual	$\frac{\text{(etapas realizadas)}}{\text{(etapas necessárias)}} \times 100$	N° de Etapas Realizadas N° de Etapas Necessárias para a Realização do Estudo	1 ANO	SAAE - Setor Financeiro	SAAE- PMPB	Satisfatório: 100 % dos estudos concluídos em 3 anos Regular: Estudos iniciados em 3 anos Insatisfatório: Estudos não iniciados
	4.2- Realizar estudos para definição de valores de tarifas, em função do consumo e da categoria do usuário.	IPMS-15	Estudos Financeiros Realizados (und)	Acompanhar o desenvolvimento do estudo para definição de tarifas para os serviços prestados de água e esgoto levando em consideração os custos de prestação e capacidade de pagamento da população.	Anual	$\frac{\text{(etapas realizadas)}}{\text{(etapas necessárias)}} \times 100$	N° de Etapas Realizadas N° de Etapas Necessárias para a Realização do Estudo	1 ANO	SAAE - Setor Financeiro	SAAE- PMPB	Satisfatório: 100 % dos estudos concluídos em 3 anos Regular: Estudos iniciados em 3 anos Insatisfatório: Estudos não iniciados
5 - MODERNIZAÇÃO DO SAAE	5.1- Elaboração de Projeto de Lei propondo nova estrutura administrativa, cargos e funções para o SAAE frente as suas novas atribuições.	IPMS-16	Projeto de Lei encaminhado para a Câmara Municipal (und)	Acompanhar o desenvolvimento do projeto que visa a adequação da estrutura administrativa do SAAE em conformidade com as demandas de serviço geradas pela população.	Anual	$\frac{\text{(etapas realizadas)}}{\text{(etapas necessárias)}} \times 100$	N° de Etapas Realizadas N° de Etapas Necessárias para conclusão do Projeto	1 ANO	SAAE - Setor Administrativo	SAAE- PMPB	Satisfatório: Projeto elaborado em 3 anos Regular: Elaboração do projeto iniciada em 3 anos Insatisfatório: Elaboração do projeto não iniciada
	5.2- Capacitação continuada para os servidores do SAAE da área administrativa, técnica e operacional.	IPMS-17	Capacitações Realizadas (und)	Acompanhar o desenvolvimento e eficiência do programa de capacitação dos funcionários do SAAE	Anual	$\frac{\text{(capacitações realizadas)}}{\text{(capacitações previstas)}} \times 100$	N° de Capacitações Realizadas de Capacitações previstas	1 ANO	SAAE - Setor de Pessoal	SAAE- PMPB	Satisfatório: Pelo menos 1 capacitação por ano Insatisfatório: nenhuma realizada
6 - EDUCANDO PARA O SANEAMENTO BÁSICO	6.1- Ações de educação comunitária, em saneamento básico com objetivo de informar aos usuários a melhor e correta forma de utilização dos serviços.	IPMS-18	Ações de Educação Realizadas (und)	Acompanhamento do desenvolvimento de ações comunitárias que visam informar aos usuários do sistema a correta utilização destes serviços.	Anual	$\frac{\text{(ações realizadas)}}{\text{(ações previstas)}} \times 100$	N° de Ações de Educação Realizadas N° Total de Ações de Educação Previstas	1 ANO	SAAE - Setor de Abastecimento e Esgoto	SAAE- PMPB	Satisfatório: 4 ações realizadas por ano (1 por setor) Regular: 1 a 3 ações realizadas Insatisfatório: nenhuma realizada
	6.2- Ações de educação ambiental com objetivo de demonstrar as técnicas e benefícios do reaproveitamento da água de chuva, tanto para os moradores da zona urbana como rural.	IPMS-19	Ações de Educação Realizadas (und)	Acompanhamento do desenvolvimento de ações que visam fomentar a implantação de sistemas de reaproveitamento de água da chuva.	Anual	$\frac{\text{(ações realizadas)}}{\text{(ações previstas)}} \times 100$	N° de Ações de Educação Ambiental Realizadas Total de Ações de Educação Ambiental Previstas	1 ANO	SAAE - Setor de Abastecimento	SAAE- PMPB	Satisfatório: 2 ou mais ações realizadas por ano Regular: 1 ação realizada Insatisfatório: nenhuma realizada
7 - DRENAGEM URBANA	7.1- Elaboração de projetos técnicos para as soluções apresentadas no Plano de Macrodrenagem	IPMS-20	Ações do PMD Realizadas (%)	Acompanhamento do desenvolvimento das ações contidas no Plano de Macrodrenagem do município.	Anual	$\frac{\text{(ações realizadas)}}{\text{(ações previstas)}} \times 100$	N° de Ações do PMD Realizadas Total de Ações Contidas no PMD	1 ANO	Sec de Obras - Setor de Engenharia	SAAE- PMPB	Satisfatório: 100% das ações previstas realizadas em 8 anos Regular: > 50% das ações previstas realizadas em 3 anos Insatisfatório: < 50% das ações previstas realizadas em 3 anos
	7.2- Viabilizar parcerias para financiamento dos projetos de drenagem indicados pelo Plano de Macrodrenagem.	IPMS-21	Parcerias Viabilizadas (%)	Acompanhar a efetividade das ações que visam executar parcerias para a realização das ações contidas no PMD.	Anual	$\frac{\text{(parcerias realizadas)}}{\text{(ações totais contidas no PMD)}} \times 100$	N° de Parcerias Realizadas Total de Ações Contidas no PMD	1 ANO	Sec de Obras - Setor de Engenharia	SAAE- PMPB	Satisfatório: de 70% a 100% das ações previstas realizadas com parcerias Regular: de 40% a 60% das ações previstas realizadas com parcerias Insatisfatório: < 40% das ações previstas realizadas com parcerias



Fundação Nacional de Saúde



Ministério da Saúde



8 - PREVENIR PARA NÃO INUNNDAR	8.1 - Criar força tarefa para manutenção e limpeza das galerias pluviais nos períodos que antecedem as chuvas.	IPMS-22	Índice de Manutenção de Rede de Drenagem (%)	Acompanhar a estruturação de uma rotina de limpeza e manutenção dos equipamentos que integram o sistema de drenagem pluvial urbana.	Anual	$\frac{(\text{extensão de vias com manutenção realizada})}{(\text{extensão de vias com equipamentos de drenagem})} \times 100$	Extensão de Vias com Micro e Macro drenagem Extensão de Vias com Ações de Manutenção	1 ANO	Sec de Obras - Setor de Engenharia	SAAE- PMPB	Satisfatório: 100% dos equipamentos de drenagem com manutenção Regular: > 50% dos equipamentos de drenagem com manutenção Insatisfatório: < 50% dos equipamentos de drenagem com manutenção
	8.2 - Campanhas educativas de orientação de como preservar o funcionamento das galerias pluviais.	IPMS-23	Realização de Campanhas Educativas (und)	Acompanhar a realização de campanhas educativas que visam informar os usuários sobre a correta utilização	Anual	$\frac{(\text{ações realizadas})}{(\text{ações previstas})} \times 100$	Nº de Ações Educativas Realizadas Nº Total de Ações Educativas Previstas	1 ANO	Sec de Obras - Setor de Engenharia	SAAE- PMPB	Satisfatório: 1 evento realizado por ano Insatisfatório: nenhum evento realizado
9 - CONSERVAÇÃO DE SOLO E ESTRADAS VICINAIS	9.1 - Estruturação de serviço de conservação e manutenção de estradas vicinais de maneira que as mesmas tenham elementos que impeçam a erosão do solo e o carreamento de material para os cursos d'água.	IPMS-24	Estruturação do Serviço de Conservação de Vicinais (%)	Acompanhar a evolução das medidas de estruturação do serviço de conservação e manutenção das estradas vicinais.	Anual	$\frac{(\text{extensão de vicinais com manutenção realizada})}{(\text{extensão total de vicinais})} \times 100$	Extensão Total de Vicinais Existentes Extensão de Vias com Ações de Conservação e Manutenção	1 ANO	Sec de Obras - Setor de Engenharia	SAAE- PMPB	Satisfatório: 100% das ações previstas realizadas em 8 anos Regular: > 50% das ações previstas realizadas em 3 anos Insatisfatório: < 50% das ações previstas realizadas em 3 anos
	9.2 - Fomentar as boas práticas de conservação do solo com construção de curvas de níveis e terraços.	IPMS-25	Conservação do Solo (%)	Acompanhar a execução das ações de fomento às boas práticas de conservação do solo.	Anual	$\frac{(\text{ações realizadas})}{(\text{ações previstas})} \times 100$	Nº de Ações Realizadas Total de Ações Previstas	1 ANO	Sec de Obras - Setor de Topografia	SAAE- PMPB	
10 - CIDADE LIMPA	10.1 - Rever setorização, rotinas e metas do serviço de limpeza urbana de forma a atender com regularidade e qualidade todos os moradores da zona urbana	IPMS-26	Estruturação do Serviço de Limpeza Urbana (%)	Acompanhar a evolução da reestruturação dos serviços de limpeza urbana.	Anual	$\frac{(\text{etapas realizadas})}{(\text{etapas previstas})} \times 100$	Nº de Etapas Realizadas Nº de Etapas Necessárias para a Reestruturação do serviço	1 ANO	Sec de Obras - Setor de Serviços Públicos	SAAE- PMPB	Satisfatório: 100% reestruturação concluída em 3 anos Regular: > 50% reestruturação concluída em 3 anos Insatisfatório: < 50% reestruturação concluída em 3 anos
	10.2 - Reestruturar o programa de coleta seletiva de forma a ampliar a sua ação e melhorar a relação administrativa e econômica com a Associação de Catadores.	IPMS-27	Estruturação do Programa de Coleta Seletiva (%)	Acompanhar a evolução da reestruturação dos serviços de coleta seletiva e a interação com a Associação de Catadores.	Anual	$\frac{(\text{etapas realizadas})}{(\text{etapas previstas})} \times 100$	Nº de Etapas Realizadas Nº de Etapas Necessárias para a Reestruturação do serviço	1 ANO	Sec de Obras - Setor de Serviços Públicos	SAAE- PMPB	Satisfatório: 100% reestruturação concluída em 3 anos Regular: > 50% reestruturação concluída em 3 anos Insatisfatório: < 50% reestruturação concluída em 3 anos
	10.3 - Realizar estudos técnicos sobre a potencialidades econômicas ou de uso dos resíduos de construção civil e os de poda de árvores e jardins, através da compostagem.	IPMS-28	Estudo de Potencialidade de RCC (%)	Acompanhar a evolução da realização de estudos que visam o reaproveitamento dos resíduos de construção civil.	Anual	$\frac{(\text{etapas realizadas})}{(\text{etapas previstas})} \times 100$	Nº de Etapas Realizadas Nº de Etapas Necessárias para a Realização do Estudo	1 ANO	Sec de Obras - Setor de Serviços Públicos	SAAE- PMPB	Satisfatório: 100% dos estudos concluídos em 3 anos Regular: Estudos iniciados em 3 anos Insatisfatório: Estudos não iniciados
	10.4 - Ampliar o número de lixeiras na área central da cidade de forma a possibilitar a disposição adequada de resíduos.	IPMS-29	Lixeiras Instaladas (%)	Acompanhar o desenvolvimento de ações que visam aumentar o número de lixeiras na área central estendendo a cobertura a todo o município e facilitando o descarte adequado.	Anual	$\frac{(\text{lixeiros implantados})}{(\text{lixeiros previstos})} \times 100$	Nº de Lixeiras Implantadas Nº de Lixeiras Previstas	1 ANO	Sec de Obras - Setor de Serviços Públicos	SAAE- PMPB	Satisfatório: 100% de lixeiras instaladas em 12 anos Regular: > 50% de lixeiras instaladas em 8 anos Insatisfatório: < de 50% de lixeiras instaladas em 8 anos
	10.5 - Ampliar o número de Ecopontos pela zona urbana, de forma a permitir maiores facilidades aos usuários para disposição correta de resíduos que não o doméstico.	IPMS-30	Índice de Cobertura da Coleta Resíduos não Domésticos (%)	Acompanhar o desenvolvimento de ações que visam aumentar os pontos de coleta para resíduos a todo o município e facilitando o descarte adequado dos resíduos não domésticos.	Anual	$\frac{(\text{ecopontos implantados})}{(\text{ecopontos previstos})} \times 100$	Nº de EcoPontos Implantados Nº de EcoPontos Previstos	1 ANO	Sec de Obras - Setor de Serviços Públicos	SAAE- PMPB	Satisfatório: 100% população atendida em 12 anos Regular: > 50% da população rural atendida em 8 anos Insatisfatório: < de 50% da população rural atendida em 8 anos
	10.6 - Criar pontos de coleta, em numero suficientes, para os resíduos eletrônicos e similares.	IPMS-31	Índice de Cobertura da Coleta Resíduos Eletrônicos (%)	Acompanhar o desenvolvimento de ações que visam aumentar os pontos de coleta para resíduos eletrônicos estendendo a cobertura a todo o município e facilitando o descarte adequado.	Anual	$\frac{(\text{pontos de coleta implantados})}{(\text{pontos de coleta previstos})} \times 100$	Nº de Pontos de Coleta Implantados Nº de Pontos de Coleta Previstos	1 ANO	Sec de Obras - Setor de Serviços Públicos	SAAE- PMPB	Satisfatório: 100% população atendida em 8 anos Regular: > 50% da população rural atendida em 4 anos Insatisfatório: < de 50% da população rural atendida em 4 anos
	10.7 - Iniciar a implantação do novo aterro sanitário em área já licenciada ambientalmente.	IPMS-32	Implantação do Novo Aterro (%)	Acompanhar o desenvolvimento do projeto que visa a implantação do novo aterro sanitário.	Anual	$\frac{(\text{etapas realizadas})}{(\text{etapas previstas})} \times 100$	Nº de Etapas Realizadas Nº de Etapas Necessárias para conclusão do Projeto	1 ANO	Sec de Obras - Setor de Serviços Públicos	SAAE- PMPB	Satisfatório: 100% do novo aterro implantado em 3 anos Regular: Estudos de implantação do novo aterro iniciados em 3 anos Insatisfatório: Estudos não iniciados
11 - CAMPO LIMPO	11.1 - Implantar unidades de demonstração, nos assentamentos rurais, de práticas de seleção de resíduos e de compostagem de resíduos úmidos.	IPMS-33	Índice de Cobertura do programa de compostagem (%)	Acompanhar o desenvolvimento de ações que visam aumentar a prática de compostagem no meio rural.	Anual	$\frac{(\text{unidades de compostagem implantadas})}{(\text{unidades de compostagem previstas})} \times 100$	Nº de Unidades Implantadas Nº de Unidades Previstas	1 ANO	Sec de Obras - Setor de Serviços Públicos	SAAE- PMPB	Satisfatório: 100% população rural atendida em 8 anos Regular: > 50% da população rural atendida em 3 anos Insatisfatório: < de 50% da população rural atendida em 3 anos
	11.2 - Estruturar serviço de coleta seletiva para a zona rural.	IPMS-34	Índice de Cobertura da Coleta Seletiva Rural (%)	Avaliar o desenvolvimento das ações para promover o saneamento na área rural com enfoque na suspensão da prática de queima de resíduos, recuperação de recicláveis e consequentemente o aumento da vida útil do aterro sanitário.	Anual	$\frac{(\text{etapas realizadas})}{(\text{etapas previstas})} \times 100$	Nº de Etapas Realizadas Nº de Etapas Necessárias para a Estruturação do Serviço	1 ANO	Sec de Obras - Setor de Serviços Públicos	SAAE- PMPB	Satisfatório: 100% população atendida em 3 anos Regular: > 50% da população rural atendida em 3 anos Insatisfatório: < de 50% da população rural atendida em 3 anos
12 - GESTÃO MELHOR	12.1 - Criar mecanismos e instrumentos que permitam melhor controle dos contratos de terceirização de serviços de resíduos sólidos.	IPMS-35	Índice de Gestão de Contratos (%)	Acompanhar a criação de mecanismos e instrumentos que visam controlar os serviços terceirizados de limpeza urbana.	Anual	$\frac{(\text{mecanismos implantados})}{(\text{mecanismos previstos})} \times 100$	Nº de Mecanismos e Instrumentos Implantados Nº de Mecanismos e Instrumentos Previstos	1 ANO	Sec de Obras - Setor de Serviços Públicos	SAAE- PMPB	Satisfatório: 100% das normas elaboradas em 8 anos Regular: > 50% das normas elaboradas em 4 anos Insatisfatório: < de 50% das normas elaboradas em 4 anos
	12.2 - Elaborar e implementar normas técnicas para a qualidade dos serviços de coleta e de limpeza urbana.	IPMS-36	Normas de Limpeza Urbana (%)	Acompanhar o desenvolvimento e implementação de normas técnicas que visam regular os serviços de limpeza urbana.	Anual	$\frac{(\text{normas técnicas criadas})}{(\text{quantidade de normas estimada})} \times 100$	Nº de Normas Técnicas Criadas Nº de Normas Técnicas Previstas	1 ANO	Sec de Obras - Setor de Serviços Públicos	SAAE- PMPB	Satisfatório: 100% das normas elaboradas em 8 anos Regular: > 50% das normas elaboradas em 4 anos Insatisfatório: < de 50% das normas elaboradas em 4 anos
	12.3 - Realizar estudos sobre a viabilidade operacional e econômica-financeira da execução, pela Administração Municipal, dos serviços de coleta e limpeza urbana que hoje estão terceirizados.	IPMS-37	Estudo de Viabilidade Serviços de Coleta (%)	Acompanhar a realização do estudo que determinem a viabilidade de execução dos serviços de limpeza urbana diretamente ou por terceiros.	Anual	$\frac{(\text{etapas realizadas})}{(\text{etapas previstas})} \times 100$	Nº de Etapas Realizadas Nº de Etapas Necessárias para a Realização do Estudo	1 ANO	Sec de Obras - Setor de Serviços Públicos	SAAE- PMPB	Satisfatório: 100% dos estudos concluídos em 3 anos Regular: Estudos iniciados em 3 anos Insatisfatório: Estudos não iniciados
	12.4 - Implantar programa de capacitação continuada para os trabalhadores do serviço de resíduos sólidos (coleta e disposição final) em parceria com o terceirizado.	IPMS-38	Índice de Capacitações em RSD (unid)	Acompanhar a implantação do programa de capacitação continuada dos trabalhadores do setor de resíduos sólidos.	Anual	$\frac{(\text{capacitações realizadas})}{(\text{capacitações previstas})} \times 100$	Nº de Capacitações Realizadas de Capacitações previstas	1 ANO	Sec de Obras - Setor de Serviços Públicos	SAAE- PMPB	Satisfatório: 1 evento por ano Insatisfatório: nenhum evento realizado
	12.5 - Criar canal direto com os usuários para fins de avaliação da qualidade dos serviços prestados.	IPMS-39	Implantação do sistema de comunicação (%)	Acompanhar a implantação do sistema de comunicação entre prestador e usuários dos sistemas de saneamento.	Anual	$\frac{(\text{etapas realizadas})}{(\text{etapas previstas})} \times 100$	Nº de Etapas Realizadas Nº de Etapas Necessárias para a Implantação do Sistema	1 ANO	SAAE - Sec. Obras	SAAE- PMPB	Satisfatório: 100% do sistema implantado em 8 anos Regular: > 50% do sistema implantado em 3 anos Insatisfatório: < de 50% do sistema implantados em 3 anos
	12.6 - Criar programa de educação comunitária sobre temas: lixo zero; coleta seletiva; reciclagem; compostagem e outros.	IPMS-40	Programas Implantados (und)	Acompanhar o desenvolvimento das ações que visam a criação e programas de educação comunitária relacionadas aos resíduos sólidos	Anual	$\frac{(\text{programas implantados})}{(\text{programas previstos})} \times 100$	Nº de Programas Implantados de Programas Previstos	1 ANO	Sec de Obras - Setor de Serviços Públicos	SAAE- PMPB	Satisfatório: 2 ou mais por ano Insatisfatório: nenhum realizado

O quadro a seguir se refere ao Plano de Execução das ações previstas e de qual o nível de prioridade de execução de maneira a se realizar a avaliação.



Quadro 8- Metas conforme Plano de Execução das ações

PLANO DE EXECUÇÃO											
PROGRAMA	AÇÕES	CUSTO ESTIMADO DA AÇÃO	CUSTO ESTIMADO DO PROGRAMA	FUNTE DE FINANCIAMENTO	META EXECUÇÃO DA AÇÃO				META EXECUÇÃO DO PROGRAMA	RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO PROGRAMA	PARCERIAS
					IMEDIATO (até 3 anos)	CURTO PRAZO (de 4 a 8 anos)	MEDIO PRAZO (de 9 a 12 anos)	LONGO PRAZO (de 13 a 20 anos)			
1 - SANEAMENTO RURAL	1.1 - Elaborar cadastro das soluções adotadas para o abastecimento de água e de esgotamento sanitário, nas propriedades rurais, em especial nos assentamentos do INCRA e nos condomínios para fins de lazer.	R\$ 50.000,00	R\$ 520.000,00	PMPB e SAAE	100%				100%	SAAE	Leituristas tereceirizados / Estagiários de escolas de ensino superior
	1.2 - Realizar estudos de viabilidade técnica e de gestão visando implantar sistemas de abastecimento de água potável, nos projetos de assentamentos do INCRA, com aproveitamento da infraestrutura existente e de formalização de parcerias de gestão com as Associações de Moradores.	R\$ 120.000,00		SAAE, FEHIDRO	100%						INCRA
	1.3 - Integrar nas competências do SAAE os condomínios para fins de lazer, priorizando a garantia da qualidade da água oferecida pelos sistemas isolados e soluções adequadas de esgotamento sanitário.	R\$ 50.000,00		SAAE	100%						ASSOCIAÇÕES DE MORADORES
	1.4 - Implantar unidades de demonstração de soluções adequadas e ambientalmente corretas para o esgotamento sanitário na zona rural.	R\$ 300.000,00		SAAE, FEHIDRO	100%						ASSOCIAÇÃO DE ASSENTADOS e INCRA
2 - PERDAS ZERO	2.1 - Elaboração de Plano de Perdas para os dois sistemas de abastecimento existentes (Sede e Hortifruti).	R\$ 150.000,00	R\$ 230.000,00	SAAE, FEHIDRO	100%			100%	SAAE	DAEE	
	2.2 - Elaborar estudos para identificações de soluções alternativas para a ampliação da capacidade dos sistemas I e II em especial quanto à reservação.	R\$ 80.000,00		SAAE, FEHIDRO, GOVERNO ESTADUAL, FUNASA	100%						DAEE
3 - MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO	3.1 - Recadastramento das redes existentes de água e esgoto com identificação dos usuários residenciais, comerciais, industriais e públicos.	R\$ 250.000,00	R\$ 2.725.000,00	SAAE, PMPB	100%			100%	SAAE	SERVIÇO DE CADASTRO IMOBILIÁRIO DA PMPB	
	3.2 - Eliminação das ligações sem hidrometros existentes.	R\$ 450.000,00		SAAE, FEHIDRO	80%	20%					SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
	3.3 - Eliminação das ligações de esgotos na rede de águas pluviais e vice versa.	R\$ 350.000,00		SAAE		50%	50%				SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
	3.4 - Substituição das redes de esgotos executadas em manilha cerâmica ou concreto por tubos de PVC.	R\$ 1.000.000,00		SAAE, FEHIDRO, GOVERNO ESTADUAL, FUNASA		20%	40%			40%	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PEREIRA BARRETO, ASSOCIAÇÃO DE MORADORES, SETOR DE TRANSITO DA PMPB
	3.5 - Reforma das EE 06 e 07.	R\$ 650.000,00		SAAE, FEHIDRO, GOVERNO ESTADUAL, FUNASA		50%	50%				ELEKTRO
	3.6 - Criar normas, procedimentos e especificações técnicas quanto às instalações, sua operação e manutenção, qualidade da água de abastecimento e eficiência do sistema de tratamento de esgotos domésticos.	R\$ 25.000,00		SAAE		100%					CETESB
4 - SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA FINANCEIRA	4.1 - Constituir planilha de custos, separadamente para os serviços de água e serviço de esgoto com objetivo de definir planilha de custo de referência para definição de tarifas.	R\$ 25.000,00	R\$ 35.000,00	SAAE	100%			100%	SAAE	SECRETARIAS MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DE FINANÇAS	
	4.2 - Realizar estudos para definição de valores de tarifas, em função do consumo e da categoria do usuário.	R\$ 10.000,00		SAAE	100%						SECRETARIAS MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DE FINANÇAS E GABINETE DO PREFEITO
5 - MODERNIZAÇÃO DO SAAE	5.1 - Elaboração de Projeto de Lei propondo nova estrutura administrativa, cargos e funções para o SAAE frente a suas novas atribuições.	R\$ 10.000,00	R\$ 260.000,00	SAAE, PMPB	100%			100%	SAAE	GABINETE DO PREFEITO	
	5.2 - Capacitação continuada para os servidores do SAAE da área administrativa, técnica e operacional.	R\$ 250.000,00		SAAE, FEHIDRO	50%	50%					SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
6 - EDUCANDO PARA O SANEAMENTO BÁSICO	6.1 - Ações de educação comunitária, em saneamento básico com objetivo de informar aos usuários a melhor e correta forma de utilização dos serviços.	R\$ 80.000,00	R\$ 160.000,00	SAAE, PMPB	20%	60%	20%	100%	SAAE	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
	6.2 - Ações de educação ambiental com objetivo de demonstrar as técnicas e benefícios do reaproveitamento da água de chuva, tanto para os moradores da zona urbana como rural.	R\$ 80.000,00		SAAE		50%	50%				SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO
7 - DRENAGEM URBANA	7.1 - Elaboração de projetos técnicos para as soluções apresentadas no Plano de Macrodrenagem	R\$ 250.000,00	R\$ 260.000,00	SAAE, FEHIDRO	50%	50%		100%	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS	DAEE	
	7.2 - Viabilizar parcerias para financiamento dos projetos de drenagem indicados pelo Plano de Macrodrenagem.	R\$ 10.000,00		FEHIDRO, GOVERNO ESTADUAL, GOV FEDERAL	50%	50%					GABINETE DO PREFEITO



Fundação Nacional de Saúde



Ministério da Saúde



8 - PREVENIR PARA NÃO INUNDAR	8.1 - Criar força tarefa para manutenção e limpeza das galerias pluviais nos períodos que antecedem as chuvas.	R\$ 100.000,00	R\$ 180.000,00	PMPB		50%	50%		100%	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS
	8.2 - Campanhas educativas de orientação de como preservar o funcionamento das galerias pluviais.	R\$ 80.000,00		PMPB		50%	50%				SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E EDUCAÇÃO
9 - CONSERVAÇÃO DE SOLO E ESTRADAS VICINAIS	9.1 - Estruturação de serviço de conservação e manutenção de estradas vicinais de maneira que as mesmas tenham elementos que impeçam a erosão de solo e o carreamento de material para os cursos d'água.	R\$ 250.000,00	R\$ 330.000,00	PMPB, FEHIDRO, GOVERNO ESTADUAL		40%	30%	30%	100%	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS	DER, SECRETARIA ESTADUAL DA AGRICULTURA
	9.2 - Fomentar as boas práticas de conservação do solo com construção de curvas de níveis e terraços.	R\$ 80.000,00		PMPB, FEHIDRO, GOVERNO ESTADUAL			50%	50%			SECRETARIA ESTADUAL DE AGRICULTURA
10 - CIDADE LIMPA	10.1 - Rever setorização, rotinas e metas do serviço de limpeza urbana de forma a atender com regularidade e qualidade todos os moradores da zona urbana	R\$ 10.000,00	R\$ 3.180.000,00	PMPB	100%				100%	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS
	10.2 - Reestruturar o programa de coleta seletiva de forma a ampliar a sua ação e melhorar a relação administrativa e econômica com a Associação de Catadores.	R\$ 250.000,00		PMPB, FEHIDRO, GOVERNO ESTADUAL	100%						ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PEREIRA BARRETO, ASSOCIAÇÃO DE MORADORES, SETOR DE TRANSITO DA PMPB
	10.3 - Realizar estudos técnicos sobre a potencialidades econômicas ou de uso dos resíduos de construção civil e os de poda de árvores e jardins, através da compostagem.	R\$ 40.000,00		PMPB, FEHIDRO, GOVERNO ESTADUAL		100%					Empresas locais de aluguel de caçambas
	10.4 - Ampliar o numero de lixeiras na área central da cidade de forma a possibilitar a disposição adequada de resíduos.	R\$ 80.000,00		PMPB		50%	50%				ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PEREIRA BARRETO, ASSOCIAÇÃO DE MORADORES, SETOR DE TRANSITO DA PMPB
	10.5 - Ampliar o número de Ecopontos pela zona urbana, de forma a permitir maiores facilidades aos usuários para disposição correta de resíduos que não o doméstico.	R\$ 250.000,00		PMPB, FEHIDRO, GOVERNO ESTADUAL		50%	50%				Empresas locais de aluguel de caçambas, carroceiros e catadores autônomos
	10.6 - Criar pontos de coleta, em numero suficientes, para os resíduos eletrônicos e similares.	R\$ 50.000,00		PMPB, FEHIDRO, GOVERNO ESTADUAL		100%					Associação Comercial de Pereira Barreto
	10.7 - Iniciar a implantação do novo aterro sanitário em área já licenciada ambientalmente.	R\$ 2.500.000,00		PMPB, FEHIDRO, GOVERNO ESTADUAL	100%						CETESB
11 - CAMPO LIMPO	11.1 - Implantar unidades de demonstração, nos assentamento rurais, de praticas de seleção de resíduos e de compostagem de resíduos úmidos.	R\$ 50.000,00	R\$ 300.000,00	PMPB, FEHIDRO		50%	50%		100%	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE	INCRA e Associações de produtores Rurais ou similar
	11.2 - Estruturar serviço de coleta seletiva para a zona rural.	R\$ 250.000,00		PMPB, FEHIDRO		50%	50%				INCRA e Associações de produtores Rurais ou similar
12 - GESTÃO MELHOR	12.1 - Criar mecanismos e instrumentos que permitam melhor controle dos contratos de terceirização de serviços de resíduos sólidos.	R\$ 10.000,00	R\$ 380.000,00	PMPB	100%				100%	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE	CEPAM, ou outras Prefeituras Municipais da Região
	12.2 - Elaborar e implementar normas técnicas para a qualidade dos serviços de coleta e de limpeza urbana.	R\$ 10.000,00		PMPB		100%					CETESB e outras Prefeituras da Região
	12.3 - Realizar estudos sobre a viabilidade operacional e economica-financeira da execução, pela Administração Municipal, dos serviços de coleta e limpeza urbana que hoje estão terceirizados.	R\$ 20.000,00		PMPB, SAAE	100%						Outros Serviços Autonomo ou Autarquias da Região que já operam o serviço
	12.4 - Implantar programa de capacitação continuada para os trabalhadores do serviço de resíduos sólidos (coleta e disposição final) em parceria com o terceirizado.	R\$ 250.000,00		PMPB, FEHIDRO		50%	50%				SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
	12.5 - Criar canal direto com os usuários para fins de avaliação da qualidade dos serviços prestados.	R\$ 10.000,00		PMPB		100%					SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO
	12.6 - Criar programa de educação comunitária sobre temas: lixo zero; coleta seletiva; reciclagem; compostagem e outros.	R\$ 80.000,00		PMPB, FEHIDRO		50%	50%				SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde



INDICADORES SELECIONADOS PARA AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO

O SNIS utiliza uma gama variada de indicadores que perfazem as áreas operacional, gerencial, financeira e de qualidade da prestação de serviços de água e de esgotos e sobre os serviços limpeza urbana. Para o objetivo do PMSB-PB não cabe a utilização de todos os indicadores apresentados, já que a grande maioria deles reflete o desempenho operacional e financeiro da prestadora, e não tem como objetivo principal a regulação dos serviços. Desta forma, foram pinçados aqueles indicadores mais relevantes do SNIS, enquanto outros foram adaptados, tendo como fundamentação a experiência de estudos diversos. Por fim, foram propostos indicadores que não são utilizados pelo SNIS, mas foram considerados necessários a partir da realidade do município de Pereira Barreto.

Assim, para a definição de ações quantitativas, qualitativas e de eficiência operacional, estipulou-se então 22 indicadores estruturados de forma a serem avaliados no futuro ou pelo ente de regulação dos serviços, ou mesmo pela ARSESP - Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo. Esses indicadores contemplaram os quatro componentes do saneamento, sendo três deles específicos ao atendimento aos usuários. Os referidos indicadores estão apresentados no quadro a seguir juntamente com um estudo comparativo dos indicadores referentes à base nacional, o SNIS.



Quadro 10 - Indicadores dos Serviços de Saneamento Básico de Pereira Barreto

Código	Indicador (unidade)	Comparação com o SNIS
Indicadores Sistema de Abastecimento		
A1	Índice de atendimento por rede de distribuição (%):	Indicador I0223 do SNIS
	$\text{População Urbana atendida com rede de água} / \text{População Urbana Total} \times 100$	
A2	Índice de atendimento total de água (%):	Indicador I055 do SNIS
	$\text{Número de economias residenciais de água} / \text{Número total de domicílios rurais (IBGE)} \times 100$	
A3	Consumo per capita (L/hab dia):	Indicador I022 do SNIS
	$\text{Volume de Água Consumido} / \text{População Abastecida}$	
A4	Índice de perdas no sistema de abastecimento (%):	Indicador I049 do SNIS
	$(\text{Volume de água produzida disponibilizada para consumo} - \text{Volume de água consumido}) / \text{Volume de água produzida disponibilizada para consumo} \times 100$	
A5	Índice de hidrometração (%):	Indicador I009 do SNIS
	$\text{Quantidade de Ligações Ativas de Água Micromedidas} / \text{Quantidade de Ligações Ativas de Água} \times 100$	
G1	Índice de reclamações do serviço de água e esgoto (%):	<p>No caso do indicador utilizado pelo PMSB-PROMISSÃO, registra-se nível de insatisfação do usuário e promove o controle social estipulado pelo Marco Regulador. Os indicadores do SNIS medem a qualidade do serviço não medindo a satisfação do usuário. No caso do SNIS</p> <p>- I071 – número de economias atingidas por paralisações (economias/paralisação);</p> <p>- I072 – duração média das paralisações;</p> <p>- I073 – número de economias atingidas por intermitências prolongadas (economias/interrupção);</p> <p>- I074 – duração média das intermitências;</p>
	$\text{Número de reclamações relativas ao serviço de abastecimento de água ou esgoto no período de referência} / \text{Número total de domicílios urbanos} \times 100$	
	(*) Este indicador se deve às reclamações voltadas para todos os serviços ofertados pelo prestador e cuja ausência/falha promova o desconforto do usuário, quais sejam: Água: vazamento, qualidade, pressão, intermitência, contas e outras reclamações relativas à prestação do serviço ao usuário; Esgoto: extravasamentos, entupimentos, contas, rompimento, mal cheiro e outras reclamações relativas à prestação do serviço ao usuário.	
Indicadores Sistema de Esgoto		
E1	Índice de coleta de esgotos (%)	Indicador I015 do SNIS
	$\text{Volume de Esgoto Coletado} / \text{Volume de Água Consumido} \times 100$	
E2	Índice de tratamento de esgoto (%):	Indicador I016 do SNIS
	$\text{Volume de Esgoto Coletado} / \text{Volume de Esgoto Tratado} \times 100$	
E3	Índice de Atendimento Urbano de Coleta de Esgotos por rede (%):	Indicador I047 do SNIS
	$\text{População Urbana Atendida} / \text{População Urbana} \times 100$	
E4	Índice de Atendimento Total de Coleta de Esgotos (%):	Indicador I056 do SNIS
	$\text{População Total Atendida} / \text{População Total do Município} \times 100$	



Indicadores Sistema de Drenagem Pluvial Urbana		
D1	Índice de cobertura das vias públicas por microdrenagem (%):	O SNIS não vislumbra indicadores para o controle do serviço de drenagem urbana
	$\text{Extensão total de ruas com microdrenagem} / \text{Extensão total de ruas} \times 100$	
D2	Índice de cobertura das vias públicas por macrodrenagem (%):	
	$\text{Extensão total de rede} / \text{Extensão total de rede projetada} \times 100$	
D3	Incidência de Alagamento (ocorrências/área.ano):	
	Número de ocorrências de alagamento por área por ano	
G2	Índice de reclamações do serviço de manejo de águas pluviais e drenagem urbana:	O SNIS não utiliza este indicador
	$\text{Número de reclamações relativas ao serviço de abastecimento de manejo de águas pluviais e drenagem urbana no período de referência} / \text{Número total de domicílios urbanos}$	

Indicadores Sistema de Resíduos Sólidos		
R1	Índice de Cobertura de Coleta Domiciliar Urbana (%):	Indicador IO16 do SNIS
	$\text{População Urbana Atendida} / \text{População Urbana Total} \times 100$	
R2	Índice de Cobertura de Coleta (%):	O SNIS não utiliza este indicador
	$\text{População Total Atendida} / \text{População Total do Município} \times 100$	
R3	Índice de Cobertura da Coleta Domiciliar Seletiva Urbana (%):	O SNIS não utiliza este indicador
	$\text{População Urbana Atendida} / \text{População Urbana Total} \times 100$	
R4	Índice de Cobertura da Coleta Seletiva (%):	O SNIS não utiliza este indicador
	$\text{População Total Atendida} / \text{População Total do Município} \times 100$	
R5	Geração per capita Urbana (kg/ hab.dia): Volume de resíduos gerados por habitante urbano em um dia	Indicador IO21 do SNIS
	$\text{Quantidade de RSU Urbano (coleta domiciliar + coleta seletiva)} / \text{População Urbana Atendida}$	
R6	Geração per capita (kg/ hab.dia): Volume de resíduos gerados por habitante em um dia	Indicador IO22 do SNIS
	$\text{Quantidade de RSD (coleta domiciliar + coleta seletiva)} / \text{População Total Atendida}$	
R7	Índice de Recuperação de Materiais Recicláveis (%):	Indicador IO31 do SNIS
	$\text{Quantidade de RSR Total (coleta seletiva)} / \text{Quantidade de RSD Total (domiciliar + coletiva)} \times 100$	
G3	Índice de reclamações do serviço de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos:	O SNIS não utiliza este indicador
	$\text{Número de reclamações relativas ao serviço de abastecimento de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos no período de referência} / \text{Número total de domicílios urbanos}$	



Fundação
Nacional
de Saúde



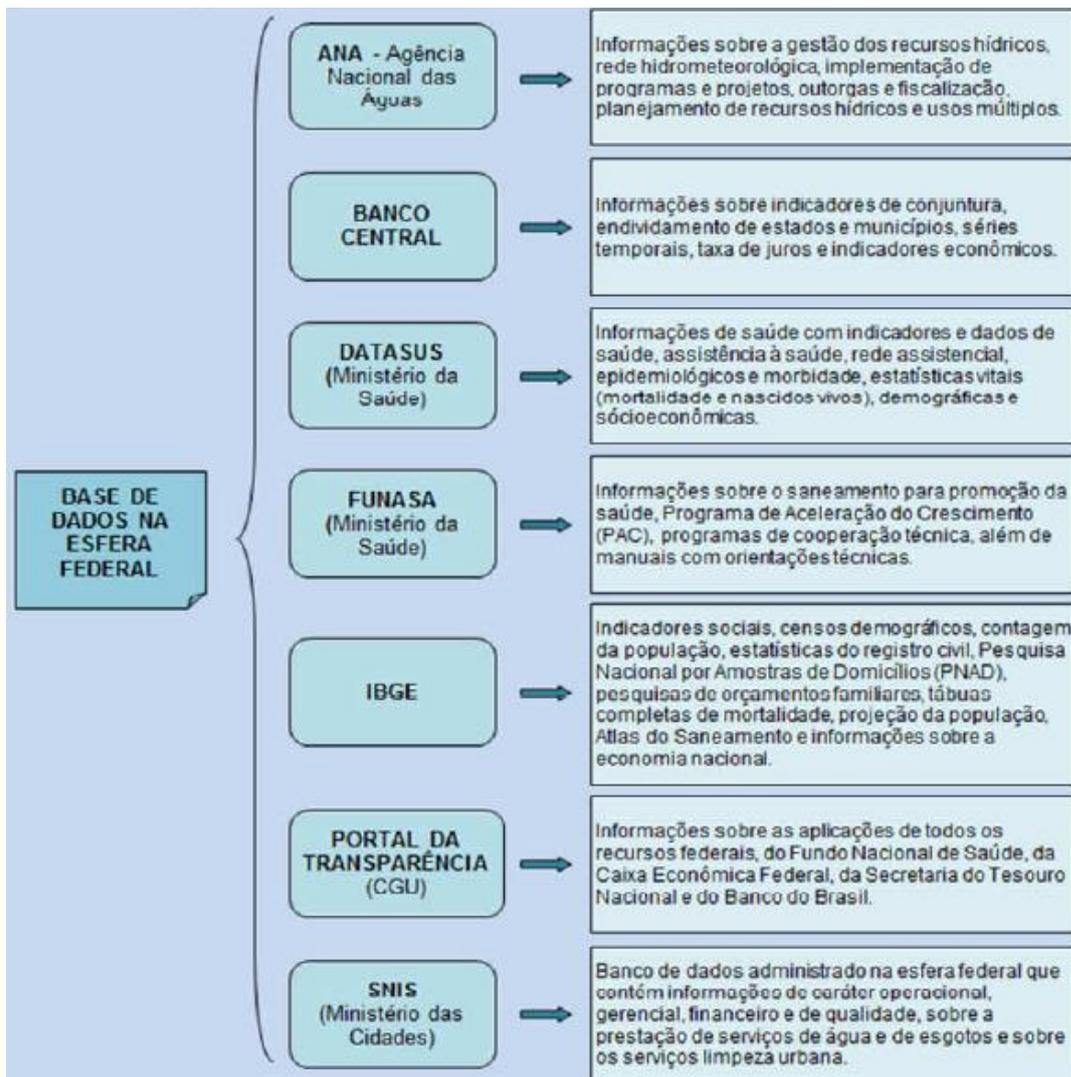
Ministério da
Saúde



PARÂMETROS E INSUMOS PARA O CÁLCULO DOS INDICADORES

Neste item são apresentadas as principais bases de dados e respectivas informações disponíveis no setor do saneamento nas três esferas governamentais. Essas informações são de fundamental importância para o planejamento, regulação e fiscalização dos serviços, assim como para o acompanhamento e revisão do Plano de Saneamento Básico de Pereira Barreto. Em princípio são apresentadas as principais bases de dados nacionais, estaduais e municipais e, em seguida, as informações primárias para o cálculo dos indicadores propostos pelo PMSB-PB.

Figura 1 - Base de dados e informações na esfera federal





Fundação
Nacional
de Saúde



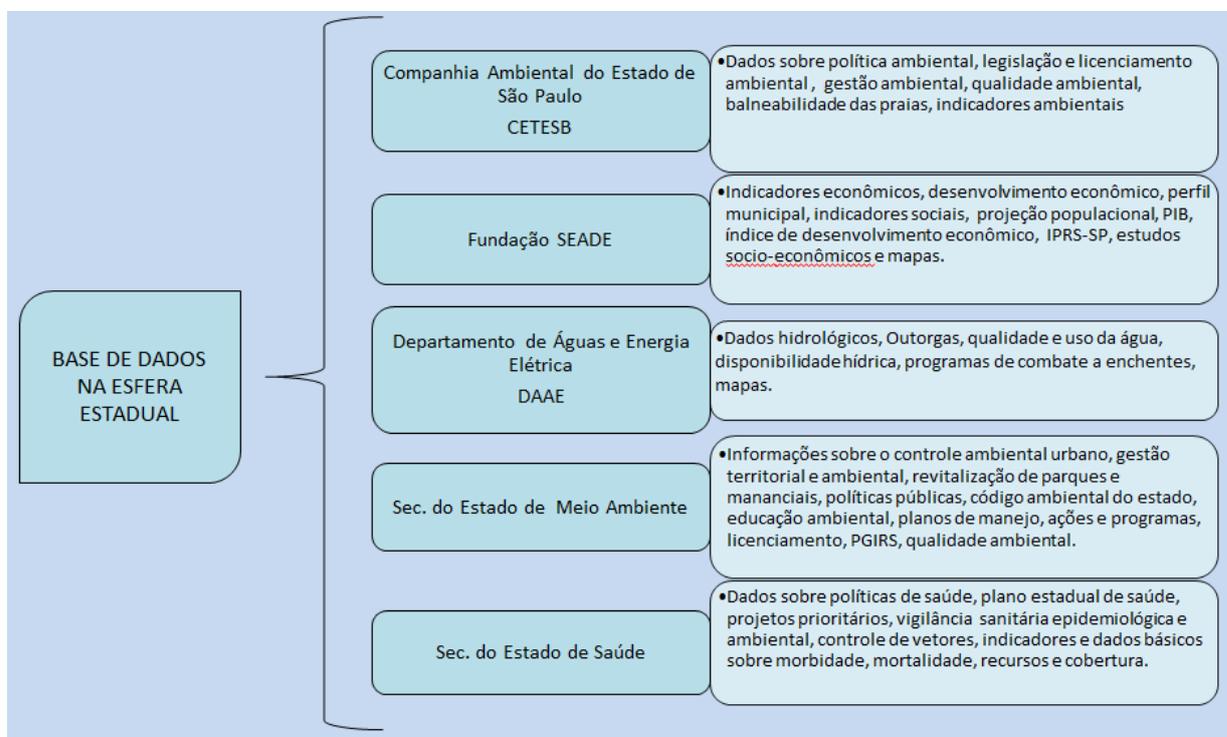
Ministério da
Saúde



Observa-se pela figura anterior a ampla gama de base de dados existentes na esfera federal. Destaca-se a diversidade das informações disponíveis com objetivos diversos de usos. A correta e devida utilização dos dados disponíveis deverá ocorrer com base em uma metodologia criteriosa de coleta e aferição das informações.

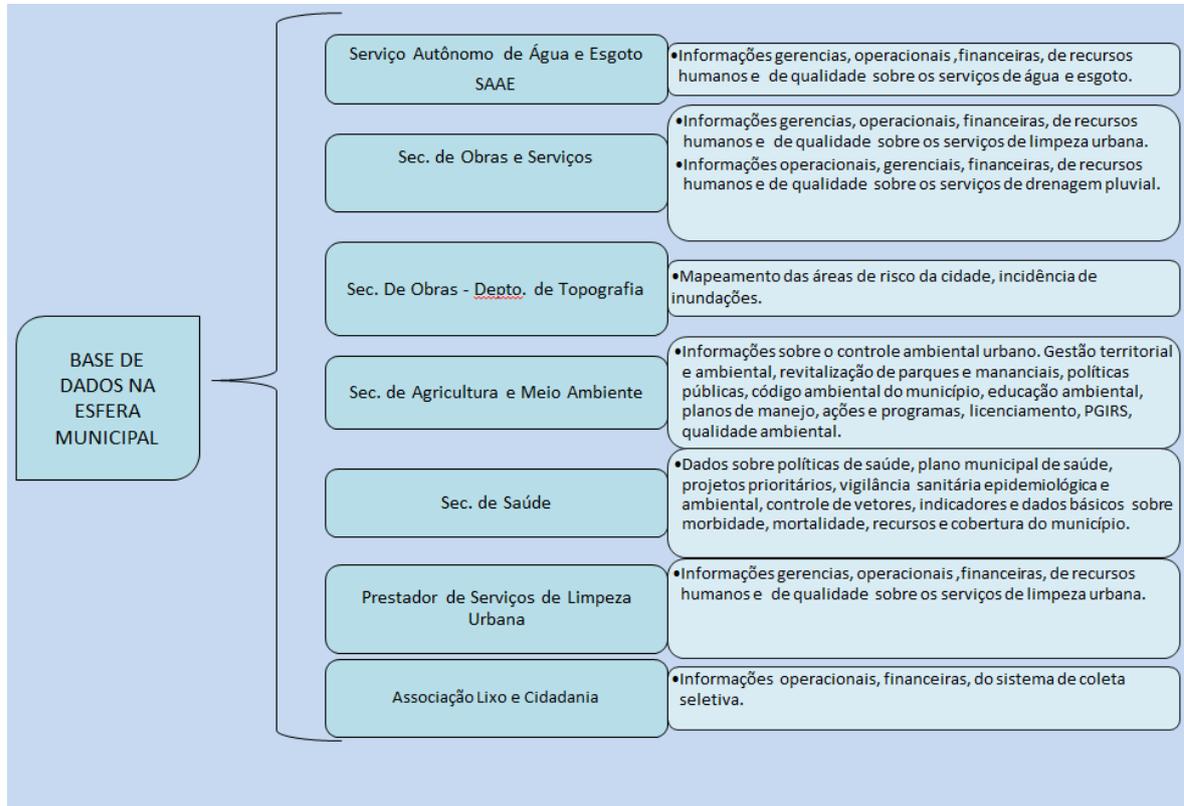
A Figura a seguir ilustra as principais bases de dados disponíveis no Estado de São Paulo.

Figura 2 - Base de dados e informações na esfera estadual



A Figura a seguir ilustra as principais bases de dados disponíveis no Município de Pereira Barreto, com destaque para as prestadoras dos serviços. Destacam-se as informações geradas e disponibilizadas pela empresa Monte Azul Ambiental Ltda., atual prestadora privada de serviços de limpeza urbana, e Associação Lixo e Cidadania para o cálculo correto dos indicadores do PMSB-PB. As secretarias municipais são importantes no sentido de nortear o planejamento dos serviços com as futuras revisões do Plano.

Figura 3- Base de dados e informações na esfera municipal



A partir dos indicadores estipulados para o PMSB-PB definiu-se as ações progressivas de expansão e qualidade dos serviços em função dos cenários normativos e das alternativas estudadas para cada um dos itens integrantes do saneamento básico. Essas metas são tidas como sendo instrumentos fundamentais ao acompanhamento, regulação e fiscalização ao longo dos 20 anos definidos como horizonte de estudo do PMSB-PB, tendo em vista a implementação dos Programas, Projetos e ações previstas. O quadro 11 ilustra as metas finais estabelecidas para esse Plano, lembrando que para alguns indicadores (D1, D2, D3, R2, R4, R6, R8, G1, G2 e G3) não se pôde obter o valor inicial, definindo-os a partir de dois critérios:

- ✓ Estabelecimento de ações futuras, sendo que em curto prazo o valor de início de plano deverá ser levantado pelo responsável competente; ou
- ✓ Estabelecimento de metas em porcentagem referentes ao valor inicial desconhecido.



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde



Quadro11- Metas para o saneamento nos horizontes de planejamento

HORIZINTE DE PROJETO		Cenário Atual	Cenário Futuro (Ano Zero - 2015)			
			Imediato	Curto	Médio	Longo
Código	Indicador (unidade)	2013/2014	2018	2023	2027	2035
A1	Índice de atendimento por rede de distribuição (%):	100%	100%	100%	100%	100%
A2	Índice de atendimento total de água (%):	93%	95%	100%	100%	100%
A3	Consumo per capita (L/hab dia):	269/203	230	200	200	200
A4	Índice de perdas no sistema de abastecimento (%):	25%	20%	18%	18%	18%
A5	Índice de hidrometração (%):	92%	100%	100%	100%	100%
E1	Índice de coleta de esgotos (%)	100%	100%	100%	100%	100%
E2	Índice de tratamento de esgoto (%) :	100%	100%	100%	100%	100%
E3	Índice de Atendimento Urbano de Coleta de Esgotos por rede (%) :	99%	99%	99%	99%	99%
E4	Índice de Atendimento Total de Coleta de Esgotos (%)	92%	95%	99,60%	99,60%	99,60%
D1	Índice de cobertura das vias públicas por microdrenagem (%):	65%	70%	75%	80%	90%
D2	Índice de cobertura das vias públicas por macrodrenagem (%):	45%	60%	80%	90%	100%
D3	Incidência de Alagamento (eventos):	-	-	-	-	-
R1	Índice de Cobertura de Coleta Domiciliar Urbana (%):	100%	100%	100%	100%	100%
R2	Índice de Cobertura de Coleta (%):	92%	95%	100%	100%	100%
R3	Índice de Cobertura da Coleta Domiciliar Seletiva Urbana (%):	100%	100%	100%	100%	100%
R4	Índice de Cobertura da Coleta Seletiva (%):	92%	92%	100%	100%	100%
R5	Geração per capita Urbana(kg/ hab.dia): Volume de resíduos gerados por habitante urbano em um dia	0,62	0,62	0,62	0,62	0,62
R6	Geração per capita (kg/ hab.dia): Volume de resíduos gerados por habitante em um dia	0,41	-	-	-	-
R7	Índice de Recuperação de Materiais Recicláveis (%):	4%	8%	20%	20%	20%
G1	Índice de reclamações do serviço de água e esgoto (%):	-	-	-	-	-
G2	Índice de reclamações do serviço de manejo de águas pluviais e drenagem urbana:	-	-	-	-	-
G3	Índice de reclamações do serviço de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos:	-	-	-	-	-



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde



Em relação aos indicadores de cobertura dos serviços (A2, E4, R3, R4, D1, D2 e D3,) propôs-se metas para a universalização distintas, considerando as especificidades de cada componente do saneamento. Percebeu-se a partir dos estudos apresentados naquele produto, que para os serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e limpeza urbana, a universalização é alcançada em médio prazo acontecendo por volta do ano 2018. Porém, no caso da drenagem e manejo de águas pluviais a meta a ser atingida é de longo prazo, justamente por conta da ausência de dados e de um departamento estruturado que acelere esse processo. Os locais de difícil acesso e carentes de infraestrutura deverão ser os priorizados nessa questão.

ESTRATÉGIA PARA IMPLANTAÇÃO DE INDICADORES

Os indicadores aqui apresentados priorizam, mas não se restringem, aos processos operacionais dos sistemas de saneamento. Porém para uma gestão eficiente de um serviço de saneamento básico, é de fundamental importância a existência de um sistema de indicadores gerenciais.

Face, a dificuldade apresentada pelos prestadores de serviços de saneamento em Pereira Barreto em levantar, compilar, analisar e mesmo gerar dados para a obtenção dos índices e a pouca familiaridade com o próprio sistema de indicadores fez com que o sistema de indicadores desenvolvidos para o PMSB-PB partisse de uma quantidade mínima necessária ao bom desenvolvimento do plano.

Ressalta-se que as dificuldades enfrentadas pelos operadores dos serviços em Pereira Barreto não se restringem a eles, mas sim, refletem a grande dificuldade apresentada por grande parte de pequenos e médios gestores de serviços de saneamento no Brasil em estruturarem seus sistemas de informações.

Num primeiro momento o operador deverá se estruturar para gerar os indicadores que forem possíveis dentro das limitações existentes, evoluindo gradativamente para o estágio esperado e desejado, abrangendo a enorme gama de indicadores já existentes, seja pelo SNIS e outros oficiais ou não oficializados.

Para implantação de um sistema desta natureza, é necessário que os gestores assumam a responsabilidade de implantar um sistema de indicadores gerenciais, com a implantação gradativa dos indicadores de desempenho apresentados.



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde



Esses gestores internos e a Agência Reguladora deverão avaliar através desses indicadores, se o cumprimento dos objetivos e metas do Plano de Saneamento estão sendo alcançados, devem investigar a necessidade de redirecionamento dos trabalhos e/ou reavaliação das metas propostas ou ainda redefinir, quando necessário, novos indicadores e parâmetros, eventualmente eliminando os indicadores que se tornem obsoletos.

O sistema comercial utilizado para receber informações deverá ser compatível com sistema a ser implantado apresentando uma interface direta com o mesmo e deverá ter um módulo para recepção e processamento das informações, um para seguimento e avaliação dos indicadores e outro para gerar relatórios gerenciais que subsidiem o operador para atingir as metas e diretrizes estabelecidas e à Agência Reguladora acompanhar com dados confiáveis os resultados obtidos.

Como dito anteriormente, os dados fornecidos para o SNIS pelos operadores não raro apresentam problemas com inconsistência de informações. Esse fato decorre das dificuldades dos operadores dos sistemas no trato das informações, já citado anteriormente. O Ministério das Cidades frequentemente realiza cursos de capacitação de operadores para o fornecimento de dados ao Sistema Nacional de Informações de Saneamento visando melhorar a qualidade dos dados fornecidos.

Além de se utilizar destas ferramentas de fácil acesso e compreensão já disponíveis, aliadas a ela pode-se a promover a capacitação dos operadores locais com foco no sistema de informações e indicadores do PMSB-PB garantido assim a sua implementação e continuidade.

A busca pela identificação confiável das variáveis formadoras dos indicadores deverá ser contínua, mesmo se sabendo das dificuldades técnicas e operacionais existentes.

GERENCIAMENTO E DIVULGAÇÃO DOS INDICADORES

O Sistema de Informações dos Serviços de Saneamento Básico de Pereira Barreto será administrado pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE. O órgão será responsável também por gerar e divulgar os indicadores de desenvolvimento do PMSB-PB. O quadro a seguir traz as principais características dos indicadores que irão acompanhara a prestação dos serviços de saneamento em Pereira Barreto.



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde



Quadro 12 – Objetivos, fontes e órgãos geradores dos indicadores operacionais

Nomenclatura		Objetivo	Responsável pela geração e divulgação	Periodicidade	Fórmula de Cálculo	Variáveis de Cálculo	Fonte de origem dos dados	Intervalo de validade
Código	Descrição							
Indicadores Sistema de Abastecimento								
A1	Índice de atendimento de Abastecimento Urbano (%):	Acompanhar e Garantir a universalização do acesso ao abastecimento com água potável à zona urbana do município	SAAE	Mensal	$\frac{(\text{População Urbana Atendida})}{(\text{População Urbana do Município})} \times 100$	População Urbana População Urbana Atendida	SAAE- Setor de Abastecimento	1 ano
A2	Índice de atendimento total de água (%):	Acompanhar e Garantir a universalização do acesso ao abastecimento com água potável ao município	SAAE	Mensal	$\frac{(\text{População Total Atendida})}{(\text{População total do Município})} \times 100$	População Total População Atendida	SAAE- Setor de Abastecimento	1 ano
A3	Consumo per capita (L/hab dia):	Acompanhar o cumprimento da meta de redução de consumo de água visando a otimização do sistema de abastecimento, o consumo consciente e ampliação da vida útil do sistema de tratamento de afluentes.	SAAE	Mensal	$\frac{(\text{Volume de água consumido em 1 dia})}{(\text{População Atendida})} \times 100$	Volume de Água Consumido População Atendida	SAAE- Setor de Abastecimento	1 ano
A4	Índice de perdas no sistema de abastecimento (%):	Acompanhar o cumprimento da meta de otimização e modernização do sistema de abastecimento com a redução dos volumes produzidos.	SAAE	Mensal	$\frac{(\text{Volume de água disponibilizado})}{(\text{Volume de água consumido})} \times 100$	Volume de Água Disponibilizado Volume de Água Consumido	SAAE- Setor de Abastecimento	1 ano
A5	Índice de hidrometração (%):	Acompanhar o cumprimento da meta de otimização e modernização do parque de medidores do sistema de abastecimento visando diminuir a defasagem entre os volumes distribuídos e micro medidos.	SAAE	Mensal	$\frac{(\text{economias ativas hidrometradas})}{(\text{economias ativas totais})} \times 100$	Economias Ativas Micromedidas Economias Ativas Total	SAAE- Setor de Abastecimento	1 ano
G1	Índice de reclamações do serviço de água e esgoto (%):	Exercer o controle Social sobre os serviços prestados e aprimorar a eficiência do mesmos através da identificação as falhas ocorridas.	SAAE	Mensal	$\frac{(\text{Número de reclamações relativas ao serviço de abastecimento de água ou esgoto no período de referência})}{(\text{Número total de domicílios urbanos})} \times 100$		SAAE- Setor de Atendimento	1 ano
	(*) Este indicador se deve às reclamações voltadas para todos os serviços ofertados pelo prestador e cuja ausência/falha promova o desconforto do usuário, quais sejam: Água: vazamento, qualidade, pressão, intermitência, contas e outras reclamações relativas à prestação do serviço ao usuário; Esgoto: extravasamentos, entupimentos, contas, rompimento, mal cheiro e outras reclamações relativas à prestação do serviço ao usuário.			Mensal				



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde



Nomenclatura		Objetivo	Responsável pela geração e divulgação	Periodicidade	Fórmula de Cálculo	Variáveis de Cálculo	Fonte de origem dos dados	Intervalo de validade
Código	Descrição							
Indicadores Sistema de Esgoto								
E1	Índice de coleta de esgotos (%):	Acompanhar e Garantir a universalização do acesso à coleta de esgoto do município.	SAAE	Mensal	$\frac{(\text{População Urbana Atendida})}{(\text{População Urbana do Município})} \times 100$	População Urbana Atendida População Urbana do Município	SAAE- Setor de Esgoto	1 ano
E2	Índice de tratamento de esgoto (%):	Acompanhar e Garantir que 100% do esgoto coletado seja tratado	SAAE	Mensal	$\frac{(\text{Volume de esgoto coletado} = \text{volume de água consumido} \times 0,80)}{(\text{Volume de esgoto tratado})} \times 100$	Volume de Esgoto Coletado Volume de Esgoto Tratado	SAAE- Setor de Esgoto	1 ano
E3	Índice de Atendimento Urbano de Coleta de Esgotos (%):	Acompanhar e Garantir a universalização do acesso ao esgotamento sanitário à zona urbana do município	SAAE	Mensal	$\frac{(\text{População Urbana Atendida})}{(\text{População Urbana do Município})} \times 100$	População Urbana Atendida População Urbana	SAAE- Setor de Esgoto	1 ano
E4	Índice de Atendimento Total de Coleta de Esgotos (%)	Acompanhar e Garantir a universalização do acesso ao esgotamento sanitário ao município	SAAE	Mensal	$\frac{(\text{População Total Atendida})}{(\text{População total do Município})} \times 100$	População Total Atendida População Total	SAAE- Setor de Esgoto	1 ano
Indicadores Sistema de Drenagem Pluvial Urbana								
D1	Índice de cobertura das vias públicas por micro drenagem (%):	Acompanhar o desenvolvimento e a implantação das redes primárias de micro drenagem aliadas ao crescimento urbano do município.	SAAE	Mensal	$\frac{(\text{Extensão total de ruas com micro drenagem})}{(\text{Extensão total de ruas})} \times 100$	Extensão Total de Vias Extensão de Vias com Drenagem	Sec. De Obras - Setor de Topografia	1 ano
D2	Índice de cobertura das vias públicas por macrodrenagem (%):	Acompanhar as ocorrências de alagamentos determinando a frequência que ocorrem por área para priorizar as ações previstas no PMM.	SAAE	Mensal	$\frac{(\text{Extensão de redes de drenagem})}{(\text{Extensão total projetado no PMD})} \times 100$	Extensão Total de rede existente Extensão total de rede projetada no PMD	Sec. De Obras - Setor de Topografia	1 ano
D3	Incidência de Alagamento (ocorrência/área.ano):	Acompanhar a implantação das ações previstas no PMM para atendimento das áreas esgotáveis por rede de drenagem.	SAAE	Mensal	$\frac{(\text{Número de ocorrências de alagamento por área por ano})}{(\text{Quantidade de áreas alagáveis})} \times 100$	Número de ocorrências de alagamento por área por ano Quantidade de áreas alagáveis	Sec. De Obras - Setor de Topografia	1 ano
G2	Índice de reclamações do serviço de manejo de águas pluviais e drenagem urbana:	Exercer o controle Social sobre os aserçios prestados e aprimorar a eficiência do mesmos através da identificação das falhas ocorridas.	SAAE	Mensal	$\frac{(\text{Número de reclamações relativas ao serviço de abastecimento de manejo de águas pluviais e drenagem urbana no período de referência})}{(\text{Número total de domicílios urbanos})} \times 100$	Nº de reclamações recebidas Nº de reclamações resolvidas	Sec. De Obras - Setor de Topografia	1 ano



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde



Nomenclatura		Objetivo	Responsável pela geração e divulgação	Periodicidade	Fórmula de Cálculo	Variáveis de Cálculo	Fonte de origem dos dados	Intervalo de validade
Código	Descrição							
Indicadores Sistema de Resíduos Sólidos								
	Índice de Cobertura de Coleta Domiciliar Urbana (%):	Acompanhar o desenvolvimento da meta de ampliação e expansão do programa de coleta domiciliar no município com foco na área urbana.	SAAE	Mensal	$\frac{(\text{População Urbana Atendida})}{(\text{População Urbana do Município})} \times 100$	População Urbana Atendida População Urbana Município	Sec. De Obras - Setor de Serviços	1 ano
]?	Índice de Cobertura de Coleta (%):	Acompanhar o desenvolvimento da meta de ampliação e expansão do programa de coleta de resíduos domiciliares no município com foco na área rural.	SAAE	Mensal	$\frac{(\text{População Total Atendida})}{(\text{População total do Município})} \times 100$	População Total Atendida População Total Município	Sec. De Obras - Setor de Serviços	1 ano
R3	Índice de Cobertura da Coleta Domiciliar Seletiva Urbana (%):	Acompanhar o desenvolvimento da meta de ampliação e expansão do programa de coleta seletiva no município com foco na área urbana.	SAAE	Mensal	$\frac{(\text{População Urbana Atendida})}{(\text{População Urbana do Município})} \times 100$	População Urbana Atendida População Urbana Município	Sec. De Obras - Setor de Serviços	1 ano
R4	Índice de Cobertura da Coleta Seletiva (%):	Acompanhar o desenvolvimento da meta de ampliação e expansão do programa de coleta seletiva no município com foco na área rural.	SAAE	Mensal	$\frac{(\text{População Total Atendida})}{(\text{População total do Município})} \times 100$	População Total Atendida População Total Município	Sec. De Obras - Setor de Serviços	1 ano
R5	Geração per capita Urbana (kg/ hab.dia): Volume de resíduos gerados por habitante urbano em um dia	Acompanhar a manutenção da taxa de geração de resíduos sólidos urbanos que atualmente encontra-se dentro de padrões normais para o país.	SAAE	Mensal	$\frac{(\text{Quantidade de RSU Urbano (coleta domiciliar + coleta seletiva)})}{(\text{População Urbana Atendida})} \times 100$	Quantidade de RSU Coletado População Urbana Atendida	Sec. De Obras - Setor de Serviços/Empresa Terceirizada	1 ano
R6	Geração per capita (kg/ hab.dia): Volume de resíduos gerados por habitante em um dia	Acompanhar a evolução da taxa de geração de resíduos sólidos visando uma redução na quantidade de resíduos destinados ao aterro sanitário otimizando sua utilização e prolongando a via útil.	SAAE	Mensal	$\frac{(\text{Quantidade de RSD Total (coleta domiciliar + coleta seletiva)})}{(\text{População Total Atendida})} \times 100$	Quantidade de RSD Coletado População Atendida	Sec. De Obras - Setor de Serviços/Empresa Terceirizada	1 ano
R7	Índice de Recuperação de Materiais Recicláveis (%):	Acompanhar a evolução da taxa de recuperação de recicláveis visando uma redução na quantidade de resíduos destinados ao aterro sanitário otimizando sua utilização e prolongando a via útil.	SAAE	Mensal	$\frac{(\text{Quantidade de RCS coletada/dia})}{(\text{Quantidade de RSD})} \times 100$	Quantidade de RCS Coletado Quantidade de RSD Coletado	Associação Lixo e Cidadania	1 ano
G3	Índice de reclamações do serviço de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos:	Exercer o controle Social sobre os serviços prestados e aprimorar a eficiência do mesmos através da identificação das falhas ocorridas.	SAAE	Mensal	$\frac{(\text{N}^\circ \text{ de reclamações referentes aos serviços de limpeza e RSD recebidas})}{(\text{N}^\circ \text{ de reclamações resolvidas})} \times 100$	Nº de reclamações recebidas Nº de reclamações resolvidas	Associação Lixo e Cidadania	1 ano



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde



GLOSSÁRIO DE INFORMAÇÕES

População Total: A população total do município pode ser obtida através da aplicação da taxa de ocupação segundo o IBGE para o último Censo divulgado sobre o número de domicílios do município.

Taxa de Ocupação (habitantes/ domicílio) X Total de Domicílios = População Total do Município

População Urbana: A população urbana do município pode ser obtida através da aplicação da taxa de ocupação segundo o IBGE para o último Censo divulgado sobre o número de domicílios urbanos do município.

Taxa de Ocupação (habitantes/ domicílio) X Total de Domicílios Urbanos = População Urbana do Município

População Rural: A população rural do município pode ser obtida através da aplicação da taxa de ocupação segundo o IBGE para o último Censo divulgado sobre o número de domicílios rurais do município.

Taxa de Ocupação (habitantes/ domicílio) X Total de Domicílios Rurais = População Rural do Município

População Atendida: A população atendida pelo serviço de saneamento (água, esgoto, resíduos sólidos) pode ser obtida através da aplicação da taxa de ocupação segundo o IBGE para o último Censo divulgado sobre o número de ligações domiciliares de cada serviço (água ou esgoto) ou Números de domicílios dos setores de coleta (resíduos sólidos).

Taxa de Ocupação (habitantes/ domicílio) X Total de Ligações de Água/Esgoto = População Atendida com serviços de abastecimento/esgotamento

Taxa de Ocupação (habitantes/ domicílio) X Total de Ligações de Água/Esgoto = População Atendida com serviços de abastecimento/esgotamento

Quantidade de RSD – Resíduos Sólidos Doméstico: Massa Total em Kg de um ano de coleta dos RSD- resíduos sólidos domiciliares (urbano + rural) + a massa total em Kg de um ano de coleta de RCS – resíduos de coleta seletiva (urbano + rural).



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde



Quantidade de RSU – Resíduos Sólidos Urbanos: Massa Total em Kg de um ano de coleta dos RSD- resíduos sólidos domiciliares urbanos + a massa total em Kg de um ano de coleta de RCS – resíduos de coleta seletiva urbanos.

Quantidade de RSD – Resíduos Sólidos Domiciliares: Massa Total em Kg de um ano de coleta dos RSD-sólidos resíduos domiciliares.

Quantidade de RCS – Resíduos Coleta Seletivas: Massa Total em Kg de um ano de coleta dos RCS- resíduos de coleta seletiva.

Volume de Água Produzido – Volume anual de água produzidos com ou sem tratamento medidos na saída da captação.

Volume de Água Disponibilizado - Volume anual de água produzidos que sejam disponibilizados para consumo com tratamento.

Volume de Esgotos Coletado -Volume anual de esgoto lançado na rede coletora. Em geral é considerado como sendo de 80% a 85% do volume de água consumido na mesma economia.

Volume de Esgotos Tratado - Volume anual de esgoto coletado na área de atuação do prestador de serviços e que foi submetido a tratamento, medido ou estimado na(s) entrada(s) da(s) ETE(s).



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde



**PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PEREIRA BARRETO - SP**

SISTEMA DE INFORMAÇÕES PARA AUXÍLIO À TOMADA DE DECISÃO

PRODUTO "I"

Maio/17

REVISÃO - 01



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde



Sumário

APRESENTAÇÃO	Erro! Indicador não definido.
SISTEMA DE INDICADORES	Erro! Indicador não definido.
CARACTERÍSTICAS GERAIS DE INDICADORES NO SETOR DO SANEAMENTO	Erro! Indicador não definido.
SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO (SNIS)	Erro! Indicador não definido.
PARÂMETROS E INSUMOS PARA O CÁLCULO DOS INDICADORES	Erro! Indicador não definido.
ESTRATÉGIA PARA IMPLANTAÇÃO DE INDICADORES	Erro! Indicador não definido.
GERENCIAMENTO E DIVULGAÇÃO DOS INDICADORES	Erro! Indicador não definido.
GLOSSÁRIO DE INFORMAÇÕES	Erro! Indicador não definido.



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde



INTRODUÇÃO

O Sistema de Informações de Saneamento Básico – Pereira Barreto (SISB-PB) trata-se de conjunto de informações de fácil obtenção, leitura e interpretação, necessárias à compreensão do estágio atual dos serviços de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem urbana e instrumento primordial na ação de planejamento, gestão e regulação dos serviços, sejam esses executados diretamente pela Prefeitura Municipal de Pereira Barreto, seja por contratados ou concessionários e mesmo para utilização na elaboração de indicadores de desempenho dos serviços e da implantação do PMSB.

OBJETIVOS GERAIS

Auxiliar no aprimoramento da Política Municipal de Saneamento Básico e no cumprimento das metas e ações definidas no Plano Municipal de Saneamento Básico, em especial:

- I. Levantar, acompanhar e divulgar a situação dos serviços públicos de saneamento;
- II. Subsidiar os órgãos de regulação e de controle social na definição e acompanhamento de indicadores de desempenho dos serviços públicos de saneamento e da implantação de programas e ações previstos no PMSB;
- III. Levantar, avaliar e divulgar os indicadores de desempenho do serviço público de saneamento, na periodicidade indicada pelo órgão de controle social da política de saneamento básico;
- IV. Manter e disponibilizar banco de dados com as informações sobre a situação do serviço público de saneamento e sobre seus indicadores de desempenho.

, As informações e dados necessários à consolidação do SISB-PB deverão ser fornecidos pelos prestadores dos serviços públicos em saneamento básico, na periodicidade definida e organizada em forma de banco de dados. Para tanto poderão ser utilizados outros sistemas de informações existentes ou realizar a coleta em campo.

ESTRUTURA

O SISB-PB está estruturado em um banco de dados, onde estão registradas todas as informações necessárias, com periodicidade definida, dos serviços de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem urbana e aquelas relativas aos programas e ações do PMSB. As informações estão agregadas por quatro diferentes eixos: (i) qualidade dos



serviços; (ii) desempenho operacional; (iii) desempenho econômico financeiro e (iiii) desempenho da implantação do PMSB.

O SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto será o responsável pelo SISB-PB, desde a coleta das informações necessárias assim como na divulgação dos resultados para a Administração Municipal e os usuários dos serviços.

O Banco de Dados foi concebido a partir das necessidades apontadas pelos gestores e em função das informações disponíveis. Algumas informações para serem obtidas ainda dependem da reorganização de rotinas e procedimentos, o que deverá ocorrer durante a implantação do SISB-PB.

As informações serão inseridas em planilhas Excel de forma a facilitar a operação e permitir a agregação de valores, conforme modelos.

INFORMAÇÕES DOS TRÊS PRIMIERO EIXOS

Eixo Qualidade do Serviço.

Quadro 1 - Qualidade do serviço de abastecimento de água potável

SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES DE SANEAMENTO BÁSICO - PEREIRA BARRETO													
INDICADOR - QUALIDADE DOS SERVIÇOS													
COMPONENTE - ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL													
INFORMAÇÃO - Exames laboratoriais sobre a potabilidade da água produzida e distribuída à população													
FONTE - SAAE - Laboratório terceirizado													
ANO - - MÊS -													
SISTEMA 01 - SEDE - POÇO 01 e 02						SISTEMA 02 - HORTIFRUTI - POÇO 01 e 02							
PARÂMETROS	SAÍDA DO RESERVATÓRIO			REDE			PARÂMETROS	SAÍDA DO RESERVATÓRIO			REDE		
	AMOSTRAS PREVISTAS	AMOSTRAS REALIZADAS	FORA DO PADRÃO	AMOSTRAS PREVISTAS	AMOSTRAS REALIZADAS	FORA DO PADRÃO		AMOSTRAS PREVISTAS	AMOSTRAS REALIZADAS	FORA DO PADRÃO	AMOSTRAS PREVISTAS	AMOSTRAS REALIZADAS	FORA DO PADRÃO
TURBIDEZ							TURBIDEZ						
CLORO RESIDUAL LIVRE							CLORO RESIDUAL LIVRE						
COLIFORMES TOTAIS							COLIFORMES TOTAIS						
COLIFORME T/E							COLIFORME T/E						
CONT. BACT. HETEROT.							CONT. BACT. HETEROT.						
Ph							Ph						
Cor aparente							Cor aparente						
Fluoreto							Fluoreto						
RESUMO						REFERENCIA	RESUMO						REFERENCIA
TURBIDEZ MÉDIA MENSAL (UT)						< 1 uT em 95 % das amostras	TURBIDEZ MÉDIA MENSAL (UT)						< 1 uT em 95 % das amostras
TURBIDEZ VALOR MÁXIMO ENCONTRADO (UT)						< 1 uT em 95 % das amostras	TURBIDEZ VALOR MÁXIMO ENCONTRADO (UT)						< 1 uT em 95 % das amostras
CLORO RESIDUAL LIVRE/MÉDIA MENSAL (mg/l)						0,2 a 2 mg/l	CLORO RESIDUAL LIVRE/MÉDIA MENSAL (mg/l)						0,2 a 2 mg/l
CLORO RESIDUAL LIVRE/VALOR MÍNIMO ENCONTRADO (mg/l)						0,2 a 2 mg/l	CLORO RESIDUAL LIVRE/VALOR MÍNIMO ENCONTRADO (mg/l)						0,2 a 2 mg/l
VALOR MÁXIMO DE FLÚOR DO MÊS						0,6 a 0,8 mg/l	VALOR MÁXIMO DE FLÚOR DO MÊS						0,6 a 0,8 mg/l
MÉDIA MENSAL DO FLÚOR						0,6 a 0,8 mg/l	MÉDIA MENSAL DO FLÚOR						0,6 a 0,8 mg/l



Quadro 2 – Qualidade do serviço de esgotamento sanitário

SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES DE SANEAMENTO BÁSICO - PEREIRA BARRETO										
INDICADOR - PADRÕES DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS										
COMPONENTE - ESGOTAMENTO SANITÁRIO										
INFORMAÇÃO - Relatório de Ensaio de efluente										
FONTE - SAAE - laboratório tercerizado										
ANO	MÊS	ENTRADA DA ETE		SAÍDA DA ETE		% REMOÇÃO DBO	% REMOÇÃO DQO			
		Demanda Bioq. de Oxig. (mg/l)	Demanda Quím. De Oxig.(mg/l)	Demanda Bioq. de Oxig.(mg/l)	Demanda Quím. De Oxig.(mg/l)					
2014	fevereiro									
	abril									
	maio									
	agosto									
	agosto									
2013	maio									
	agosto									
2012	fevereiro									
	junho									
	agosto									
2011	setembro									
	dezembro									
2010	junho									
COMPONENTE - ESGOTAMENTO SANITÁRIO										
INFORMAÇÃO - ICTEM - Indicador de Coleta e Tratabilidade de Esgoto da População Urbana de Município										
FONTE - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB										
ANO	ICTEM	COLETA(1,5)		TRATAMENTO (1,5)		REMOÇÃO DA ETE	EFICIENCIA GLOBAL 6,5 DA REMOÇÃO		DESTINO ADEQUADO DE LODOS E RESÍDUOS DA ETE (0,2)	NÃO DESENQUADRA A CLASSE DO CORPO (0,3)
		%	parcela	%	parcela		%	parcela		
2008										
2009										
2010										
2011										
2012										
2013										
2014										
2015										



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde



Eixo Desempenho Operacional.

Quadro 3 – Produção de água potável

SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES DE SANEAMENTO BÁSICO - PEREIRA BARRETO		
INDICADOR - DESEMPENHO OPERACIONAL DOS SERVIÇOS		
COMPONENTE - ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL		
INFORMAÇÃO - Responsáveis pela prestação do serviço (total ou parte)		
FONTE - Órgãos da Administração Municipal		
ANO -		
COMPONENTE	RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	SERVIÇO
SERV. DE ÁGUA		captação
		tratamento
		reservação
		distribuição
		gestão

COMPONENTE - ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL											
INFORMAÇÃO - Produção mensal de água e hidromedidação (m³/mês)											
FONTE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE											
ANO -											
MÊS	SISTEMA 01 - SEDE						SISTEMA 02 - HORTIFRUTI				
	POÇO 1	POÇO 2	POÇO 3 (*)	TOTAL SISTEMA 01	VOLUME HIDROMETRADO (**)	ESTIMATIVA DE PERDA % (***)	POÇO 1	POÇO 2	TOTAL SISTEMA 02	VOLUME HIDROMETRADO	ESTIMATIVA DE PERDA
	E=489.729,3465 N=7.719.077,5769	E=489.725,7135 N=7.719.101,7666	E=489.847,2249 N=7.719.036,7429								
JAN											
FEV											
MAR											
ABR											
MAI											
JUN											
JUL											
AGO											
SET											
OUT											
NOV											
DEZ											
TOTAL											
MÉDIA MENSAL											

(*) este poço é de reserva sendo que há previsão de ser utilizado em 2015.

(**) foi abatido dos valores totais de hidromedidação o valor de 1.724 m³/mês que se refere ao sistema hortifruti (setor 6).

(***) A perda é estimada uma vez que o controle de produção não é hidrometrado, mas sim avaliado em função dos reservatórios.



Quadro 4 – Número de ligações e economias

COMPONENTE - ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL								
INFORMAÇÃO - Número de ligações/economias existentes no SISTEMA 1 - SEDE								
FONTE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE								
ANO -								
MÊS	ligações ativas hidrom.	economias hidrom.	novas ligações	novas econ. No mês	ligações sem hidrom.	TOTAL LIG. HIDROM.	TOTAL DE LIGAÇÕES	TOTAL DE ECONOMIAS
JAN								
FEV								
MAR								
ABR								
MAI								
JUN								
JUL								
AGO								
SET								
OUT								
NOV								
DEZ								
TOTAL								
COMPONENTE - ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL								
INFORMAÇÃO - Número de ligações/economias existentes no SISTEMA 2 - HORTIFRUTI								
FONTE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE								
ANO -								
MÊS	ligações ativas hidrom.	economias hidrom.	novas ligações	novas econ. No mês	ligações sem hidrom.	TOTAL LIG. HIDROM.	TOTAL DE LIGAÇÕES	TOTAL DE ECONOMIAS
JAN								
FEV								
MAR								
ABR								
MAI								
JUN								
JUL								
AGO								
SET								
OUT								
NOV								
DEZ								
TOTAL								



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde



Quadro 5 - Intermitências

COMPONENTE - ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL									
INFORMAÇÃO - Intermitencia do serviço no mês									
FONTE - Serviço Autônomo de Água - SAAE									
ANO -			MÊS -						
DIA	HORÁRIO		TOTAL DE MIN. OU HS	Nº DE PESSOAS AFETADAS	SISTEMA	MOTIVO			
	DAS	ÀS				Manuten.	Acidente	Falta de energia	outros
1									
2									
3									
4									
5									
6									
7									
8									
9									
10									
11									
12									
13									
14									
15									
16									
17									
18									
19									
20									
21									
22									
23									
24									
25									
26									
27									
28									
29									
30									
31									
TOTAL									



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde



COMPONENTE - ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL						
INFORMAÇÃO - Intermittência do serviço - consolidado do ano						
FONTE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE						
ANO -						
MÊS	Nº OCORRENCIAS DE INTERRUPÇÃO DO SERVIÇO	SISTEMA	MOTIVO			
			Manuten.	Acidente	Falta de energia	outros
JAN						
FEV						
MAR						
ABR						
MAI						
JUN						
JUL						
AGO						
SET						
OUT						
NOV						
DEZ						
TOTAL						



Quadro 6 - número de ligações de esgotos

INDICADOR - DESEMPENHO OPERACIONAL DOS SERVIÇOS						
COMPONENTE - ESGOTAMENTO SANITÁRIO						
INFORMAÇÃO - Responsáveis pela prestação do serviço (total ou parte)						
FONTE - Órgãos da Administração Municipal						
ANO -						
COMPONENTE	RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO			SERVIÇO		
SERV. DE ESGOTO	SAAE - Pereira Barreto			rede de coleta		
	SAAE - Pereira Barreto			afastamento/elevatorias		
	SAAE - Pereira Barreto			tratamento		
COMPONENTE - ESGOTAMENTO SANITÁRIO						
INFORMAÇÃO - Número de ligações/economias existentes						
FONTE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE						
ANO -						
MÊS	ligações de esgoto vinculadas a hidrometros	economias	novas lig. Esgoto vinculadas a hidrometros	novas economias no mês	ligações sem hidrom.	total de usuários
JAN						
FEV						
MAR						
ABR						
MAI						
JUN						
JUL						
AGO						
SET						
OUT						
NOV						
DEZ						
TOTAL						



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde



Quadro 7 – Número de interrupções do serviço de esgotamento sanitário

COMPONENTE - ESGOTAMENTO SANITÁRIO						
INFORMAÇÃO - Interrupção no serviço (funcionamento de elevatórias)						
FONTE - Serviço Autônomo de Água - SAAE						
ANO -			MÊS - JANEIRO			
DIA	HORÁRIO	SETOR AFETADO	MOTIVO			
			Manuten.	Acidente	Falta de energia	outros
1						
2						
3						
4						
5						
6						
7						
8						
9						
10						
11						
12						
13						
14						
15						
16						
17						
18						
19						
20						
21						
22						
23						
24						
25						
26						
27						
28						
29						
30						
31						



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde



Quadro 8 – Volume de resíduos coletados

COMPONENTE - RESÍDUOS SÓLIDOS		
INFORMAÇÃO - Responsáveis pela prestação do serviço (total ou parte)		
FONTE - Órgãos da Administração Municipal		
ANO -		
COMPONENTE	RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	SERVIÇO
RESÍDUOS SÓLIDOS		COLETA
		COLETA SELETIVA
		DISPOSIÇÃO FINAL
		COLETA DE OUTROS RESÍDUOS
		LIMPEZA URBANA

COMPONENTE - RESÍDUOS SÓLIDOS						
INFORMAÇÃO - Volume de Resíduos						
FONTE -						
ANO -						
MÊS	Coleta Domiciliar (kg)	Coleta Seletiva (kg)	Coleta Mecanizada (galhos, podas)(m³)	varrição manual (km)	Varição Karcher (km)	Varição Trator (Km)
JAN						
FEV						
MAR						
ABR						
MAI						
JUN						
JUL						
AGO						
SET						
OUT						
NOV						
DEZ						
TOTAL						



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde



COMPONENTE - RESÍDUOS SÓLIDOS				
INFORMAÇÃO - Descargas na ATT				
FONTE - Secretaria de Obras e Serviços				
ANO -				
MÊS	PODA	RCC	TERRA	BOTA FORA
JAN				
FEV				
MAR				
ABR				
MAI				
JUN				
JUL				
AGO				
SET				
OUT				
NOV				
DEZ				
TOTAL				



Quadro 9 – Casos de enchentes

SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES DE SANEAMENTO BÁSICO - MUNICÍPIO -		
INDICADOR - DESEMPENHO OPERACIONAL DOS SERVIÇOS		
COMPONENTE - DRENAGEM URBANA		
INFORMAÇÃO - Responsáveis pela prestação do serviço (total ou parte)		
FONTE - Secretaria de Obras e serviços		
ANO -		
COMPONENTE	RESPONSAVEL PELA EXECUÇÃO	SERVIÇO
GALERIAS PLUVIAIS		construção
		manutenção
		limpeza bocas de lobo
CÓRREGOS E CANAIS DE DRENAGEM		construção e manutenção
		disposição final

COMPONENTE - DRENAGEM URBANA			
INFORMAÇÃO - NUMERO DE CASOS DE ENCHENTES/INUNDAÇÕES E ÍNDICE PLUVIOMÉTRICO			
FONTE -			
ANO -			
MÊS	casos de enchente	índice pluviom.	observações
JAN.			
FEV.			
MAR.			
ABR			
MAI			
JUN			
JUL			
AGO			
SET			
OUT			
NOV			
DEZ			



Eixo Desempenho Econômico Financeiro.

Quadro 10 – Receitas dos serviços de água e esgotos

COMPONENTE - ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL E ESGOTAMENTO SANITÁRIO						
INFORMAÇÃO - RECEITAS						
FONTE - Contabilidade do Serviço Autônomo de Água e Esgoto						
ANO -						
	(1) TARIFA DE ÁGUA	(2) TARIFA DE ESGOTO	(3) RECEITA PATRIMONIAL	(4) RECEITA DIVIDA ATIVA	(5) OUTRAS RECEITAS	(6) TOTAL RECEITAS ORÇAMENTARIAS
JAN						
FEV						
MAR						
ABR						
MAI						
JUN						
JUL						
AGO						
SET						
OUT						
NOV						
DEZ						
acumulado (R\$)	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -

Quadro 11 – Despesas diretas do serviço de água

COMPONENTE - ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL E ESGOTAMENTO SANITÁRIO							
INFORMAÇÃO - DESPESAS (valores pagos no mês)							
FONTE - Contabilidade do Serviço Autônomo de Água e Esgoto							
ANO -							
MÊS	SERVIÇO DE ÁGUA						
	(9) PESSOAL	(10) MAT.CONSUMO	(11) ENERGIA	(12) EQUIP. MAT. PERM.	(13) OBRAS E INSTALAÇÕES	(14) SERV. TERCEIROS	(15) TOTAL DESP. ÁGUA
JAN							
FEV							
MAR							
ABR							
MAI							
JUN							
JUL							
AGO							
SET							
OUT							
NOV							
DEZ							
acumulado (R\$)	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -



Quadro 12 – Despesas direta do serviço de esgotos

COMPONENTE - ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL E ESGOTAMENTO SANITÁRIO						
INFORMAÇÃO - DESPESAS (valores pagos no mês)						
FONTE - Contabilidade do Serviço Autônomo de Água e Esgoto						
ANO -						
SERVIÇO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO						
(16) PESSOAL	(17) MAT.CONSUMO	(18) ENERGIA	(19) EQUIP. MAT. PERM.	(20) OBRAS E INST.	(21) SERV. TERCEIROS	(22) TOTAL DESP. ESGOTO
R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -

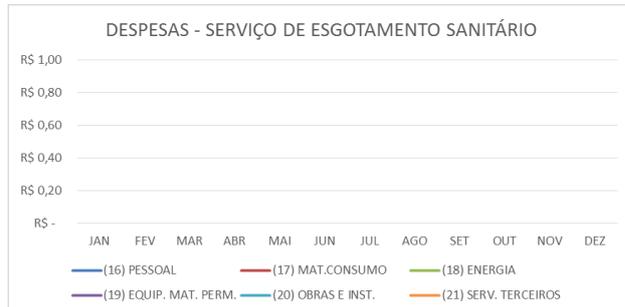
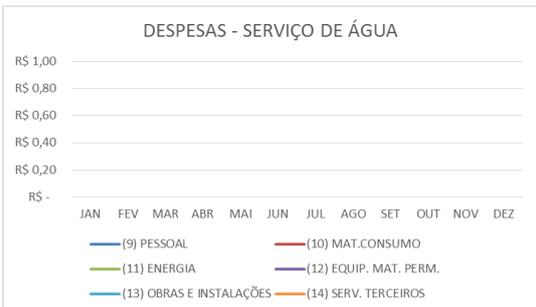
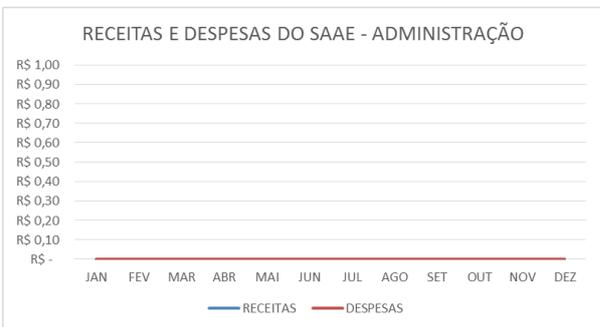
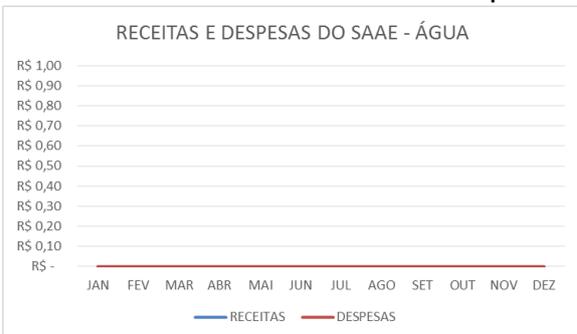
Quadro 13 – Despesas diretas de administração e gestão dos serviços de água e esgotos

COMPONENTE - ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL E ESGOTAMENTO SANITÁRIO								
INFORMAÇÃO - DESPESAS (valores pagos no mês)								
FONTE - Contabilidade do Serviço Autônomo de Água e Esgoto								
ANO -								
ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO								(31) TOTAL DESPESAS DO SAAE
(23) PESSOAL	(24) MAT.CONSUMO	(25) ENERGIA	(26) EQUIP. MAT. PERM.	(27) SERV. TERCEIROS	(28) OBRAS E INSTALAÇÕES	(29) OUTRAS DESPESAS	(30) TOTAL DESP. ADM.	
R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		R\$ -	R\$ -	R\$ -

Quadro 14 – Consolidado receitas e despesas dos serviços de água e esgotos

INFORMAÇÃO - RECEITAS E DESPESAS DO SAAE												
FONTE - Contabilidade do Serviço Autônomo de Água e Esgoto												
ANO - 2014												
MÊS	ÁGUA			ESGOTO			ADMINISTRAÇÃO			SAAE		
	RECEITAS	DESPESAS	SALDO	RECEITAS	DESPESAS	SALDO	RECEITAS	DESPESAS	SALDO	RECEITA	DESPESAS	SALDO
JAN	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
FEV	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
MAR	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
ABR	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
MAI	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
JUN	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
JUL	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
AGO	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
SET	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
OUT	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
NOV	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
DEZ	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Acumulado (R\$)	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -

Gráfico 1 - Gráficos resultantes de receitas e despesas





Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde



Quadro 15 – Receitas e despesas do serviço de resíduos sólidos

SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES DE SANEAMENTO BÁSICO - PEREIRA BARRETO
INDICADOR - DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO DOS SERVIÇOS

COMPONENTE - RESÍDUOS SÓLIDOS		COMPONENTE - RESÍDUOS SÓLIDOS	
INFORMAÇÃO - Despesas		INFORMAÇÃO - Faturamento mensal da taxa de remoção do lixo	
FONTE - Setor de Contabilidade da PMPB		FONTE - Contabilidade e Serviço de Rendas	
ANO -		ANO -	
MÊS		TOTAL LANÇAMENTO (R\$)	
		MÊS	Taxa faturada (R\$)
JAN		JAN	
FEV		FEV	
MAR		MAR	
ABR		ABR	
MAI		MAI	
JUN		JUN	
JUL		JUL	
AGO		AGO	
SET		SET	
OUT		OUT	
NOV		NOV	
DEZ		DEZ	
acumulado (R\$)	R\$ -	acumulado	
		inadimplencia	0 #DIV/0!



INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO DO PMSB

O acompanhamento da implantação dos programas e ações definidos no Plano de Ação do PMSB por meio de indicadores criados especificamente para esse fim depende de informações relativas tanto à prestação dos serviços de saneamento como de outras de caráter geral.

Os indicadores criados são:

Quadro 16 - Indicadores do PMSB

Indicadores do Plano Municipal de Saneamento Básico			
Código	Descrição	Código	Descrição
IPMS-01	Unidades cadastradas (%)	IPMS-21	Parcerias Viabilizadas (%)
IPMS-02	Índice de atendimento total de água (%)	IPMS-22	Índice de Manutenção de Rede de Drenagem (%)
IPMS-03	Unidades Condominiais cadastradas (%)	IPMS-23	Realização de Campanhas Educativas (und)
IPMS-04	Unidades Implantadas (%)	IPMS-24	Estruturação do Serviço de Conservação de Vizinhanças (%)
IPMS-05	Elaboração do Plano de Perdas (%)	IPMS-25	Conservação do Solo (%)
IPMS-06	Elaboração do Projeto de Ampliação (%)	IPMS-26	Estruturação do Serviço de Limpeza Urbana (%)
IPMS-07	Extensão de Rede Cadastrada (%)	IPMS-27	Estruturação do Programa de Coleta Seletiva (%)
IPMS-08	Usuários Cadastrados (%)	IPMS-28	Estudo de Potencialidade de RCC (%)
IPMS-09	Índice de hidrometração (%)	IPMS-29	Lixeiras Instaladas (%)
IPMS-10	Ligações Substituídas (%)	IPMS-30	Índice de Cobertura da Coleta Resíduos não Domésticos (%):
IPMS-11	Extensão de Rede Substituída (%)	IPMS-31	Índice de Cobertura da Coleta Resíduos Eletrônicos (%):
IPMS-12	Obras Executadas (%)	IPMS-32	Implantação do Novo Aterro (%)
IPMS-13	Criação de Normas Técnicas (%)	IPMS-33	Índice de Cobertura do programa de compostagem (%):
IPMS-14	Estudos Econômicos Realizados (und)	IPMS-34	Índice de Cobertura da Coleta Seletiva Rural (%):
IPMS-15	Estudos Financeiros Realizados (und)	IPMS-35	Índice de Gestão de Contratos (%)
IPMS-16	Projeto de Lei encaminhado para a Câmara Municipal (und)	IPMS-36	Normas de Limpeza Urbana (%)
IPMS-17	Capacitações Realizadas (und)	IPMS-37	Estudo de Viabilidade Serviços de Coleta (%)
IPMS-18	Ações de Educação Realizadas (und)	IPMS-38	Índice de Capacitações em RSD (unid)
IPMS-19	Ações de Educação Realizadas (und)	IPMS-39	Implantação do sistema de comunicação (%)
IPMS-20	Ações do PMD Realizadas (%)	IPMS-40	Programas Implantados (und)

As informações necessárias para a elaboração dos indicadores de acompanhamento da implantação das ações previstas no Plano de Execução do Plano Municipal de Saneamento Básico são as constantes no quadro abaixo e o preenchimento do mesmo será de responsabilidade do SAAE e Prefeitura Municipal, sob a coordenação do SAAE.



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde



Indicadores de implantação do Plano Municipal de Saneamento e as informações necessárias															
RESP -			ANO -												
Código	Descrição	Informações	Fonte	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
IPMS-01	Unidades cadastradas (%)	Domicílios Rurais Cadastrados	SAAE												
		Domicílios Rurais Existentes	IBGE - CENSO												
IPMS-02	Índice de atendimento total de água (%)	Pop. Rural Atendida com Água	SAAE												
		População Rural Total	IBGE - CENSO												
IPMS-03	Unidades Condominiais cadastradas (%)	Domicílios Rurais Cadastrados	SAAE												
		Domicílios Rurais Existentes	IBGE - CENSO												
IPMS-04	Unidades implantadas (%)	Domicílios Rurais Implantadas	SAAE												
		Domicílios Rurais Existentes	IBGE - CENSO												
IPMS-05	Elaboração do Plano de Perdas (%)	Nº de Etapas Realizadas	SAAE												
		Nº de E. Nec. para o Estudo	SAAE-PMSB												
IPMS-06	Elaboração do Projeto de Ampliação (%)	Nº de Etapas Realizadas	SAAE												
		Nº de E. Nec. para o Estudo	SAAE-PMSB												
IPMS-07	Extensão de Rede Cadastrada (%)	Extensão de Rede Existente	SAAE												
		Extensão de Rede Cadastrada	SAAE												
IPMS-08	Usuários Cadastrados (%)	Nº Total de Economias	SAAE												
		Nº de Economias Cadastradas	SAAE												
IPMS-09	Índice de hidrometração (%)	Nº Total de Ec. At. Hidrometradas	SAAE												
		Nº Total de Economias Ativas	SAAE												
IPMS-10	Ligações Substituídas (%)	Nº Total de Lig. Irreg. Existentes	SAAE												
		Nº de Ligações Regularizadas	SAAE												
IPMS-11	Extensão de Rede Substituída (%)	Ext.de Rede de Manilha Exist.	SAAE												
		Ext. de Rede de Manilha Substit.	SAAE												
IPMS-12	Obras Executadas (%)	Nº de Normas Técnicas Criadas	SAAE												
		Nº de Normas Técnicas Previstas	SAAE												
IPMS-13	Criação de Normas Técnicas (%)	Nº de Obras Executadas	SAAE												
		Nº de Obras Previstas	SAAE												
IPMS-14	Estudos Econômicos Realizados (und)	Nº de Etapas Realizadas	SAAE												
		Nº de Et. Nec. para a Real. do Est.	SAAE												
IPMS-15	Estudos Financeiros Realizados (und)	Nº de Etapas Realizadas	SAAE												
		Nº de Et. Nec. para a Real. do Est.	SAAE												
IPMS-16	Projeto de Lei encaminhado para a Câmara Municipal (und)	Nº de Etapas Realizadas	SAAE-CMSB												
		Nº de Et. Nec. para a Real. do Est.	SAAE-CMSB												
IPMS-17	Capacitações Realizadas (und)	Nº de Capacitações Realizadas	SAAE												
		Nº de Capacitações previstas	SAAE												
IPMS-18	Ações de Educação Realizadas (und)	Nº de Ações de Educ. Realiz.	SAAE												
		Nº Total de Ações de Educ. Prev.	SAAE												
IPMS-19	Ações de Educação Realizadas (und)	Nº de Ações de Educ. Amb. Realiz.	SAAE												
		Nº Total de A. de Edu. Amb. Prev.	SAAE												
IPMS-20	Ações do PMD Realizadas (%)	Nº de Ações do PMD Realizadas	PMPB												
		Nº Total de Ações Cont. no PMD	PMPB												
IPMS-21	Parcerias Viabilizadas (%)	Nº de Parcerias Realizadas	PMPB												
		Nº Total de Ações Cont. no PMD	PMPB												
IPMS-22	Índice de Manutenção de Rede de Drenagem (%)	Ext. de Vias com Micro e Macrod.	PMPB												
		Ext. de Vias com Ações de Manut.	PMPB												
IPMS-23	Realização de Campanhas Educativas (und)	Nº de Ações Educativas Realizadas	PMPB												
		Nº Tot. de Ações Educ. Previstas	PMPB												
IPMS-24	Estruturação do Serviço de Conservação de Vicinais (%)	Ext. Total de Vicinais Existentes	PMPB												
		Ext. de V. com A. de Cons. e Manut.	PMPB												
IPMS-25	Conservação do Solo (%)	Nº de Ações Realizadas	PMPB												
		Nº Total de Ações Previstas	PMPB												
IPMS-26	Estruturação do Serviço de Limpeza Urbana (%)	Nº de Etapas Realizadas	PMPB												
		Nº de Et. Nec. para Reest. do serv.	PMPB												
IPMS-27	Estruturação do Programa de Coleta Seletiva (%)	Nº de Etapas Realizadas	PMPB												
		Nº de Et. Nec. para Reest. do serv.	PMPB												
IPMS-28	Estudo de Potencialidade de RCC (%)	Nº de Etapas Realizadas	PMPB												
		Nº de Et. Nec. para Realiz. do Est.	PMPB												
IPMS-29	Lixeiras Instaladas (%)	Nº de Lixeiras Implantadas	PMPB												
		Nº de Lixeiras Previstas	PMPB												
IPMS-30	Índice de Cobertura da Coleta Resíduos não Domésticos (%)	Nº de EcoPontos Implantados	PMPB												
		Nº de EcoPontos Previstos	PMPB												
IPMS-31	Índice de Cobertura da Coleta Resíduos Eletrônicos (%)	Nº de Pontos de Coleta Implantados	PMPB												
		Nº de Pontos de Coleta Previstos	PMPB												
IPMS-32	Implantação do Novo Aterro (%)	Nº de Etapas Realizadas	PMPB												
		Nº de Et. Nec. para conc. do Projeto	PMPB												
IPMS-33	Índice de Cobertura do programa de compostagem (%)	Nº de Unidades Implantadas	PMPB												
		Nº de Unidades Previstas	PMPB												
IPMS-34	Índice de Cobertura da Coleta Seletiva Rural (%)	Nº de Etapas Realizadas	PMPB												
		Nº de Et. Nec. para a Est. do Serv.	PMPB												
IPMS-35	Índice de Gestão de Contratos (%)	Nº de Mecan. e Inst. Implantados	PMPB												
		Nº de Mecan. e Inst. Previstos	PMPB												
IPMS-36	Normas de Limpeza Urbana (%)	Nº de Normas Técnicas Criadas	PMPB												
		Nº de Normas Técnicas Previstas	PMPB												
IPMS-37	Estudo de Viabilidade Serviços de Coleta (%)	Nº de Etapas Realizadas	PMPB												
		Nº de Et. Nec. para a R. do Estudo	PMPB												
IPMS-38	Índice de Capacitações em RSD (unidade)	Nº de Capacitações Realizadas	PMPB												
		Nº de Capacitações previstas	PMPB												
IPMS-39	Implantação do sistema de comunicação (%)	Nº de Etapas Realizadas	PMPB												
		Nº de Et. Nec. para a Imp. do Sist.	PMPB												
IPMS-40	Programas Implantados (und)	Nº de Programas Implantados	PMPB												
		Nº de Programas Previstos	PMPB												



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde



METODOLOGIA DE CONCEPÇÃO E DE APLICAÇÃO DAS INFORMAÇÕES RELATIVAS À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO.

As informações necessárias para a constituição do Banco de Dados referente à prestação dos serviços de saneamento foram definidas em reunião realizada com representantes dos órgãos municipais que são os gestores/executores dos serviços de saneamento básico e daqueles que indiretamente tenham relação com a política de saneamento, como a Secretaria Municipal de Saúde.

Para cada uma das componentes do saneamento básico e no âmbito de cada um dos eixos definidos foram estruturadas as planilhas descritas.

Como forma de aprimorar as planilhas imaginadas inicialmente, foi realizado exercício prático de preenchimento das mesmas, com as informações relativas ao ano de 2014, conforme constam do Anexo deste relatório.

Vale destacar que durante a confecção inicial das planilhas verificou-se que em nenhum dos gestores/executores dos serviços de saneamento existia uma estrutura administrativa que dispunha das informações quanto a despesas e receitas de forma organizada. Esse fato fez com que as planilhas fossem repensadas e utilizassem então as informações existentes nos balancetes mensais de execução orçamentária, uma vez que o setor de contabilidade do SAAE e da Prefeitura Municipal dispunha de informações organizadas.



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde



**PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PEREIRA BARRETO - SP**

RELATÓRIO FINAL DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

PRODUTO “k”

Abril/17

REVISÃO – 01



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde



Sumário

APRESENTAÇÃO	2
INTRODUÇÃO	2
ANEXO I - PRODUTO C - RELATÓRIO DO DIAGNÓSTICO TÉCNICO-PARTICIPATIVO	3
ANEXO II - PRODUTO D - RELATÓRIO DA PROSPECTIVA E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	4
ANEXO III - PRODUTO E - RELATÓRIO DOS PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES PARA ALCANCE DO CENÁRIO DE REFERÊNCIA	5
ANEXO IV - PRODUTO F - PLANO DE EXECUÇÃO	6
ANEXO V - PRODUTO G - MINUTA DE PROJETO DE LEI DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	7
ANEXO VI - PRODUTO H - RELATÓRIO SOBRE OS INDICADORES DE DESEMPENHO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	8
ANEXO VII - PRODUTO I - SISTEMA DE INFORMAÇÕES PARA AUXÍLIO À TOMADA DE DECISÃO	9



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde



APRESENTAÇÃO

O presente trabalho é parte integrante do convênio firmada entre a Prefeitura Municipal de Pereira Barreto e a FUNASA, objetivando a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Pereira Barreto - SP.

Em conformidade com o estabelecido pelo Termo de Referência que rege o convênio, apresentamos o RELATÓRIO FINAL DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO – PEREIRA BARRETO que configura o “PRODUTO K”. O documento que ora se apresenta, tem por objetivo apresentar a compilação de todas as fases de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Pereira Barreto.

INTRODUÇÃO

O Plano de Saneamento Básico de Pereira Barreto foi elaborado, observando as diretrizes e metodologias postas pelo Termo de Referência da FUNASA e teve as seguintes etapas e produtos finais.

PRODUTO C. Relatório do diagnóstico técnico-participativo;

PRODUTO D. Relatório da prospectiva e planejamento estratégico;

PRODUTO E. Relatório dos programas, projetos e ações para alcance do cenário de referência;

PRODUTO F. Plano de execução;

PRODUTO G. Minuta de projeto de lei do Plano Municipal de Saneamento Básico;

PRODUTO H. Relatório sobre os indicadores de desempenho do Plano Municipal de Saneamento Básico; e

PRODUTO I. Sistema de informações para auxílio à tomada de decisão.



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde



**ANEXO I - PRODUTO C - RELATÓRIO DO DIAGNÓSTICO TÉCNICO-
PARTICIPATIVO**



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde



**ANEXO II - PRODUTO D - RELATÓRIO DA PROSPECTIVA E PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO**



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde



**ANEXO III - PRODUTO E - RELATÓRIO DOS PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES
PARA ALCANCE DO CENÁRIO DE REFERÊNCIA**



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde



ANEXO IV - PRODUTO F - PLANO DE EXECUÇÃO



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde



**ANEXO V - PRODUTO G - MINUTA DE PROJETO DE LEI DO PLANO MUNICIPAL
DE SANEAMENTO BÁSICO**



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde



**ANEXO VI - PRODUTO H - RELATÓRIO SOBRE OS INDICADORES DE
DESEMPENHO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO**



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde



**ANEXO VII - PRODUTO I - SISTEMA DE INFORMAÇÕES PARA AUXÍLIO À
TOMADA DE DECISÃO**